



**PROJETO
MEMÓRIA**

LÉLIA
Gonzalez

**Caminhos
e Reflexões
Antirracistas e
Antissexistas**

ALMANAQUE PEDAGÓGICO

PROJETO
MEMÓRIA

LÉLIA
Gonzalez

Caminhos
e Reflexões
Antirracistas e
Antissexistas



ALMANAQUE PEDAGÓGICO

Texto
Paulo Corrêa Barbosa

Edição de texto
Gabriela Soares e Schuma Schumaher

2ª Edição
2024

Realização



Apoio



Parceria



FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL

Diretoria executiva

Kleyton Guimarães Morais
Presidente

Luciana Athaide Brandão Bagno
Diretora Executiva
Diretoria Executiva de Desenvolvimento Social

Gilson Adriano de Oliveira Lima
Diretor Executivo
Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas,
Controladoria e Logística

Gerentes

Alírio Pereira Filho
Gerência de Controles, Riscos e Integridade

Ana Bianca Tavares Conceição Silva
Gerência de Pessoas

Ana Carolina Barchesi
Gerência de Estratégia e Organização

Ariana Leotti
Gerência de Marketing e Comunicação

Deivid Biage da Silva
Gerência de Tecnologia da Informação
- Juliano Duarte
Gerente de Equipe de Sistemas
Corporativos

Eliseu Antônio Pinheiro Alexandre
Gerência de Monitoramento e Avaliação

Fabiano Mendes Cirino
Gerência de Secretariado e Governança

Flávia Maciel de Almeida
Gerência de Parcerias Estratégicas

Luiz Gonzaga de Carvalho
Gerência de Prospecção e Análise de Projetos

Patrícia Lustosa Borges de Lima Vieira
Gerência de Implementação e
Assessoramento de Projetos
- Ana Paula Moreira Lima
Gerente de Equipe de Suporte
Operacional

Paulo Henrique Alves de Siqueira
Gerência de Finanças e Controladoria

Rogério Miziara
Gerência de Tecnologia Social

Tarcísio Forster Gerotto
Gerência de Suprimentos e Contratações
- Elisa Pimenta
Gerente de Equipe de de
Administração de Contratos

1ª Edição

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - REDEH

Coordenadora Geral
Thais Rodrigues Corral

Coordenadora Executiva
Schuma Schumaher

PRODUÇÃO ALMANAQUE

Coordenação Geral
Schuma Schumaher

Coordenação de Produção
Elizabete Braga

Supervisão de Produção
Ruy Godinho

Texto original
Paulo Corrêa

Equipe de Pesquisa
Antonia Ceva
Melina Marques
Rosana Silva Chagas
Schuma Schumaher

Pesquisa Iconográfica
Antonia Ceva
Elizabete Braga
Paulo Corrêa Barbosa
Schuma Schumaher

Consultor para Projeto Cultural
Stanley Whibbe

Assistente Financeiro
Andréa Medina
Katia Clara Costa
Digitalização e Tratamento de
imagens
Trio Studio

Revisão de Texto
Artur Roman
Antonia Ceva

2ª Edição

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO CINEMA E DA CULTURA – AACIC

Presidente
Juliana A. Barbosa

Tesoureiro
Marconi Scarinci

Secretária
Dulcineia Miranda

EQUIPE DE PRODUÇÃO REVITALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Nilson Rodrigues

Produção Executiva
Cléo Assis

Coordenação Administrativa
Aloysio Guapindaia

Coordenação Financeira
Martim Haefliger

Assistente de Coordenação
Carla Alexandra Andrade

Consultor para Projeto Cultural
Stanley Whibbe

Consultoria de Conteúdos
Schuma Schumaher

Consultoria e Assessoramento da
Fundação Banco do Brasil
Rosângela D Angelis Brandão

Assistente de Produção e
Conteúdos
Gabriela Soares

Orientações Pedagógicas
Clarissa Lima

Revisão
Gabriela Soares
Schuma Schumaher

Projeto Gráfico e Identidade Visual
Ruth Freihof – Passaredo Design
Capa
Colagem: Ruth Freihof com
Foto Januário Garcia / Acervo JG

B238l Barbosa, Paulo Corrêa.

Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história / Paulo Corrêa
Barbosa. – Brasília: ABravideo, 2015.

92 p. : il.

ISBN 978-85-61467-15-9

1. Bibliografia - mulheres negras. 2. Movimento negro.

3. Mulher negra - Brasil. 4. Almanaque. I. Título.

CDD 920.93224

Catálogo na fonte: Carolina Perdigão CRB1-1898

Apresentação

A Fundação Banco do Brasil, idealizadora do Projeto Memória, que tem como propósito resgatar, difundir e preservar a memória cultural do Brasil, através de personalidades que desempenharam papéis fundamentais na transformação social, escolheu homenagear a intelectual negra **Lélia Gonzalez**, em parceria com a Associação Amigos do Cinema e da Cultura (AACIC), reforçando o compromisso com o enfrentamento ao racismo e sexismo, infelizmente, ainda presente na sociedade brasileira.

O almanaque *Lélia Gonzalez: caminhos e reflexões antirracistas e antissexistas*, é uma potente ferramenta pedagógica para desnudar uma personagem brasileira invisibilizada nos bancos escolares. A história de Lélia Gonzalez coaduna com diferentes áreas do conhecimento do Ensino Fundamental e Ensino Médio como História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes, Língua Portuguesa dentre aquelas que professoras/es quiserem relacionar.

A Lei 10.639/03 alterou a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. Essa Lei abriu margens para a aprovação da Lei 11.645/08 que acrescenta a obrigatoriedade da História e Cultura dos Povos Indígenas. Por isso, essas legislações são consideradas um marco na educação brasileira por oportunizar trazer à tona passagens históricas e artísticas de personagens que refletem a identidade brasileira. O almanaque proporciona levar às/aos estudantes, por meio da história de Lélia Gonzalez, a possibilidade de implementação das Leis considerando, por exemplo, os contextos do Séc. XX para as mulheres negras, a história familiar de Lélia enquanto filha de mãe indígena e de pai negro, a transversalidade com a vida de operários, entre outros temas.

Em um país que busca a igualdade de gênero, raça e a superação das desigualdades sociais, homenagear a militante e intelectual Lélia Gonzalez, através do seu legado, é resgatar a ancestralidade das mulheres negras, valorizar suas raízes e reafirmar nosso compromisso na luta pela superação do racismo e das injustiças praticadas contra o povo negro.

Fundação Banco do Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO I	8
Alô, Alô, Brasil! Lélia Gonzalez chegou!!!	8
Uma grande família	11
Em uma década de transformações, nasce uma mulher que ajudaria a transformar o país... ..	12
As mulheres se tornam cidadãs, mas nem todas!!!!	14
O começo de tudo... ..	18
A História do Brasil nessa história.....	18
Orientações pedagógicas	20
CAPÍTULO II	24
O Estado é Novo, mas a prática autoritária, antiga!	24
E Lélia foi para o jardim de infância.....	26
Orientações pedagógicas	28
CAPÍTULO III	32
Em busca de novos horizontes.....	32
Uma cidade maravilhosa em um mundo não tão maravilhoso assim. A Segunda Guerra!	34
E o chamado sexo frágil parte para a luta.....	36
Um difícil cotidiano... ..	37
O sexismo impunha limites.....	40
Por um Brasil em preto e branco... ..	42
Também no quadro-negro as muitas lições de “embranquecimento”... ..	42
Fazendo Escola... ..	46
"Clareando" a questão da identidade da mulher negra em diferentes espaços... ..	48
Enfrentando o racismo num tradicional colégio do Rio	53
Um golaço e uma bola fora.....	56
Orientações pedagógicas	58
CAPÍTULO IV	64
Na Universidade o coração bate forte.....	64
Comissão aprova cota racial e social para 50% das vagas em federais.....	64
As muitas alegrias e dores de uma paixão com P maiúsculo... ..	66
Perdas e ganhos... ..	70
Uma década que valeu por cem anos.....	70
A ditadura fazendo escola... ..	71
Lélia se percebendo: uma pele negra em uma cabeça ainda “embranquecida”... ..	75
Somente homens livres podem negociar. Prisioneiros não assinam contratos.	78
Nelson Mandela, quando solicitado a negociar a sua libertação.	78
Resistências por todos os lados e de todas as formas... ..	82
Enegrecendo Brasil afora... ..	87
Dá boca pra fora” para “todo o mundo” ouvir!	90
Um pé na África, outro no Brasil! E os dois no mundo.....	92
Orientações pedagógicas	96
CAPÍTULO V	101
Contra a farsa da abolição	101
Novas palavras para dizer coisas antigas.....	105
Mulher negra tomando partido.....	108
PT Saudações.....	115
A última década do século XX	117
Como Cangiraué, Lélia foi para o Orum	118
Políticas Públicas escritas em preto e branco.....	124
Saudades, continuidade e homenagens. Companheira Lélia: a luta continua... ..	125
Uma mulher que vale por trinta... ..	125
Orientações pedagógicas	126
CAPÍTULO VI	132
Obras de Lélia e sobre Lélia.....	132
Por Lélia.....	133
Por Lélia (online).....	133
Sobre Lélia (online).....	133
Sites.....	133
Bibliografia	134
Comunicações	135
Artigos em jornais e periódicos	135
Vídeos	136



CAPÍTULO I **Alô, Alô, Brasil! Lélia Gonzalez chegou!!!**

O choro ecoou pela casa pouco antes da porta do quarto ser aberta. A parteira, com um grande sorriso nos lábios, deu a notícia a todos/as que esperavam ansiosos/as na sala: “É uma menina!”.

Pendurado na parede, o calendário marcava 1º de Fevereiro de 1935. Nessa data, Lélia de Almeida, que anos mais tarde, após o casamento, acrescentaria Gonzalez ao sobrenome, veio ao mundo.

Essa “visita da cegonha”, contudo, não seria a derradeira para a família. Apenas mais uma! Lélia foi a penúltima, dentre os dezoito filhos e filhas de Urcinda Seraphina de Almeida e de Acácio Joaquim de Almeida, homem negro, que, por pouco, não teve o destino de nascer escravizado. Veio ao mundo em 1872, apenas um ano após a implantação da Lei do Ventre Livre por Dom Pedro II. A mãe, de origem indígena e analfabeta, era natural do Espírito Santo, onde nasceu em 1898, uma década após a abolição da escravidão no país. Casou-se aos treze anos e, segundo as histórias até hoje presentes na família: “(...) contra a vontade do pai e por amor, pois estava prometida a outro (...)”. Como muitas outras meninas de seu tempo, “ainda brincava de boneca quando foi viver com o marido que tinha o dobro de sua idade (...)”. Importante lembrar que, para as mulheres, naquela época, agir segundo a própria vontade e ter a oportunidade de decidir sobre o próprio destino eram coisas raras. Isso porque, no universo de então, ser do sexo feminino implicava aceitar e cumprir o que decidiam os pais e, na ausência desses, os irmãos e parentes homens.

Acácio era ferroviário e, por consequência de seu trabalho, constantemente transferido de estado. Assim, as andanças do casal Almeida pela região sudeste foram, aos poucos, aumentando a família e incorporando capixabas, fluminenses, paulistas e mineiros.

Retratos de família



Lélia matando as saudades da terra natal, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1956 | Acervo Lélia Gonzalez

Ao lado: Vista área de Belo Horizonte, década de 1930 | Arquivo Público Mineiro



Da esquerda para direita, três irmãos de Lélia Gonzalez: Geraldo, na formatura em datilografia, s.d; Tião, 1953 e Jayme, Machu Pichu, Peru, 1968 | Acervo Lélia Gonzalez

Uma grande família

No Espírito Santo, nasceram Elisa (1913), futuramente cantora lírica e costureira da alta sociedade, e Francisco (1915), funcionário chefe da Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

Em seguida, seu Acácio foi transferido para São Fidélis, Rio de Janeiro, e a família aumentou: Cacilda (1917), carinhosamente chamada pelos/as sobrinhos/as de Tia Caçula, do lar; Alfredo (1919), mecânico, falecido na década de 1950; Jayme (1921), jogador de futebol do Flamengo; Bráulio (1923) faleceu jovem também; e, por fim, Acácio (1925), que foi para a Segunda Grande Guerra, retornando com sequelas.

Em São Paulo, nasceu Nair (1927), auxiliar de enfermagem e parteira na cidade de Petrópolis, RJ. Em breve retorno da família ao Rio de Janeiro, nasceu Lígia (1929), do lar.

Logo depois, a família seguiu para Belo Horizonte onde nasceram: Maria das Dores, a Dora (1931), do lar; Sebastião, Tio Tião (1933), jogador de futebol do Flamengo; Lélia (1935) e, por fim, Geraldo (1937), motorista, que trabalhou para o governo do Paraná.

No total, Dona Urcinda engravidou dezoito vezes e perdeu cinco filhos/as. Todos vieram ao mundo pelas mãos de uma parteira.



Úrsula de Maria Firmina dos Reis | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

Em uma década de transformações, nasce uma mulher que ajudaria a transformar o país

Uma menina negra, de família humilde e que anos mais tarde provocaria significativas mudanças na militância feminista negra brasileira, veio ao mundo exatamente na metade de uma década na qual se configuravam, na sociedade brasileira, acentuadas transformações, incluindo àquelas relacionadas ao papel da mulher. Vejamos!

A eletricidade começava a iluminar as casas das famílias de maior renda econômica. Ainda em 1935, *Alô, Alô, Brasil*, o primeiro filme brasileiro a ter som diretamente na fita, consagrava Carmem Miranda. O rádio, novidade que se consolidava no país como veículo de comunicação de massa, além de divulgar grandes compositores e intérpretes masculinos, tornava conhecidas vozes como as de Aurora Miranda, Araci de Almeida e das irmãs Dircezinha e Linda Batista, além de muitas outras.

Na literatura igualmente, as mulheres “escreviam” seus espaços, como Clarice Lispector e Rachel de Queiroz, entre várias outras. Uma história de conquista também por mãos negras, como aquelas da catarinense Antonieta de Barros, educadora e jornalista, que fundou na década de 1922 o periódico *A Semana e Vida Ilhêa*.

No período 1931 a 1936, Antonieta colaborou também com o jornal *A República*, no qual, com o pseudônimo Maria da Ilha, escrevia crônicas. Contudo, bem antes, em 1859, Maria Firmina dos Reis, negra maranhense, já havia publicado o romance abolicionista *Úrsula*. Aliás, ela é considerada, desde a década de 1970, a primeira romancista brasileira!

E não podemos esquecer que, desde 1932, a nadadora brasileira Maria Lenk, com 17 anos, participou das olimpíadas de Los Angeles, tornando-se não apenas a primeira brasileira, como também, a primeira sul americana a participar do evento. Já a primeira afrodescendente brasileira a se fazer representar em esporte oficial precisou esperar bem mais. Isso ocorreu nos jogos olímpicos de Londres realizados em 1948, com a presença da velocista Meliana Luz.

Grandes avanços sem dúvida! E que não pararam por aí!



Josephina Álvares de Azevedo. Sufragista, jornalista e teatrológa, século XIX | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

Nísia Floresta



A escritora, educadora, abolicionista e indianista Nísia Floresta traduziu em 1832 o livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, escrito pela inglesa Mary Wollstonecraft.

Para conhecer mais sobre a história dessa mulher nascida em Papari (RN) e que se tornou a primeira mulher homenageada pelo Projeto Memória em 2006.

www.fbb.org.br/acoes-programas/educacao/projeto-memoria



Meliana Luz. Na foto quando foi a segunda colocada no Campeonato Brasileiro de Atletismo, Rio de Janeiro, década de 1940 | Coleção Particular de Meliana Luz

A gente não nasce negro,
a gente se torna negro. É
uma conquista dura, cruel
e que se desenvolve pela
vida da gente afora”.

Lélia Gonzalez

As mulheres se tornam cidadãs, mas nem todas!!!!

Nessa trajetória que traçamos, é fundamental lembrar que Lélia Gonzalez encontrou, em 1935, uma sociedade, na qual a participação política feminina já incluía o direito de votar e ser votada para cargos públicos. Aliás, uma longa luta iniciada ainda antes da proclamação da República.

Apesar da Constituição de 1891 vetar o direito de voto exclusivamente aos analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sem mencionar as mulheres, elas ainda tiveram que lutar por mais de 40 anos para exercitar esse direito.

Após algumas tentativas isoladas e sem sucesso, surgem os primeiros grupos organizados de mulheres, como o Partido Republicano Feminino, fundado em 1910 por Leolinda Daltra e outras feministas cariocas. Contudo, foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF, criada em 1922, e espalhada por diversos Estados brasileiros, a grande responsável pela campanha nacional em favor do voto feminino.

Bertha Lutz, Almerinda Gama, Carmen Portinho, Maria Luisa Bittencourt, Josefina Álvares de Azevedo, Jerônima Mesquita, Chiquinha Gonzaga, Natércia da Silveira e tantas outras feministas sufragistas constataram na prática, com indignação, que o engajamento nas lutas políticas e suas conquistas no campo da educa-

ção eram insuficientes para que seus direitos enquanto cidadãs fossem reconhecidos.

Lideradas por Bertha, iniciaram uma intensa campanha em várias frentes e cidades, usando a imprensa, as galerias da Câmara Federal, seminários, debates, manifestações artísticas e até panfletagem aérea, para sensibilizar os congressistas e ganhar a simpatia da população para a causa que defendiam. E conseguiram!

Anos depois, em 1931, a FBPF promoveu no Rio de Janeiro o II Congresso Internacional Feminista para discutir os rumos do movimento. O discurso de abertura coube a prestigiada escritora Júlia Lopes de Almeida. As conclusões do Congresso foram encaminhadas ao Presidente Getúlio Vargas que se comprometeu a empenhar-se pela concessão do voto feminino.

Finalmente, depois de muita pressão, em fevereiro de 1932, Vargas, assina o Decreto nº 21.076, concedendo a elas o direito de votar e serem votadas. Finalmente vitória!

Mas, ainda não dava para descansar! Era preciso promover a candidatura das feministas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933. Entre os 254 votantes, contabilizando os eleitos e os representantes classistas, duas vezes eram femininas: Carlota Pereira de Queiroz,



médica eleita por São Paulo e a primeira deputada federal do Brasil, e a advogada alagoana Almerinda Farias Gama, uma das primeiras mulheres negras na política brasileira, na época representando o Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, por intermédio de uma estratégia bem sucedida da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

Nas eleições gerais de 1934, a FBPF retornou ao cenário político patrocinando uma acirrada campanha nacional para a eleição de mulheres. As propostas das feministas foram resumidas em documento que incluía desde questões referentes à maternidade, melhores salários e licença-remunerada, até a discussão do acesso aos cargos públicos.

Pelo Brasil, nove mulheres foram eleitas deputadas estaduais: Quintina Ribeiro (Sergipe), Lili Lages (Alagoas), Maria do Céu Fernandes (Rio Grande do Norte), Maria Luisa Bittencourt (Bahia), Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo (São Paulo), Zuleide Bogéa e Hildenê Castelo Branco (Maranhão), e Antonieta de Barros (Santa Catarina), que era também escritora, destacando-se, ainda, como a primeira deputada negra do Brasil.



Suffragistas por Raul, Fon-Fon, 16 de maio de 1914 | Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

Antonieta de Barros (1901-1952). Primeira Deputada Negra do Brasil, Santa Catarina, década de 1940

| Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH



Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). 1º Congresso Feminino, 1922 | Arquivo Nacional

Votem, para a Constituinte em
LEOLINDA DE FIGUIEREDO DALTRO



Professora catedrática municipal jubilada, Directora da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca. Foi a mulher brasileira que iniciou a campanha pelo direito de voto, há cerca de 18 annos. É a grande e desinteressada batalhadora de todas as causas nacionaes! Ninguém melhor que ella, poderá representar a Mulher Brasileira na Constituinte.

A sua campanha feminista precedeu á de todas as senhoras que se apresentam como leaders do feminismo.

Foi quem levantou, de longa data, no Brasil, a idéa do direito politico da Mulher!

Cartaz Votem para a Constituinte – Mulher e Constituinte, década de 1910/1920 | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

O Feminismo triumphante! *A Mulher na Constituinte*
(Apresentação entre as "Leaders" feministas pela constituinte 1933/1934)

A Mulher na Constituinte, reportagem de Rachel Prado. *Revista da Semana*, 20 de maio de 1933 | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH



Almerinda Farias Gama votando na Assembleia Constituinte de 1933 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC

O começo de tudo...

Em outubro de 1929, milhões de títulos da Bolsa de Valores de Nova Iorque despenharam de valor ou não encontraram compradores. A economia americana sofreu um duro baque e levou junto o resto do mundo! Essa grande crise financeira internacional marcará a década de 1930.

O comércio mundial encolheu e o consumo do café, principal produto de exportação brasileira, despencou nos mercados americano e europeu. Houve sobra do produto oferecido também por outros países e o valor sofreu expressiva queda.

Criança segura cartaz onde lê-se: Por que você não dá um emprego a meu pai? Agosto, 1937 | Minnesota Historical Society/CORBIS



A História do Brasil nessa história...

Até 1930, como consequência de seu poderio econômico, São Paulo e Minas Gerais dominavam o cenário político nacional e se revezavam na presidência do país. Era a chamada política do café-com-leite. Café de São Paulo e o leite produzido em Minas.

Essa dobradinha, contudo, foi desfeita pelo presidente Washington Luís, em 1930, ao indicar o conterrâneo Júlio Prestes para substituí-lo. A reação dos mineiros não demorou! Puseram fim ao acordo informal com São Paulo e estabeleceram aliança com o Rio Grande do Sul e Paraíba.

O fim desse período, conhecido como República Velha, resultou na criação de um novo partido,

a Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas, ex-ministro da Fazenda e presidente do Rio Grande do Sul, que teria como vice o paraibano João Pessoa.

Júlio Prestes consagrou-se vencedor, mas não chegou a tomar posse. Os perdedores denunciaram fraude eleitoral e o movimento para depor Washington Luís atingiu seu objetivo em 24 de outubro. Em três de novembro de 1930, Getúlio Dorneles Vargas chegava ao poder e dava início à chamada Era Vargas.

Esse governo provisório de Vargas (1930-1934) caracterizou-se pelo fechamento do Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais, além da nomeação de interventores para os estados. Na verdade, Vargas passou a exercer o poder executivo e judiciário até a elaboração de uma nova Constituição.

Internamente, o presidente encontrou a resistência do Estado de São Paulo (Revolução Constitucionalista de 1932). Após três meses de enfrentamento, o governo federal derrotou os chamados revoltosos e Vargas deu início ao processo de redemocratização do país, convocando eleições para uma Assembleia Constituinte que teria como missão principal elaborar uma nova constituição para o Brasil, o que ocorreu em 1934.

No que se relaciona ao trabalho, é importante destacar que a nova constituição proibia qualquer tipo de distinção salarial ocasionada por sexo, idade, nacionalidade ou estado civil. Assim, pelo menos na Lei, a igualdade se fazia presente, inclusive com relação à participação política. A instituição do voto secreto e direto para maiores de vinte e um anos incluiu, após a longa batalha sobre a qual conversamos anteriormente, as mulheres. Fora das urnas, contudo, permaneceram analfabetos, soldados, religiosos e mendigos. Lamentavelmente, porém, todos, tanto homens quanto mulheres, teriam esse direito cassado dentro de poucos anos.

As principais conquistas comemoradas pela classe trabalhadora incluíam a criação do salário mínimo, a redução da carga horária de trabalho para oito horas diárias, a instituição do repouso semanal e férias remuneradas, a indenização do trabalhador demitido sem justa causa e a proibição de mão-de-obra abaixo de 14 anos.

A Era Vargas se constituiu pela crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e pelo início de estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, com base na industrialização.

A economia não ficou de fora! A Constituição estimulava ações de desenvolvimento, modernização e expansão da indústria nacional, além da diversificação dos produtos agrícolas exportados.

Orientações pedagógicas

Professora/e/or, numa sociedade demarcada pelo racismo, machismo e patriarcado de maneira estruturante, o almanaque *Lélia Gonzalez: Caminhos e reflexões antirracistas e antissexistas*, revela-se como uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento do pensamento científico, crítico e criativo, como orienta a Competência Geral 2 da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de suas alunas/es/os. Além disso, pode oportunizar a construção do conhecimento de forma interdisciplinar reunindo diversas áreas como História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes, Sociologia e Filosofia.

A história e luta de Lélia Gonzalez, portanto, é pedagógica por demonstrar às/aos estudantes, espaços e participação de mulheres negras em prol de uma sociedade mais justa e igualitária no que compete direitos e oportunidades na história contemporânea do Brasil.

A seguir, sugerimos um mecanismo pedagógico que podem ser promotores de reflexões ao corpo estudantil na busca da disruptura do imaginário social racista e patriarcal acerca da participação de mulheres negras na sociedade brasileira ao revelar na figura de Lélia uma mulher negra intelectual, política na busca de transformações sociais.

Professora/e/or, as sugestões de abordagem pedagógica a seguir podem ser realizadas em diferentes áreas de conhecimento e componentes curriculares que podem ser contextualizados a partir da vida e trajetória de Lélia Gonzalez apresentada no almanaque. Desse modo, os temas e ênfases curriculares do almanaque podem ser inseridos de acordo com o seu planejamento dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e cursos pré-vestibulares, independente da disciplina que leciona, basta o seu olhar atento para localizar conteúdos que façam sentido com o seu programa elaborado a partir do Projeto Político Pedagógico de sua escola. Ao final desse documento, destacamos alguns objetivos de aprendizagem e habilidades da BNCC que podem ser relacionados ao almanaque, sem descartar outras possibilidades que você pode localizar.

Sugestões de abordagem

Sugestão 1: Sala de Aula Invertida¹

Primeiramente, observe a estrutura do Almanaque. O Almanaque está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro deles intitulado *Alô, alô Brasil! Lélia Gonzalez chegou!* e último *Obras de Lélia (Escritos e links)*. Em cada capítulo há uma quantidade de textos. Portanto, essa sugestão de abordagem pode ser repetida em cinco momentos ao longo do ano letivo, considerando cada momento, um Capítulo. O Capítulo 6 não é recomendável para essa abordagem. Como demonstração da sugestão 1, apresentamos a sala de aula invertida por meio do Capítulo 1 *Alô, alô, Brasil! Lélia Gonzalez chegou!*

Para início de conversa: Contextualização²

Professora/e/or, antes de apresentar o texto às/aos estudantes, sugerimos discutir com eles/as os diferentes temas implícitos no capítulo como, por exemplo, a composição familiar no séc. XX e o papel da mulher negra e indígena, o trabalho do homem da casa, a participação social de mulheres com ênfase nas mulheres negras, o Estado Novo, a segunda guerra, a crise de 29, ou qualquer outro tema que você perceber conexão com o almanaque. A escolha do tema deve considerar o conteúdo a ser trabalhado por você. Por exemplo: se você escolher discutir a composição familiar no séc. XX, você pode mostrar diferentes modelos familiares de hoje a partir de imagens de jornais, redes sociais e revistas. Quanto mais diversos os modelos familiares melhor, oportunizando que ao olhar os modelos, as/os estudantes possam se identificar e falar (se quiserem) sobre suas próprias famílias comparando com a numerosa família de Lélia.

¹ Para saber mais sobre Sala de Aula Invertida acesse: [https://www.ifg.edu.br/attachments/article/19169/Sala%20de%20aula%20invertida_%20por%20onde%20come%C3%A7ar%20\(21-12-2020\).pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/19169/Sala%20de%20aula%20invertida_%20por%20onde%20come%C3%A7ar%20(21-12-2020).pdf) acessado por último em 24/03/2024

² Para saber mais sobre contextualização acesse: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/contextualizacao.htm> acessado por último em 26/03/2024.

Sugestão Metodológica: Sala de Aula Invertida

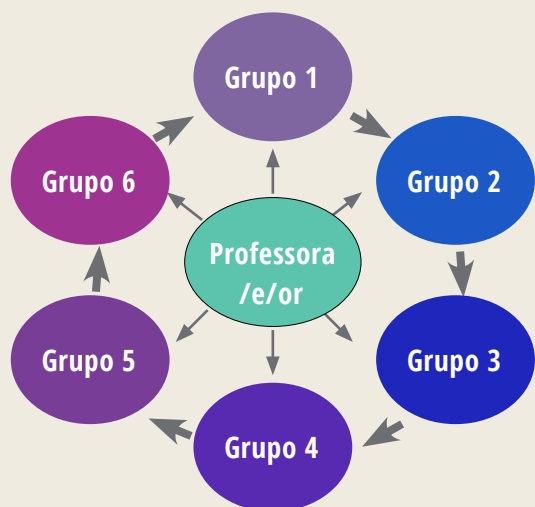
Como fazer?

Passo 1:

Professora/or, divida a sala em grupos, de modo que cada grupo ficará responsável por um texto do capítulo. No Capítulo 1 há seis textos, logo, serão formados seis grupos. Cada estudante de cada grupo fará a leitura do texto em casa. Oriente às/aos estudantes que destaquem os pontos principais do texto de acordo com o tema que você planejou e que foi contextualizado.

Passo 2:

Na aula seguinte, os grupos deverão debater e elencar os pontos principais do texto elaborando a síntese do texto. Professor/e/a deverá perpassar pelos grupos mediando, orientando os debates de acordo com os objetivos e conteúdos elencados a partir do tema apresentado desde a contextualização (vide acima).



Grupo 1 - Alô, alô Brasil! Lélia Gonzalez chegou!

Grupo 2 - Uma grande família...

Grupo 3 - Em uma década de transformações, nasce uma mulher que ajudaria a transformar o país

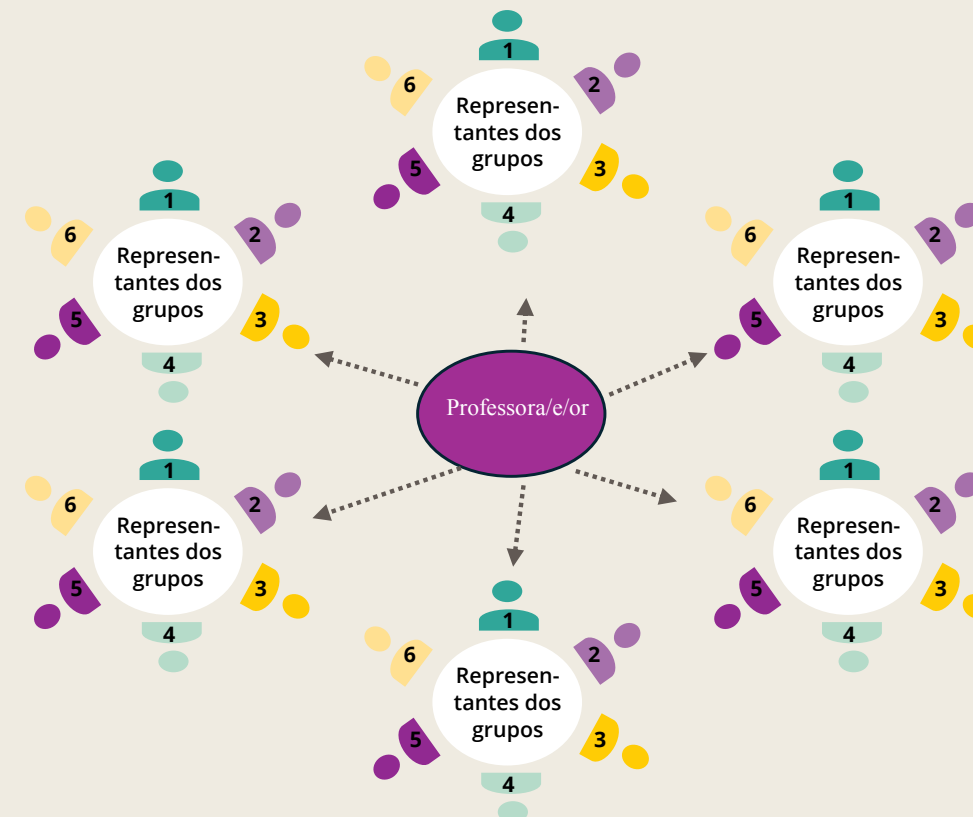
Grupo 4 - Na voz, no ar, na mão e também nas urnas...

Grupo 5 - O começo de tudo...

Grupo 6 - A História do Brasil nessa história...

Passo 3:

Professora/e/or, após os debates e composição da síntese, forme seis grupos mistos, composto por uma/um ou mais representantes de cada grupo de origem. Cada estudante apresentará a síntese de seu grupo.



Passo 4:

Na aula seguinte, cada grupo misto apresentará as percepções finais do texto, ou seja, a apresentação do grupo misto. Espera-se assim que todas/es/os estudantes debatam o texto por completo.

Possibilidades de entrega das/os estudantes:

As/os estudantes poderão fazer a apresentação a partir das sínteses relacionadas aos conteúdos elencados por você por meio de:

- gravação (ou simulação) de um *podcast*;
- gravação (ou simulação) de vídeos reportagem;
- relatório;
- apresentação em powerpoint ou cartazes físicos com os principais tópicos do texto.



Cavalaria Gaúcha no Obelisco da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, novembro de 1930 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC

CAPÍTULO II

O Estado é Novo, mas a prática autoritária, antiga!

Em 1937, justificando combater a ameaça de um golpe comunista no Brasil, o que para muitos/as historiadores/as não passou de uma desculpa apropriada, Vargas impôs o Estado de Sítio, elaborando uma nova Constituição.

Fechou o Congresso Nacional, cancelando as eleições do próximo ano e, com poderes absolutos, passou a governar por meio de Decretos-leis. Os direitos políticos, não só aqueles conquistados pelas mulheres após muitas lutas, mas de todos os brasileiros, foram suspensos e restabelecidos apenas em 1946.

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), forte controle (censura) foi imposto aos meios de comunicação, sobretudo, ao rádio. Inimigos políticos foram presos. Na economia, a implantação da infraestrutura que permitiu a industrialização, em conjunto com a melhoria das condições das classes trabalhadoras, resultou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e reforçaram a fama de Pai dos Pobres, que acompanhou Vargas até seu suicídio em 1954.



Getúlio Vargas fala à nação por ocasião do golpe do Estado Novo. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC



Operários, 1933. Óleo sobre tela, 150 x 205 cm. Tarsila do Amaral | Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo

E Lélia foi para o jardim de infância...

Alheia ao que se desenrolava fora das paredes seguras do lar, Lélia crescia em Belo Horizonte (MG), envolvida pelo amor e carinho de seus pais e muitos irmãos e irmãs.

Nos períodos que os historiadores/as denominam Segunda Republica (1930/1937) e Terceira Republica (1937/1945), várias foram as medidas implantadas por Vargas, que, afastado após um golpe militar em 1945, retornaria como presidente eleito pela população em 1950.

Logo no início da década de trinta, atendendo à necessidade de formação de uma mão de obra especializada e capaz de acompanhar o desenvolvimento da nação, o governo criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930).

Aliadas a uma exigente disciplina, a educação sanitária e a formação moral e cívica eram entendidas como fundamentais no processo de formação do novo trabalhador exigido por um país que se modernizava e crescia.

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova em 1932, assinado por vários educadores e encabeçado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira se tornou, como indica seu nome, pioneiro na tentativa de um projeto de renovação educacional do país.

O documento cobrava do Estado a responsabilidade pela organização de um plano geral de educação. Várias de suas propostas ainda hoje se configuram atuais e fazem parte da bandeira dos educadores/as na luta pela qualidade da escola pública do século XXI.

Também no que se relacionava à educação, a Constituição de 1934 foi pioneira ao enfatizar ser a educação direito de todos, cuja responsabilidade cabia à família e Poderes Públicos.

As conquistas, no âmbito da educação, que incluía o ensino profissionalizante acabaram por configurar, na prática, o trabalho intelectual para os filhos/as das classes mais favorecidas, e o trabalho operacional para os mais pobres.

Foi no meio desse período que Lélia Gonzalez, então com quatro anos de idade teve contato, pela primeira vez, com a escola. Essa chegada ao jardim de infância, na verdade, configurou-se como uma grande novidade e oportunidade para um membro de uma família de mãe analfabeta e pai ferroviário. Lélia, por diferentes circunstâncias, foi a primeira a vivenciar essa experiência.

Vale lembrar que estamos falando de uma época em que, no país, poucas crianças das classes populares, sobretudo aquelas afrodescendentes, como consequência de limitações econômicas, sequer chegavam à escola primária. Não por acaso, já naquele tempo, também como resultado de um processo histórico, era negra a maioria dos homens e mulheres analfabetos/as.

E isso, sem desconsiderar o aspecto de que, em uma sociedade culturalmente machista como aquela do Brasil nas primeiras décadas do século XX, escolaridade e gênero não assumiam o mesmo lugar. Queremos dizer que, além das dificuldades econômicas das classes populares e da limitação de vagas no ensino público, não se valorizava os estudos das meninas.



Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, década de 1940 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC

Crianças em uma escola no Governo Vargas, década de 1930 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC

Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Lourenço Filho (7º), Anísio Teixeira (2º) e outras (os) na Associação Brasileira de Educação, década de 1930 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC

Sala de Aula de uma Escola Pública, Rio de Janeiro, RJ, 1923 | Coleção Particular Aparecido Salatini

Por tudo isso, em relação à trajetória de Lélia, é importante ressaltar, ainda, que, se nos seios da mãe encontrou carinho e conforto, isso não foi tudo. Foi também através deles que encontrou oportunidades.

Dona Urcinda amamentou uma criança que se tornara órfã e tinha aproximadamente a mesma idade da filha. Como gratidão e pelos laços afetivos estabelecidos com a ama de leite, na idade em que a menina foi encaminhada ao jardim de infância, seus familiares resolveram proporcionar a Lélia idêntica oportunidade, assumindo as mensalidades. Anos mais tarde, Lélia lamentaria que o contato com essa família tivesse se perdido.

Tempo também de mudanças! Em 1942, aos sete anos de idade, nova fase tem início em sua vida, ao mudar-se com a família para o Rio de Janeiro.

Orientações pedagógicas

Para ter acesso as orientações pedagógicas, retorne à página 20 do Almanaque Pedagógico

Sugestões de abordagens

Sugestão 2: Estratégia de ensino-aprendizagem KWL¹

Primeiramente, observe a estrutura do Almanaque. O Almanaque está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro deles intitulado *Alô, alô, Brasil! Lélia Gonzalez chegou!* e último *Obras de Lélia (Escritos e links)*. Em cada capítulo há uma quantidade de textos. Portanto, essa sugestão de abordagem pode ser repetida em cinco momentos ao longo do ano letivo, considerando cada momento, um Capítulo. O Capítulo 6 não é recomendável para essa abordagem. Como demonstração da sugestão 2, apresentamos a técnica de ensino-aprendizagem KWL (o que eu sei – o que eu quero saber – o que aprendi) por meio do Capítulo 2 *O Estado é Novo, mas a prática autoritária, antiga!*

Para início de conversa: Contextualização²

Professora/e/or, antes de apresentar o texto às/aos estudantes, sugerimos discutir com eles/as os diferentes temas implícitos no capítulo como, por exemplo, Golpe de Estado, comunismo, censura, voto, CLT, racismo e machismo (por meio das imagens é possível abordar) ou qualquer outro tema que você perceber conexão com o almanaque. A escolha do tema deve considerar o conteúdo a ser trabalhado por você. Por exemplo: se você escolher discutir o racismo e machismo, você pode mostrar a representatividade nas ocupações de cargos de poder a partir de imagens de jornais, redes sociais e revistas atuais e comparar com as imagens do almanaque e discutir o percentual populacional de pessoas negras e mulheres e a representatividade dessas pessoas.

¹ Para saber sobre essa estratégia acesse <https://www.youtube.com/watch?v=tXpkEDrWeik&t=33s> acessado por último em 26/03/2024.

² Para saber mais sobre contextualização acesse: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/contextualizacao.htm> acessado por último em 26/03/2024.

Sugestão Metodológica: Estratégia de ensino-aprendizagem KWL

Como fazer?

Passo 1:

Professora/e/or, a partir da contextualização, exponha a tabela a seguir numa folha de papel pardo ou 40Kg ou faça a tabela no quadro da sala. Distribua tiras de papel para as/os estudantes para que respondam: O que eu sei sobre o Estado Novo? Esse é um momento de sondagem, de levantar o que sabem a respeito a partir de conhecimentos prévios, sem ainda que você apresente teoria e conceito. Desse modo, estamos estimulando a memória, mas também promovendo o pensamento crítico acerca de informações que podem ser falsas a respeito desses temas. Não é o momento de correções. Ao responder na tira de papel, as/os estudantes deverão fixar as respostas na primeira coluna.

K - O que eu sei	W - O que eu quero saber	L - O que eu aprendi
Respostas para a pergunta: O que eu sei sobre o Estado Novo?		

Passo 2:

Em seguida, distribua outras tiras de papel, que podem ser inclusive de outra cor, e peça que as/os estudantes respondam: O que eu quero saber sobre o Estado Novo? Esse é o momento de instigar as/os estudantes provocando curiosidades acerca do tema. Ainda não é o momento de apresentar teoria e conceito. As respostas neste momento estão em torno do que foi dialogado na contextualização. As respostas aqui podem mostrar para você a expectativa das/os estudantes da aula seguinte.



K - O que eu sei	W - O que eu quero saber	L - O que eu aprendi
	Respostas O que eu quero saber sobre o Estado Novo?"	

Passo 3:

Agrupe a sala de aula em trios para a leitura do capítulo. Cada trio deverá ler e discutir entre si o texto verbal e as imagens do capítulo entre si e formular a resposta para a última coluna do quadro.

K - O que eu sei	W - O que eu quero saber	L - O que eu aprendi
		Respostas para a pergunta: O que eu aprendi sobre o Estado Novo Novo?"

Passo 4:

A partir do quadro, promover uma roda de conversa entre as/os estudantes onde deverão dialogar sobre as três colunas. Você pode provocar as perguntas com "O que você sabia faz sentido agora?" "O que você queria saber era isso mesmo?". Também é possível dialogar sobre fatos e propagação de inverdades (fake news).



Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 1942 | Acervo Iconographia



Jayne, jogador de futebol e irmão de Lélia Gonzalez, 1943 | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

CAPÍTULO III Em busca de novos horizontes

Apesar da profissão do pai que, como vimos, acarretava à família constantes deslocamentos de cidades, dessa vez foi o futebol o responsável pela vinda de todos/as para a casa de vila no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, então a capital da República.

Jaime, um dos filhos de Urcinda e Acácio, protagonizou uma história ainda hoje bastante conhecida, na qual o talento dos pés “abre portas” e propicia a meninos pobres melhores condições de vida para toda a família. Assim, ele que era jogador do Atlético Mineiro foi “descoberto” e contratado pelo Clube de Regatas Flamengo.

Na capital do país, várias foram às vezes que Lélia e a família passaram de bonde diante do

Palácio localizado do bairro do Catete, de onde Vargas, em pleno Estado Novo, comandava o Brasil.

Mas qual mesmo era o retrato desse país? Segundo o Censo de 1940, éramos 41,2 milhões de habitantes, dos quais apenas 31% viviam em áreas urbanas. A expectativa de vida da população era de 42,7 anos e o Brasil configurava-se como um país jovem e predominantemente católico (95%). Os/as brasileiros/as acima de 60 anos ou mais representavam apenas 4,1% da população.

O trabalho feminino fora do lar restringia-se, na maioria dos casos, à atividade de doméstica, e o magistério absorvia aquelas mulheres com maior escolaridade, que era a minoria. No comércio e na indústria brasileira, as mulheres apenas iniciavam presença. Na área rural, contudo, elas “apenas ajudavam” maridos e famílias e, por isso, nada recebiam.

A busca por melhores condições de vida aumentava o êxodo migratório dos habitantes da Região Nordeste para o Sudeste e Sul do Brasil. A chegada de estrangeiros/as ao país diminuía e, em 1940, eles/as representavam apenas 3,1% da população.

A taxa de fecundidade era de 6,2 filhos por mulher e, pela Constituição, o Estado deveria responder pelo bem-estar das famílias numerosas e de baixa renda. E olha que isso não era por acaso! Afinal, interessava ao governo, defensor da política desenvolvimentista, o aumento da mão de obra em um país que experimentava um processo de industrialização e havia criado o salário mínimo para os trabalhadores/as.

Dessa forma, dona Urcinda, mãe de Lélia, não fugiu à regra ao engravidar 18 vezes e perder cinco crianças. A taxa de mortalidade era alta e, importante lembrar, na ocasião, o papel

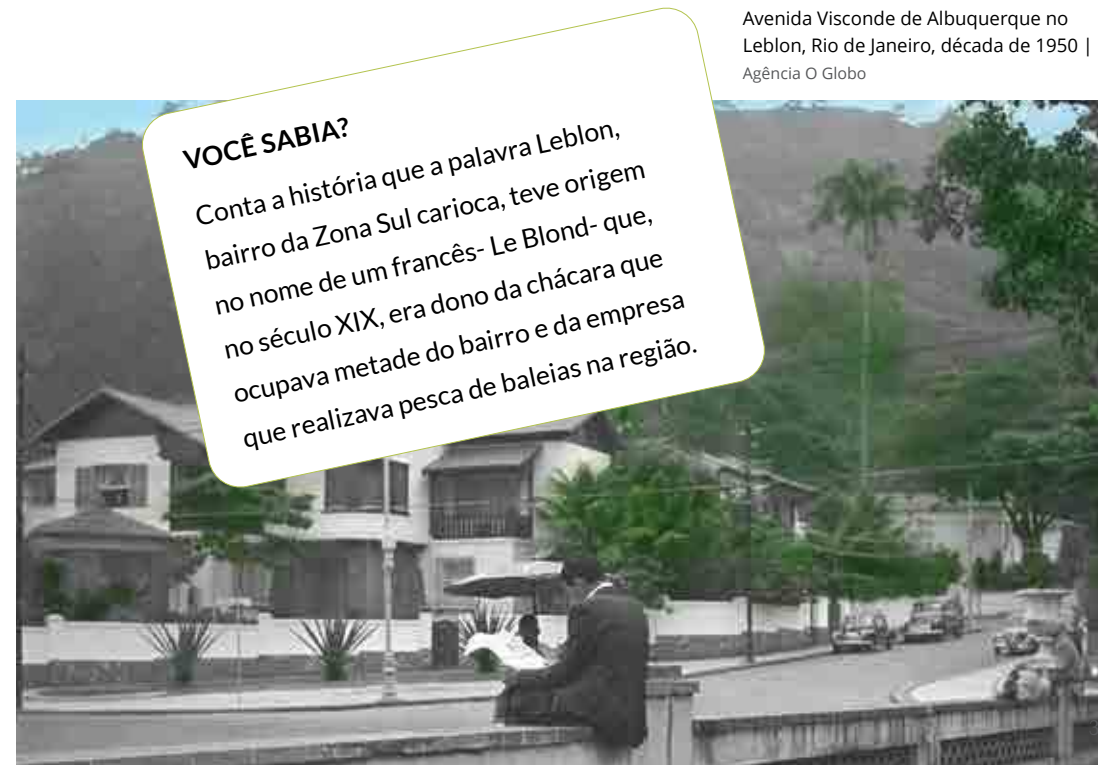


Passadeiras do Hotel Glória, Rio de Janeiro, década de 1950 | Coleção Particular de Aparecido Salatini

social da mulher, sobretudo aquelas das classes populares, restringia-se ao de “boa reprodutora” e dona de casa cuidadosa. Viver para o marido e os filhos era o destino da mulher de “boa sorte”!

Aliás, esse “destino feminino”, estava de tal

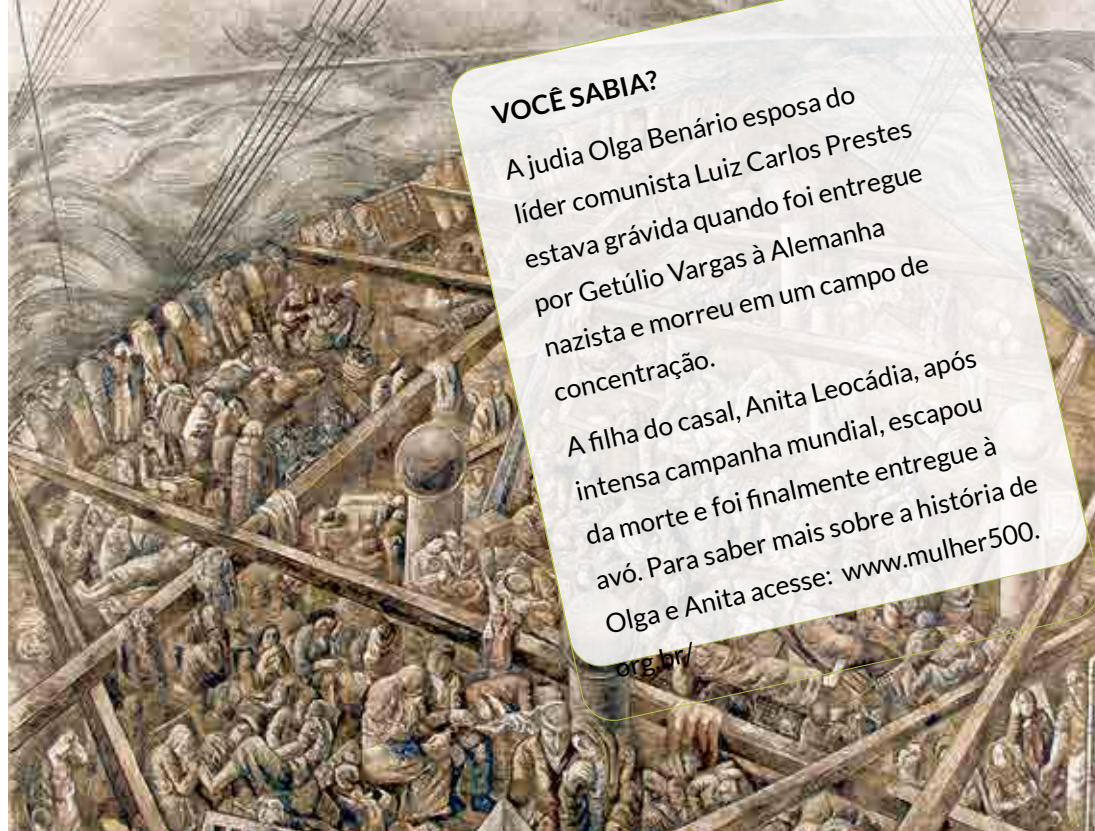
maneira enraizado na sociedade brasileira, que apesar das transformações, seguiria forte até a década de 1970, e anos mais tarde seria uma das bandeiras de luta levantadas pela reflexão de Lélia Gonzalez.



Avenida Visconde de Albuquerque no Leblon, Rio de Janeiro, década de 1950 | Agência O Globo

VOCÊ SABIA?

Conta a história que a palavra Leblon, bairro da Zona Sul carioca, teve origem no nome de um francês- Le Blond- que, no século XIX, era dono da chácara que ocupava metade do bairro e da empresa que realizava pesca de baleias na região.



VOCÊ SABIA?

A judia Olga Benário esposa do líder comunista Luiz Carlos Prestes estava grávida quando foi entregue por Getúlio Vargas à Alemanha nazista e morreu em um campo de concentração.

A filha do casal, Anita Leocádia, após intensa campanha mundial, escapou da morte e foi finalmente entregue à avó. Para saber mais sobre a história de Olga e Anita acesse: www.mulher500.org.br/

Navio de emigrantes, Lasar Segall, 1939/41, pintura a óleo com areia sobre tela, 230 x 275cm | Acervo do Museu Lasar Segall-IBRAM/MinC

Uma cidade maravilhosa em um mundo não tão maravilhoso assim. A Segunda Guerra!

Lélia e a família chegaram à cidade maravilhosa no momento em que o Brasil envolveu-se na Segunda Guerra Mundial, aliando-se, em 1942, aos Estados Unidos e Inglaterra.

Vargas encerrava a neutralidade vivida pelo país, agradava aos brasileiros revoltados com o afundamento pelos alemães de embarcações brasileiras na costa do nordeste e conseguia acordos financeiros com os norte-americanos que permitiram o desenvolvimento da indústria siderúrgica brasileira.

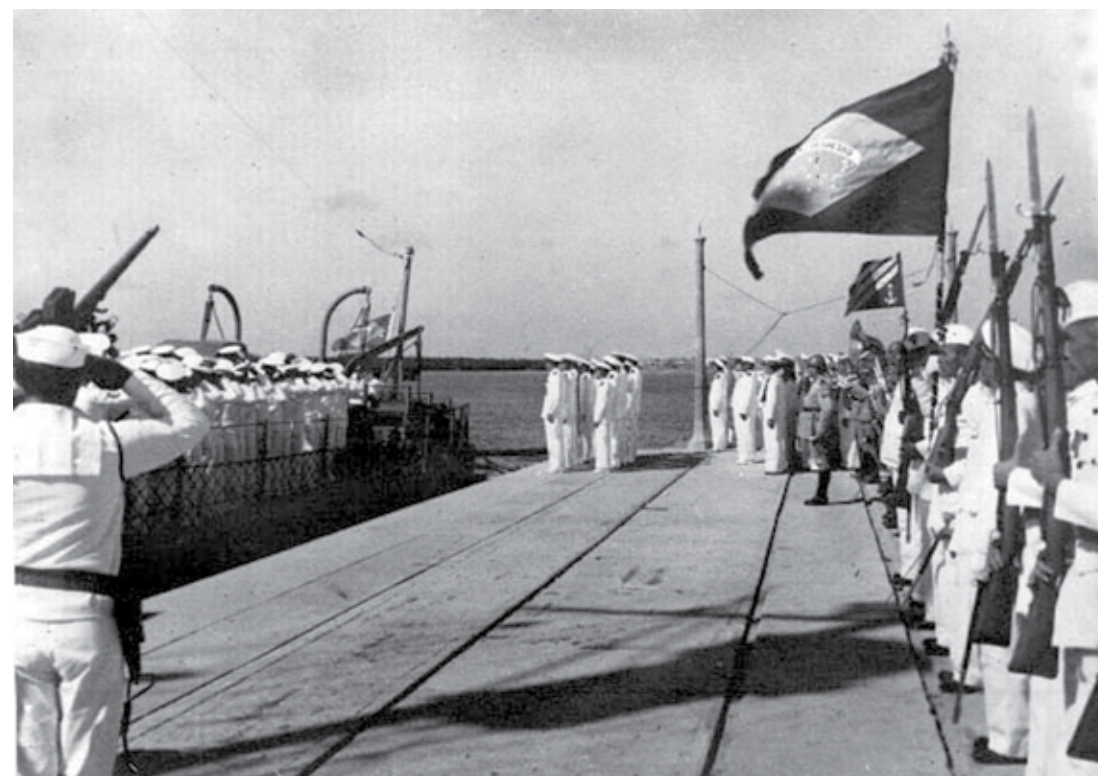
Para os norte-americanos, a aliança permitia a instalação de uma base militar em Natal (RN), ponto estratégico para reabastecimento dos aviões de combate que se dirigiam à África

e os transformava em nossos principais parceiros econômicos. Logo, para além de uma associação em defesa da liberdade humana e combate aos horrores da guerra, também interesses econômicos se consolidaram.

Assim, o primeiro grupo de militares brasileiros chegou à Itália em julho de 1944 e até o final do conflito, em 1945, um total de 25 mil soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), 42 pilotos e 400 homens de apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), com suor, sangue e vidas contribuíram para a construção de um mundo livre.



Desfile da FEB na avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, antes da partida para a Itália. 2ª Guerra Mundial. Maio de 1944 | Acervo Iconographia



Aspectos da Base Naval de Natal, Rio Grande do Norte, e da Companhia Regional de Fuzileiros Navais - entre 1934 e 1945 | Fundação Getúlio Vargas - CPDOC



“Tínhamos um bom relacionamento, mas havia racismo. Entre as norte-americanas, só havia brancas, enquanto muitas de nossas enfermeiras eram mulatas e não eram aceitas (...)”

(Elza Cansação Medeiros in <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/major-elza-cansacao-exercito-salvacao-435085.shtml>, acesso em 29/01/15)

TOME NOTA
Para conhecer a história de Elza Cansação e da participação feminina na Segunda Guerra Mundial acesse:
www.mulher500.org.br

Elza Cansação Medeiros, 1945 (Tenente Expedicionária da FEB) | Agência O Globo

E o chamado sexo frágil parte para a luta...

Contudo, não vá pensando, que apenas os homens deram sua contribuição. As brasileiras também não “fugiram à luta”.

A carioca Elza Cansação Medeiros tornou-se a primeira mulher convidada a integrar o destacamento Precursor de Saúde, que se deslocou para a Itália em 1944.

Foi Elza quem denunciou ao comandante da FEB a forma humilhante como as enfermeiras brasileiras - que não tinham patente militar - eram tratadas pelas colegas americanas - todas oficiais. A participação feminina brasileira na guerra inclui ainda, dentre outras, Antonieta Ferreira, Carmem Bebiano, Ignácia de Melo Braga e Virginia Portocarreiro.

Pois é! Além das limitações sociais então próprias àquelas que eram do sexo feminino, as afrodescendentes enfrentavam, ainda, o forte preconceito racial. As implicações dessas questões – mulher, negra e, na maioria das vezes, pobre-, anos depois, na década de 1970, seriam introduzidas por Lélia Gonzalez no centro das reflexões realizadas pelo Movimento Feminista brasileiro.



Através do rádio, Vargas falava sobre a Guerra aos brasileiros | Acervo Iconographia



Monumento dos Pracinhas, Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, 2011 | Pulsar Imagens



Corrida de automóveis movidos a gasogênio, década de 1940 | Acervo Iconographia

Um difícil cotidiano...

Desde o início da guerra em 1939, como os demais países, o Brasil passou a enfrentar racionamento de petróleo. Na tentativa de minimizar o problema, veículos adaptados circulavam pelas cidades utilizando o gasogênio, resultado da queima de carvão.

A falta de abastecimento dava origem a longas filas em busca de alimentos e produtos industriais. E nem mesmo as ameaças e a fiscalização do governo evitaram abusos e disparada de preços. Certamente, por isso, não foram poucas as vezes em que Dona Urcinda e os filhos/as tiveram que enfrentar longas filas para comprar carne, pão e leite!

A entrada de estrangeiros sofria rigoroso controle governamental. Além disso, como reação e preocupação em relação à forte presença alemã e italiana no sul do país, o Ministério da Educação proibiu que as escolas locais utilizassem e ensinassem às crianças qualquer outro idioma que não o português.

Mas isso não foi tudo! Havia coisa ainda pior! Estamos nos referindo à situação enfrentada por várias famílias que enviaram seus soldados para a guerra. Muitos não retornaram. Outros o fizeram com sequelas à saúde, como ocorreu à família de Lélia. Seu irmão de mesmo nome do pai (Acácio) retornou adoentado ao final da guerra em 1945 e faleceu pouco depois.

Elizeth Cardoso



Cantoras do Rádio: Elizeth Cardoso, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba, Angela Maria e Araci de Almeida | Acervo Iconographia

Dalva de Oliveira



Angela Maria



Araci de Almeida



Emilinha Borba





Capa do livro "O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir, década de 1940 | Foto Elizabete Braga

UMA PALAVRINHA

Sexo - (anatômico) - É o que distingue o macho da fêmea. Caracteriza-se pelos órgãos genitais.

Gênero - Conceito criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social. A maneira de ser homem e de ser mulher é determinada pela cultura, ou seja, são produtos da realidade social.

O sexismo impunha limites

Lélia e a família estavam há poucos meses no Leblon quando seu Acácio faleceu. Responsabilidades - muitas! - juntaram-se às dores da perda. Como de costume, na ocasião, os filhos/as mais velhos/as não fugiram à regra e assumiram os compromissos pelo sustento da casa.

Jaime transferiu a família para uma casa comprada no bairro de Ricardo de Albuquerque, também na cidade do Rio de Janeiro e Elisa, a mais velha das mulheres, passou a dividir com a mãe, dona Urcinda, os cuidados com os/as irmãos/ãs menores.

Em um mundo que impunha diferentes realidades e possibilidades para meninos e meninas, Lélia e as irmãs experimentaram o modelo tradicional de criação. Enquanto eles descobriam as ruas, correndo e soltando pipas, elas exploravam os limites das paredes do lar e muros do quintal.

Assim as meninas cresciam e se tornavam mulheres! Também dessa maneira se preparavam e as mulheres educadas para o casamento esperavam por um marido que as tiraria do confinamento da casa dos pais. E quando isso acontecia, não demoravam a descobrir que haviam "substituído seis por meia dúzia"! Os limites apenas trocavam de endereço. Pois é!

Certamente, você percebeu que nos referimos aqui ao cotidiano da maioria das famílias brasileiras. Logicamente que outras ideias também existiam! Importadas dos Estados Unidos e Europa, formas diferentes de criar, sobretudo as meninas, eram aos poucos implantadas em algumas casas de famílias de alta renda. Contudo, à época, ainda se constituíam exceção.

Parte do universo feminino ligado às artes se pautava em realidades diferentes. Cantoras de rádio e artistas do teatro desfrutavam de grande liberdade e rompiam costumes. Não estavam, contudo, livres de preconceitos!

"Não se nasce mulher, torna-se mulher."

Simone Beauvoir (feminista, escritora e filósofa francesa do século XX)

Lá fora, mulheres brigavam por um lugar ao sol. Na Europa, a filósofa, escritora e feminista Simone de Beauvoir publica, em 1949, *O Segundo Sexo*, manifesto pioneiro do feminismo, no qual apresentava novas bases para o relacionamento entre mulheres e homens. Uma francesa dava voz a mulheres de todas as nacionalidades. Defendia que o sexo feminino precisava se libertar dos valores e ideias que, impostos por diferentes sociedades, naturalizavam e legitimavam discriminações e limitações sociais.

Suas ideias espalharam-se rapidamente, mobilizando mulheres por todo o mundo. Mais que isso, suas ideias persistiram no tempo. Décadas mais tarde, inclusive, estariam presentes nas discussões sobre o feminismo negro, levadas adiante no Brasil pela própria Lélia Gonzalez.

E o mundo seguia seu curso. Em Ricardo de Albuquerque, no Rio, a menina Lélia, matriculada no curso primário, dava início a uma longa e bem sucedida trajetória acadêmica. Importante considerar que, na ocasião, o fato de uma menina negra e de família pobre estar na escola - e nela prosseguir -, era fato a comemorar. E muito!

Afinal, ainda segundo o Censo de 1940, dentre uma população negra representada por 862.255 pessoas, apenas 344 haviam concluído o nível superior e 1.717 tiveram a alegria de comemorar a conclusão do ensino médio. Mas, e para a quase caçula de Dona Urcinda e Seu Acácio? Fácil não foi! Na verdade, como Lélia teria a oportunidade de comentar muito adiante, dois fatores foram fundamentais e garantiram seu acesso aos estudos:

E acontece que nessa família todos trabalhavam, ninguém passava da escola primária, mesmo porque o esquema ideológico internalizado pela família era esse: estudava-se até a escola primária e, depois, todo mundo ia à batalha em termos de trabalho para ajudar a sustentar o resto da família. Mas no meu caso o que aconteceu foi que, como uma das últimas, a penúltima [filha] da família, já tendo como companheiros de infância os meus próprios sobrinhos (...) a visão de meus pais com relação a mim já foi uma visão de neta, praticamente. Então, eu tive a oportunidade de estudar(...).¹

¹ GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Revista Estudos Feministas*, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.

Por um Brasil em preto e branco...

As dificuldades eram muitas, mas ao longo de nossa história, foram muitas as iniciativas e tentativas de mudar essa situação social e educacional, sobretudo, após a “abolição” da escravatura. Ações e iniciativas promovidas por lideranças negras surgiam pelos diferentes cantos do país.

Já em setembro de 1931, negros paulistas fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB). Uma resposta ao fato de não se sentirem contemplados nas plataformas políticas dos partidos então existentes. A Frente, que despertou simpatias e críticas, cresceu e se espalhou para outras regiões do país. Importante destacar que as mulheres eram maioria entre os filiados. Entre as diferentes áreas de atuação da FNB, aquela relacionada à educação resultou na instalação de uma escola para alfabetização e curso primário de adultos. Contudo, como havia acontecido com os partidos políticos, após o Golpe de 1937 (Estado Novo), a FNB sofreu intervenção. Transformada em União Negra Brasileira (UNB) atuou até 1938 quando foi extinta.

Destacam-se também, no período, os Congressos Afro-Brasileiros de 1934 (Recife) e de 1937 (Bahia), que seriam as bases do I Congresso do Negro Brasileiro, que, precedido pela Convenção Nacional do Negro (1946), ocorreria em 1950 (RJ), reunindo intelectuais e lideranças negras.

Também no quadro-negro as muitas lições de “embranquecimento”...

Na capital do País, a filha de dona Urcinda ainda cursava o primário, quando lideranças negras fundaram em 1944 o Teatro Experimental do Negro (TEN). Aliás, Abdias do Nascimento, um de seus principais fundadores, décadas depois encontraria em Lélia Gonzalez uma grande e constante parceira na luta contra o preconceito e a discriminação.

O destino traçava e emaranhava caminhos para a menina negra. E saiba que até o fim da vida ela não fugiria à luta!

VOCÊ SABIA?

A estação de Ricardo de Albuquerque, inaugurada em 1913, deve seu nome a José Ricardo de Albuquerque, antigo diretor da ferrovia e poeta. A denominação, delimitação e codificação do Bairro foi estabelecida pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280, de 23 de agosto de 1985. Situa-se a 24,45 km da Estação Central do Brasil

TEN

Em 1944 surge o Teatro Experimental do Negro (TEN).

Abdias do Nascimento foi um de seus principais fundadores. Dentre seus objetivos destacava-se a valorização social do negro (a) através da educação, da cultura e da arte. Vale lembrar que o programa de alfabetização de empregadas domésticas implantado pelo TEN envolveu cerca de 600 participantes.

No ano de 1945, a atriz Ruth de Souza em peça montada pelo TEN tornou-se uma das primeiras atrizes negras a se apresentar no Theatro Municipal do Rio de Janeiro e em 1969, a primeira protagonista negra de uma novela brasileira, a Cabana do Pai Tomás. Criado por integrantes do TEN em 1948, o jornal *Quilombo* tornou-se importante canal de enfrentamento ao racismo. Através de suas páginas, defendia uma educação gratuita, pública, em todos os níveis da educação brasileira, comprometida com conteúdos africanos, inclusive nos estabelecimentos militares. Denunciava também os preconceitos enfrentados pelos negros nos exames de seleção para ingresso ao corpo diplomático do Instituto Rio Branco. Pela projeção alcançada articulava-se com lideranças do movimento negro no exterior tornando público aspectos da situação racial brasileira.

Coube ainda ao TEN a realização de um importante evento no período de redemocratização do país ao final do Estado Novo de Vargas: o I Congresso do Negro Brasileiro, realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro em maio de 1950.

Sobre Abdias do Nascimento é importante dizer a você professor (a), que um dos principais ativistas do movimento negro, foi senador e deputado federal. Entre os anos de 1991 e 1994, atuou na Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO/RJ). Em 1999, respondeu pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e da Cidadania (RJ) e foi ainda, Coordenador do Conselho de Direitos Humanos (RJ).

Por sua defesa pelos direitos humanos dos afrodescendentes recebeu em 2005, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), o Prêmio Franz de Castro Holzwarth de Direitos Humanos, além de várias outras homenagens nacionais e internacionais, como da UNESCO, do Governo Universidade Internacional da Flórida e do governo da África do Sul. Em 2010 foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Abdias faleceu em 2011, no Rio de Janeiro. Para conhecer mais sobre o TEN e a história de Abdias do Nascimento você pode acessar, dentro outros, o site <http://www.ipeafro.org.br/home/br/acoes/32/43/ten/>



Lembranças

“Lélia, na nobreza dos seus sentimentos, na firmeza das suas convicções e nas qualidades privilegiadas da sua inteligência, você tem desde já um horizonte imenso para a conquista da vitória e da felicidade. Essas lhe virão e estou bem certa. Creia na amizade e na admiração da Professora Lyvia. Escola Rivadavia (março, de 1952)”.

Lembranças

“Lélia, a certeza do dever cumprido dá-nos uma parcela de felicidade. Que a benção de Deus complete a ventura assegurada pelos seus dons intelectuais e morais são os votos da professora e amiga, Mercedes Chaves (15 de dezembro de 1951)”.



Caderno de Lembranças de Lélia Gonzalez, década de 1950 | Acervo Lélia Gonzalez



Capa do álbum de formatura de Lélia, Colégio Rivadávia Corrêa, Rio de Janeiro, 1951 | Acervo Lélia Gonzalez



Formatura do ginásial no colégio Rivadávia Corrêa, 1951 | Acervo Lélia Gonzalez

Fazendo Escola...

Curso primário concluído era chegada a hora de ir para o ginásio. Mais desafios!

A escola Rivadávia Corrêa, no centro da cidade do Rio de Janeiro, próxima à estação ferroviária Central do Brasil, foi o local escolhido pela família para a continuidade dos estudos da décima sétima filha da família.

Dessa forma, diariamente, com chuva ou sol, entre 1946 e 1951, Lélia enfrentava no vagão do trem os 24,45 km de distância de sua casa até a sala de aula do curso ginásial.

Tempo de saudades, alegrias, expectativas e também de dificuldades:

“Me recordo perfeitamente que cada um [da família] dava uma coisinha, uma irmã dava um sapatinho, outra dava uma meinha e outra fazia o uniforme (...) estudei com muita dificuldade. Os livros eram emprestados pelas colegas (...) Eu ia estudar nas casas das amigas(...).”

(Entrevista. Jornal O Pasquim, Rio de Janeiro, ano XVII, 20/03 a 26/03 de 1986, n. 871, p.08-10).

Por um determinado período, inclusive, foi preciso trabalhar para ajudar em casa. E para onde mesmo se encaminhava a grande maioria de meninas pobres e negras nessa situação? Para o serviço em casa de família. Dessa forma, livros e cadernos conviveram durante algum tempo com os afazeres típicos de uma babá.

Embora estejamos aqui tratando de uma situação vivenciada por Lélia na década de 40 do século passado, ainda hoje, no campo ou na cidade, o trabalho infantil é uma triste realidade.

Ao longo das últimas décadas, a implantação de programas governamentais de distribuição de renda às classes populares para que mantenham seus filhos/as na escola, como o *Bolsa-Família*, os direitos assegurados pela Constituição (1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e a participação do Brasil como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de fato promoveram significativos avanços contra o trabalho infantil. Essas ações e medidas, porém, não o tornaram coisa do passado! E isso sem esquecer que falamos de um país no qual, como anteriormente vimos, a Constituição de 1934 já destacava a proibição do trabalho para crianças menores de 14 anos. Dentre outras implicações, ter que trabalhar para ajudar no próprio sustento ou da família não apenas compromete o período da infância, mas, em muitos casos, acaba por causar prejuízo imediato ou posterior à própria saúde da criança, além de colaborar fortemente para a evasão escolar.

Também desse período em que enfrentou o curso ginásial, não foram poucas as *lembranças* que acompanharam Lélia até sua morte em 1994.

Algumas, inclusive, registradas nos depoimentos e mensagens de professores/as da Escola Rivadávia Corrêa, permanecem carinhosamente guardadas nas páginas de seu diário pessoal: *Lembranças*.

E quanto às outras lembranças, nos referimos àquelas que, bem depois, em sua trajetória acadêmica e de militância no Movimento Negro, Lélia denunciaria de maneira incisiva:

Você sabe quem foi Laudelina de Campos Melo?

Laudelina de Campos Melo foi pioneira e incansável na defesa de sua categoria e como fundadora do primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas do Brasil.

Durante a década de 1980, no contexto da redemocratização do Brasil e da promulgação da Constituição, Laudelina estabeleceu em Campinas o primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas do país. Em 2023, o nome de Laudelina de Campos Melo foi inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Para saber mais sobre a história de Laudelina ou sobre a aplicação da PEC que trata a situação das trabalhadoras domésticas no Brasil, pesquise na internet por “primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas” ou “PEC 478/2010”.

“(...) passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque na medida em que eu aprofundava meus conhecimentos, eu rejeitava cada vez mais a minha condição de negra. E, claro, passei pelo primário, ginásio, científico, esses baratos todos. Na Faculdade eu já era uma pessoa de cuja já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema”².

2 GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Revista Estudos Feministas*, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>

"Clareando" a questão da identidade da mulher negra em diferentes espaços...

Mas o que mesmo queria dizer ela na década de 1980 com “embranquecimento” produzido pelo discurso pedagógico brasileiro?

Lélia falava de um modelo escolar eurocêntrico organizado desde o “achamento” do Brasil, a partir de valores, ideias e modelos próprios do colonizador branco.

Denunciava a forma como a escola, desde os jesuítas, sempre fingiu não enxergar a presença e importância indígena e negra na composição do país. Denunciava também uma sociedade que se organizou pedagogicamente em defesa de uma concepção homogeneizada de povo brasileiro, indiferente à etnia, mestiçagem e peculiaridades locais. Uma prática pedagógica preconceituosa, anacrônica e ultrapassada, sim. Contudo, ainda não sepultada!

Na visão de Lélia, portanto, ao silenciar o trato da questão racial e étnica nas salas de aula dos diferentes níveis de ensino, ao ignorar essa população e seus descendentes, o sistema reforçava eficientemente a ideia da falsa democracia racial brasileira, mascarando ao mesmo tempo o forte preconceito e as diferenças institucionalizadas há séculos. Uma falsa igualdade, portanto, fortemente marcada pelo desrespeito às diferenças!

Conseqüentemente, argumentava ela, o processo de “embranquecimento” desenvolvido por anos a fio, acabava por dificultar a resistência de homens e mulheres afrodescendentes que, assim, acabavam impedidos ou com grande dificuldade de se perceberem como tais: negros/as e excluídos/as. E acrescentava a complexidade ainda maior para aquelas que, além de negras, eram também do sexo feminino!

Mais de uma vez, inclusive, Lélia utilizou sua própria trajetória para ilustrar a dificuldade de percepção desse processo de exclusão, o que para ela ocorreu apenas ao chegar à faculdade: “(...) não quero dizer que eu não passei por isso, porque eu usava peruca, esticava cabelo (...)”³.

Na verdade, sua fala ampliava a reflexão sobre o processo de “embranquecimento” também eficientemente costurado pelos demais canais da sociedade.

Trocando em miúdos, Lélia e outros militantes articulados em defesa da causa negra tornavam públicas indagações até então propositalmente esquecidas pela sociedade e empurradas para debaixo dos panos. Assim punham para fora o que a sociedade sabia, mas não tinha interesse em responder: “Em um país com tão forte presença negra, onde estão os homens e mulheres não brancos que fizeram a história dessa nação?” Quem ouvira falar de um homem chamado Zumbi? Atores e atrizes negras não podem ser protagonistas em novelas? Mulheres negras não podem chegar às universidades? As propagandas ignoram que também não brancos (as) consomem seus produtos? E assim por diante...

Às lideranças feministas, Lélia indagava sobre a inserção e representatividade das outras mulheres, aquelas negras em sua maioria pobres, nas pautas de reivindicações. Aos representantes dos partidos políticos, cobrava coerência entre promessas de palanques e ações de promoção e defesa dos direitos das mulheres negras.

“O discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, afirmam que a história do nosso povo é um modelo de soluções pacíficas para todas as tensões e conflitos que nela tenham surgido. Por aí pode-se imaginar o tipo de estereótipos difundidos a respeito do negro: passividade, infantilidade, incapacidade intelectual, aceitação tranquila da escravidão etc. (...) Assim como a história do povo brasileiro foi outra, o mesmo acontece com o povo negro, especialmente. Ele sempre buscou formas de resistência contra a situação sub-humana em que foi lançado”.

Lélia Gonzalez



Lélia Gonzalez - 31-01-63

Lélia Gonzalez - 21-05-66

Lélia Gonzalez - 03-06-68

| Acervo Lélia Gonzalez

Pois então! A menina pobre, filha de uma dona de casa, descendente de índios e de um pai negro, incomodava! Dessa forma, até que viesse a falecer em 1994, Lélia construiu sua trajetória de vida conquistando admiradores e também adversários.

As respostas a essas indagações colocadas por Lélia não surgiram de imediato. Contudo, esses questionamentos resgataram e ampliaram discussões, e somaram e envolveram pessoas de diferentes setores da sociedade.

Daí que, quase trinta anos depois, em 2003, e não sem polêmicas por meio da Lei 10639, a sociedade brasileira aprovou a inclusão da temática afro-brasileira nos currículos do ensino básico das redes de ensino públicas e privadas. Vitória, sem dúvida! Solução, ainda não!

A resistência às mudanças ainda se fazem presentes e dentre outras medidas para asse-

gurar a aplicação da Lei, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI) instituiu a Comissão de Avaliação de Material Didático Instrucional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a implantação da Lei 10639/03.

E não parou por aí! Para a construção de uma sociedade multicultural e de cidadania inclusiva, duas importantes conquistas ocorreram em 2008 e 2010. Falamos da Lei 11.465/08, que inclui a temática indígena nos currículos do ensino básico das redes de ensino públicas e privadas e da aprovação da Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, o Estatuto da Igualdade Racial.

³ GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. Revista Estudos Feministas, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.

VOCÊ SABIA?

Ao longo dos tempos muitas teorias “explicam” e diferenciam a Humanidade através de “raças”. Preconceito, racismo, medo do diferente e desconhecimento cultural se fazem representar, desde então, através de diferentes intelectuais. A miscigenação do povo brasileiro, argumento da “não existência” de racismo em nossa sociedade, até hoje é igualmente apresentada por muitos como um dos aspectos para atraso do desenvolvimento do país.

A Redenção de Cã (1895), quadro do pintor espanhol Gómez, acervo do Museu Histórico Nacional (MNH), foi utilizado no Congresso Universal das Raças (Londres/1911), para ilustrar essa questão da mistura racial entre nós.

Vale a pena conhecer mais sobre as teorias de ontem e atuais que abordam e tratam dessa questão. O acervo do MNH está disponível em www.museuhistoriconacional.com.br.



Lélia: no meio dos livros, se dividindo entre os estudos, o magistério e as publicações. Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, 1968 | Acervo Lélia Gonzalez

“(...) vocês podem imaginar como eu me sentia na aula de história quando a professora dizia que o negro era servil e o índio indolente! Logo eu, filha de pai negro e mãe índia!”⁴.

4 Disponível em: <http://www.leviagonzalez.org.br/historia.html>. Acesso em: 12 de Janeiro de 2005.

Enfrentando o racismo num tradicional colégio do Rio

No ano de sua fundação em 1837, o Colégio Pedro II, cujo nome é uma homenagem ao Imperador, reunia um total de 30 alunos, dos quais sete tinham direito à gratuidade. Os pedidos encaminhados pelos familiares dependiam de análise e aprovação do Imperador. Só assim o índio Joaquim Peixoto conseguiu, em 1844, a admissão de seu filho no colégio.

Instituição por décadas exemplo para o ensino secundário brasileiro foi, exclusivamente, masculina até 1883, quando o professor de medicina Candido Barata Ribeiro obteve resposta positiva à solicitação de inclusão de suas filhas Cândida e Leonor, no colégio. A partir da abertura dessa porta, também Maria Julia Picanço da Costa, Olympia e Zulmira de Moraes Kohn tornaram-se alunas da instituição. Muito bom, sim! Mas definitivo, não!

Em 1885, quando ao todo 20 meninas sentavam nas carteiras das salas de aula do Colégio Pedro II, o ministro da Instrução, alegando dispor de verba apenas para a educação masculina, acabou com o ensino misto. Simples assim! As alunas foram então transferidas em 1889, para a Escola Normal, o Liceu de Artes e Ofícios ou para o curso gratuito feminino do Externato do Instituto Nacional de Instrução. Foi preciso esperar por longos 38 anos, até que, em 1927, Yvonne Monteiro da Silva, aos 17, obtivesse autorização para ingressar no Pedro II.

Grande colaboração para essa “reconquista” das meninas se deve também à atuação das participantes da Conferência pelo Progresso Feminino em 1922, na capital do país (Rio de Janeiro) que cobraram publicamente das autoridades a correção dessa injustiça histórica.



No tradicional Colégio Pedro II, no Centro do Rio de Janeiro, uma sólida formação no curso científico, concluída em 1954 | Museu da imagem e do Som-RJ



Alunas do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, década de 1950 | Agência O Globo



Liceu de Artes e Ofícios, Sociedade Propagadora de Belas Artes, na rua 13 de maio. Rio de Janeiro, 1890 e Colégio Pedro II, 1856

| Museu da imagem e do Som-RJ

A Paleontologia é a ciência que estuda os fósseis de animais e vegetais que existiram no passado. Dia 15 de junho é o Dia do Paleontólogo.



Diploma de Bacharel em Ciências e Letras, Colégio Pedro II, 1954 | Acervo Lélia Gonzalez

Antes, porém, de retomarmos a trajetória escolar de Lélia Gonzalez, queremos destacar duas, dentre muitas histórias que acompanham essa instituição, onde Lélia ingressou em 1952.

Em suas dependências o imperador participou de seu último ato oficial, presidindo a comissão de um concurso para professores de inglês. Isso aconteceu em 14 de novembro de 1889, portanto um dia antes de os militares assumirem o poder com a Proclamação da República.

Também as anotações do paleontólogo suíço Luiz Agassiz, que esteve no país e, a convite do imperador em 1866, proferiu uma série de cinco palestras na sala do externato do colégio, merecem atenção:

"(...) Era hora de aula quando fizemos a nossa visita (...). Os alunos eram de todas as raças, viam-se entre eles negros e de todas nuanças intermediárias até o branco; e mesmo o professor de uma das classes superiores de língua latina era de puro sangue africano. É uma prova de que não existe o preconceito de cor. Esse professor havia feito as melhores provas num recente concurso para a cadeira, e, por unanimidade, fora escolhido de preferência a vários brasileiros de ascendência européia, que se haviam escrito com ele para ao cargo."

(AGASSIZ, Luiz & AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil 1938. p.170).

E assim, nesse tradicional colégio, Lélia prosseguiu sua formação escolar e, como mesmo destacaria mais tarde, deu continuidade ao processo de "embranquecimento" alimentado pelas diferentes salas de aula pelas quais passou.

Orientações pedagógicas

Para ter acesso as orientações pedagógicas, retorne à página 20 do Almanaque Pedagógico

Sugestões de Abordagens:

Sugestão 3: Estratégia de ensino-aprendizagem “Os seis chapéus do pensamento”¹

Professora/or, a técnica “Os seis chapéus do pensamento” (De Bono, 2008) pode ser utilizada em sala de aula para a abordagem de assuntos sensíveis, que podem levar às/os estudantes ao debate com diferentes pontos de vista. A partir do Almanaque *Lélia Gonzalez: Caminhos e reflexões antirracistas e antissexistas*, é pertinente suscitar na sala o debate acerca do **feminismo negro e do racismo**. Para a realização dessa sugestão de abordagem pedagógica, convém que as/os estudantes conheçam o almanaque a ponto de reconhecer na trajetória de Lélia Gonzalez o atravessamento diante do sexismo, do o racismo e da relevância do feminismo negro, por meio das sugestões de abordagem acima ou de outras abordagens de sua preferência.

Para início de conversa: Contextualização²

Professora/e/or, em forma de roda de conversas mostre para as/os estudantes algumas manchetes de jornal de casos de racismo. Vale à pena ressaltar que o racismo é uma violência que se reproduz em diferentes facetas: racismo estrutural, institucional, recreativo, injúria racial, entre outras formas. Portanto, as manchetes que você levar podem revelar, por exemplo, dados estatísticos que mostram as desigualdades raciais ou ainda casos de injúria racial e de violência de estado. A partir das manchetes, você pode perguntar primeiramente se alguém já presenciou uma situação de racismo, em seguida se alguém já sofreu racismo e, por fim, pergunte qual foi a reação ao presenciar uma situação de racismo e de sofrer racismo. Professora/or, recomendamos que você medie a conversa acolhendo os depoimentos cuidando para que não haja julgamentos. Para terminar a roda de conversas, promova uma leitura coletiva do texto “*Contra a farsa da Abolição.*” na página 101, e escute o que espontaneamente as/os estudantes dizem a respeito.

¹ Estratégia a partir do livro de Edward de Bono: DE BONO, Edward. Os seis chapéus do pensamento. W. Lagos, Trad.). RJ: Sextante.(Obra original publicada em 1985), 2008.

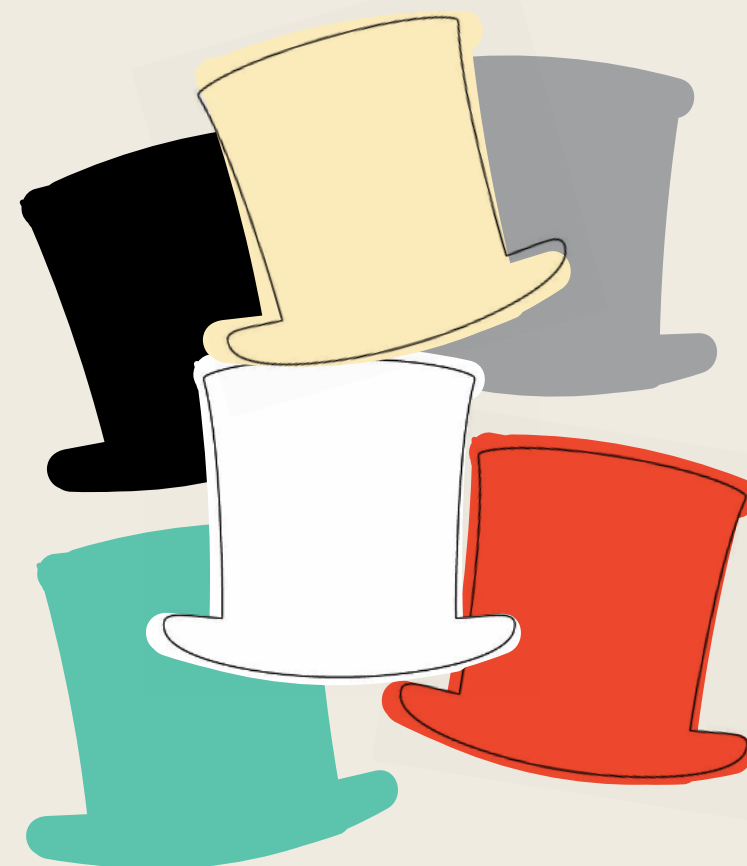
² Para saber mais sobre contextualização acesse: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/contextualizacao.htm> acessado por último em 26/03/2024.

Sugestão Metodológica: Os seis chapéus do pensamento³

Como fazer?

Passo 1:

Pré-aula: distribua para as/os estudantes moldes de chapéus nas cores: branca, amarela, vermelha, preta e verde para que recortem e coleem em suas camisas no momento da formação dos grupos. Sugestão de molde:



³ Para saber mais acesse <https://www.youtube.com/watch?v=MgDawEm31eo&t=8s> acessado por último em 31/03/2024.

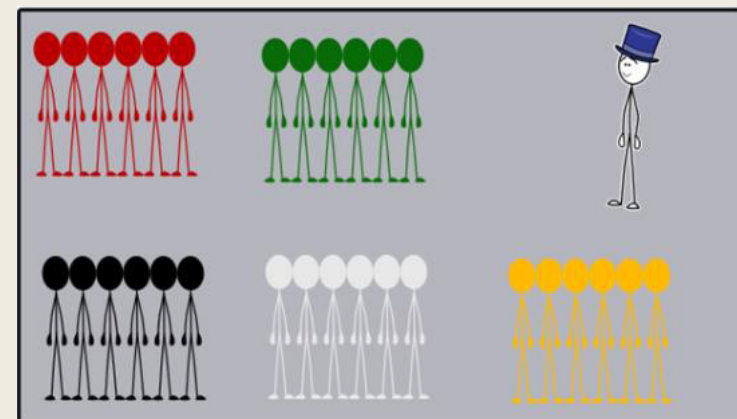
Passo 2:

Em seguida, apresente para as/os estudantes a representação de cada uma das cores dos chapéus para que compreendam seus lugares de atuação diante o tema **racismo e feminismo negro** a partir do almanaque.

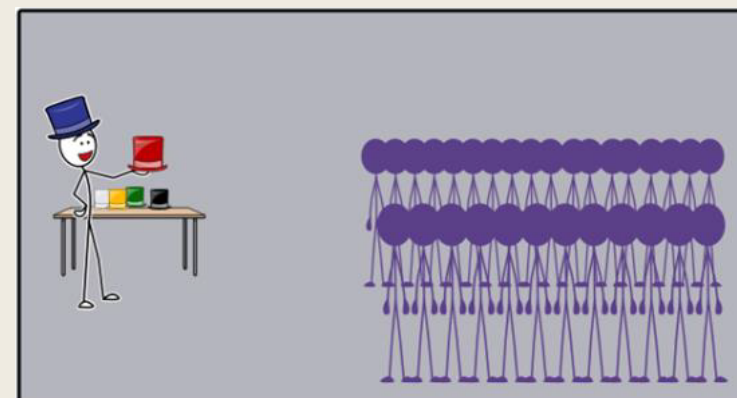
 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu
<p>O chapéu azul representa a/o facilitadora/or. Professora/or, esse é o seu chapéu. É o chapéu da facilitadora/or. É quem apresentará o tema para ser discutido racismo e feminismo negro. Controla o tempo de debate dos grupos, propõe discussões e organiza conclusões.</p>	<p>O chapéu branco representa a objetividade, a pesquisa, a verificação de dados comprobatórios. Deverá ficar com o grupo que buscará dados atuais sobre racismo e pesquisará no almanaque as passagens da trajetória de Lélia Gonzalez acerca do racismo e do feminismo negro.</p>	<p>O chapéu verde representa a criatividade. O grupo que ficar com o chapéu verde deverá criar estratégias de combate ao racismo e de propagação do feminismo negro a partir do almanaque.</p>	<p>O chapéu vermelho representa as emoções. Esse grupo deverá expressar suas emoções diante o racismo e o feminismo negro sem se preocupar com dados científicos. Pode ser que tragam experiências pessoais acerca dos temas ou percepções pessoais acerca de Lélia Gonzalez.</p>	<p>O chapéu amarelo representa a positividade. O grupo do chapéu amarelo deverá apontar os aspectos que consideram positivos na trajetória de Lélia Gonzalez para o combate ao racismo e para a propagação do feminismo negro.</p>	<p>O chapéu preto representa a cautela, a criticidade e a negatividade. O grupo que ficar com o chapéu preto deverá apontar estratégias que consideram equivocadas para o combate ao racismo e feminismo negro a partir do almanaque.</p>

Passo 3:

Professora/or agrupe a sala de aula em grupos com os respectivos chapéus e suas representações. Vale lembrar que você está com o chapéu azul, portanto organize os grupos a seu critério. Sugestões de formação dos grupos:



A Professora/or divide os grupos com o mesmo foco, o mesmo pensamento para debate.



A Professora/or permite que as/os estudantes se identifiquem com os respectivos chapéus.

Passo 4:

Professora/or, a partir da formação dos grupos estabeleça o tempo para os debates, pesquisas (quando a cor do chapéu permitir) e sistematização. Em seguida, apresente as rubricas para a avaliação que sugerimos:

	Conteúdo específico	Apresentação	Criatividade	Organização
Excelente	Informações relevantes, claras e com boa aplicabilidade. Alta qualidade na produção do questionário e um bom quórum.	Formato adequado ao que foi pedido no tema, demonstrando o conhecimento de forma clara e coerente. Motivando a participação dos demais e sanando as dúvidas dos presentes.	Apresentação original do tema, com dados impactantes criando uma análise comparativa e consistente.	Trabalho demonstra coesão do grupo, dedicação de cada um e zelo.
Bom	Informações Básicas e claras. Boa qualidade na produção do questionário, quórum suficiente.	Formato adequado ao tema, mas demonstração não muito clara. Pouca motivação aos presentes.	Formato original, com pouca relação com o conteúdo solicitado ou análise não tão consistente.	Grupo organizado, faltando maior cuidado com o trabalho
Médio	Informações básicas, não tão claras. Qualidade regular na produção do questionário, quórum suficiente.	Formato irregular, sem boa definição e conhecimento apresentado com dificuldade. ex: Fala decorada, leitura de slide, etc.	Alguma originalidade e pouca relação forma-conteúdo-análise.	Grupo com algumas questões de organização; pouco zelo pelo trabalho
Insuficiente	Informações insuficientes. Qualidade insatisfatória da produção do questionário.	Apresentação com formato inadequado e pouca evidência de conhecimentos	Não houve trabalho pessoal nem originalidade.	Grupo não trabalhou com organização, não conseguindo estruturar o trabalho.

Passo 5:

Professora/or você pode considerar os critérios de avaliação parte da grade de avaliações da escola, se desejar, relacionando o Almanaque aos conteúdos programáticos que você achar conveniente ao seu planejamento. As temáticas relacionadas ao racismo e ao feminismo negro podem encontrar embasamentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) por meio da Lei 10.639/03, que inclui a História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, considerando ainda o parágrafo primeiro dessa mesma legislação que inclui a luta do povo negro no Brasil.

CAPÍTULO IV

Na Universidade o coração bate forte



Fachada da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 1986 | Foto Robson de Freitas / Agência O Globo

Chegamos agora com Lélia à Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A razão de tantos nomes para uma única instituição? As mudanças ocorridas na cidade, que, com a transferência da capital para Brasília em 1960, tornou-se Estado da Guanabara e, mais adiante em 1975, a partir da fusão com o restante do estado do Rio de Janeiro, transformou-se em município.

Comissão aprova cota racial e social para 50% das vagas em federais.

Em 2022, comemorou-se uma década desde a implementação da Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, uma legislação fundamental para garantir o acesso de pessoas negras ao ensino superior e promover uma sociedade mais equitativa. De acordo com um estudo conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Lei de Cotas resultou em um aumento de 39% na representação de estudantes pretos, pardos e indígenas de escolas públicas nas instituições federais de ensino superior no período de 2011 a 2016.

Adaptado de <https://jornal.unesp.br/2022/01/26/estudos-mostram-efeitos-beneficos-de-sistema-de-cotas-raciais-sobre-a-universidade-publica-brasileira/>

<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/lei-de-cotas-resultados-sao-positivos-mas-ainda-ha-avancos-a-serem-feitos/>

Ou seja, trocando em miúdos, podemos dizer que Lélia começou seu curso superior na capital do país, então Rio de Janeiro - bacharelado e a licenciatura em História e Geografia (1958 e 1959) -, e o concluiu no estado da Guanabara - Filosofia (graduação 1962 e bacharelado ano posterior), com Brasília já inaugurada.

TOME NOTA

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Para saber mais sobre esse programa criado em 1999. <https://acessounico.mec.gov.br/fies>



Na antiga Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Lélia em 1958, aos 23 anos, torna-se bacharel em História e Geografia, e em 1962, bacharel em Filosofia | Acervo Lélia Gonzalez

Em Teresópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 1961 | Acervo Lélia Gonzalez

Assim Lélia, além de haver superado um modelo vigente há muito na própria família, de que seus membros não iam além do ensino elementar, rompia simultaneamente a barreira social que fazia rara a presença negra em sala de aula, sobretudo a feminina.

Feita a matrícula, uma questão, comum ainda hoje, se fazia presente aos jovens de classe popular: como me sustentar e permanecer na faculdade? No caso de Lélia, não foi diferente. A solução foi uma extensa jornada de trabalho, como professora, nos colégios Piedade, Andrews e Aplicação da UEG. Neles Lélia tinha a responsabilidade de apresentar a filosofia aos alunos/as.

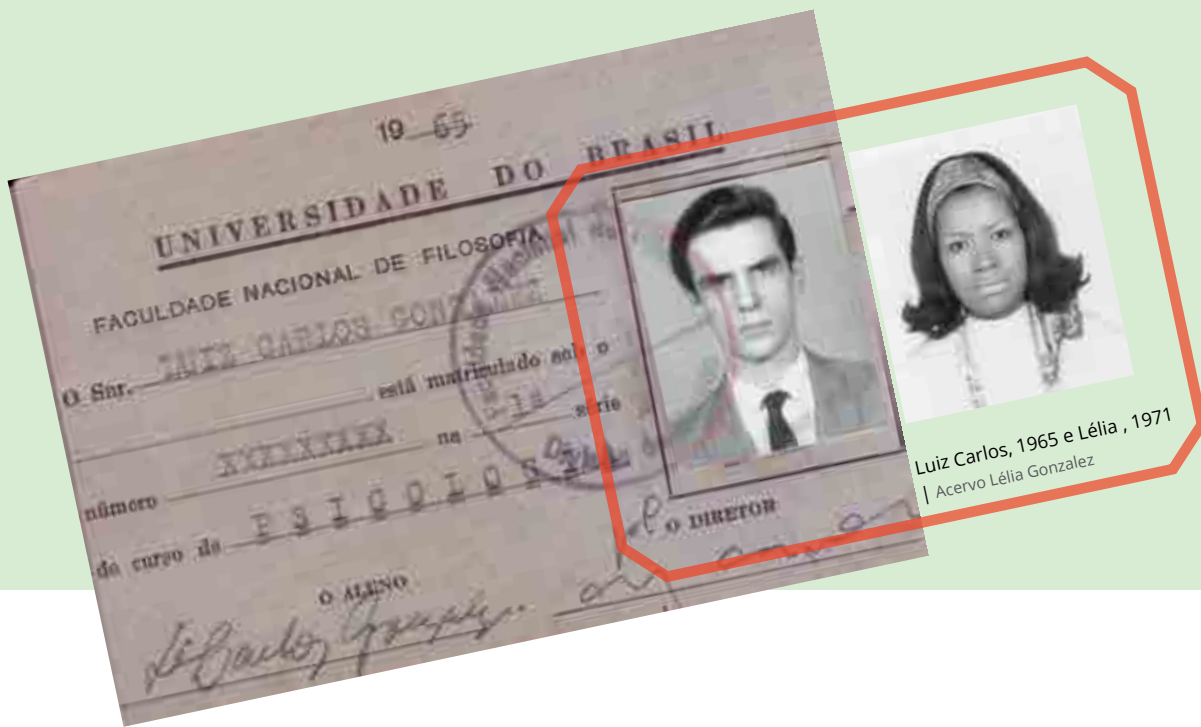
Posteriormente, também docente no terceiro grau, respondia pelo ensino de história moderna na Faculdade Educacional e Universitária Campograndense (FEUC).

As coisas caminhavam. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954, e a chegada de Juscelino Kubitschek ao poder em 1956 levaram o país ao período desenvolvimentista. A classe média brasileira se estruturava e o Brasil experimentava uma era de industrialização financiada pelo capital estrangeiro e pelo endividamento externo. Uma nova capital para o país estava em fase final de construção.



Indústria automobilística - Juscelino Kubitschek na inauguração das instalações da Ford, 21/11/1958 | Acervo Iconographia

1964



Luiz Carlos, 1965 e Lélia, 1971
| Acervo Lélia Gonzalez

As muitas alegrias e dores de uma paixão com P maiúsculo...

Para além dos filósofos em sala de aula, nos corredores da faculdade, uma Lélia, então ainda “embranquecida”, debatia com colegas questões próprias de sua idade e de seu tempo. Por isso, o lançamento do satélite de comunicações Sputnik, pelos Russos, em 1957, o surgimento da pílula anticoncepcional em 1960, a entrada do primeiro homem no espaço, o russo Yuri Gagarin, e a construção do muro de Berlim em 1961, bem como as transformações econômicas e culturais da sociedade brasileira certamente estavam entre esses assuntos.

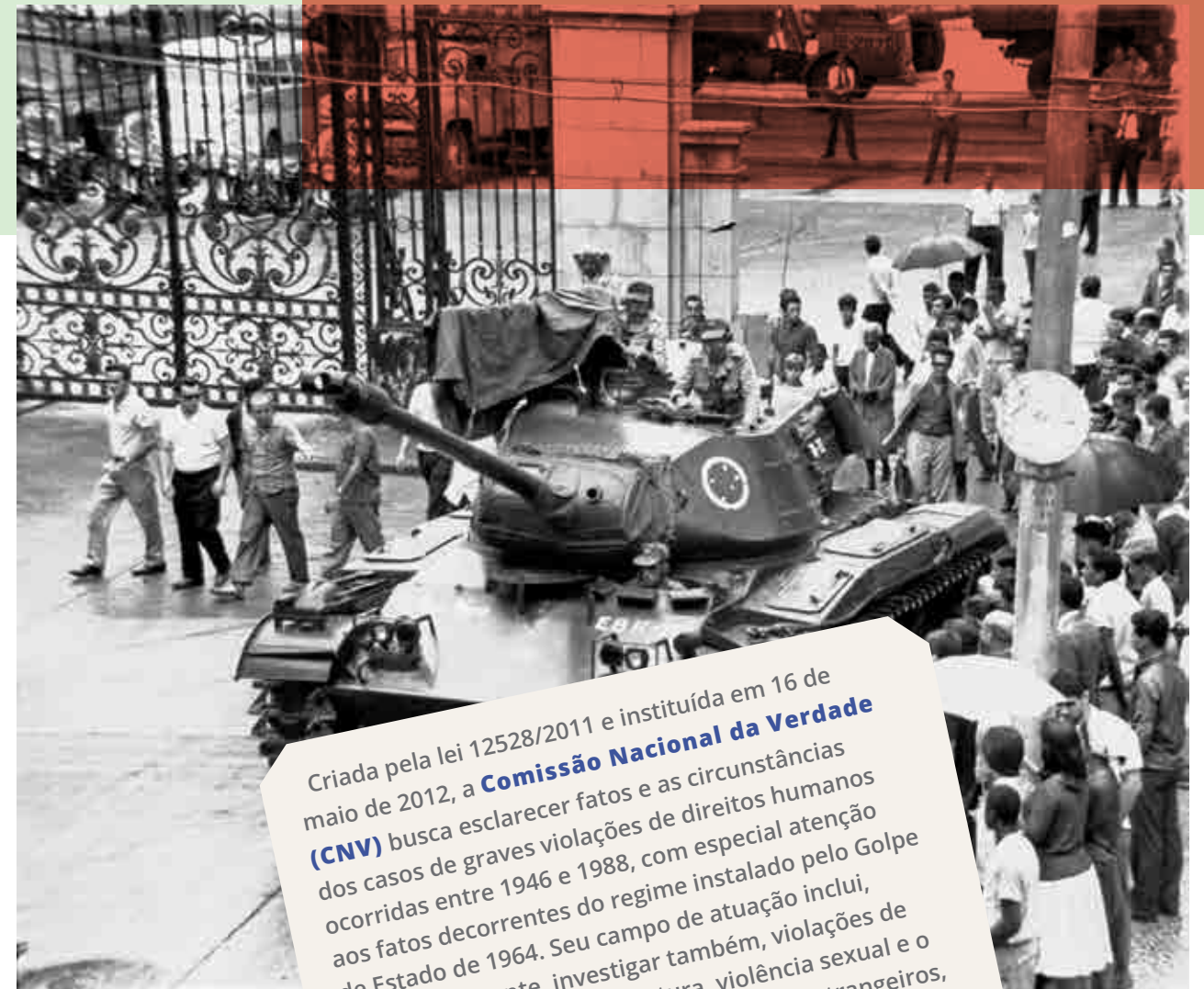
E foi no meio de tudo isso que os olhares de Lélia de Almeida e Luiz Carlos Gonzalez se cruzaram. Mais que isso, se fundiram! Amor à primeira vista... como confidenciaria muitas vezes, aos amigos mais íntimos, até o final da vida. A relação com Luiz mudaria seu presente e influenciaria para sempre seu futuro!

A felicidade vivida pelo casal não era, entretanto, compartilhada pela família dele. O envol-

vimento com uma moça negra não era aquilo com o que haviam sonhado os pais do rapaz de origem espanhola. O namoro, contudo, prosseguiu e a relação tornou-se mais séria. A decisão de se casarem em 1964, coincidiu com o golpe militar que ocupou o governo e deu início a um período de repressão política.

A reação da família de Luiz foi a pior possível. Morando no Bairro da Tijuca, o casal passou a conviver e enfrentar tanto a turbulência política quanto a familiar. Nada fácil, não é mesmo? Uma ideia da situação vivida por Lélia nesse período pode ser percebida em sua própria fala:

“Quando chegou a hora de casar, eu fui me casar com um cara branco. Pronto, daí aquilo que estava reprimido, todo um processo de internalização de um discurso democrático racial veio à tona. E foi um contato direto com uma realidade muito dura. A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo, de concubinação, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem em última instância”⁵.



Criada pela lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, a **Comissão Nacional da Verdade (CNV)** busca esclarecer fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com especial atenção aos fatos decorrentes do regime instalado pelo Golpe de Estado de 1964. Seu campo de atuação inclui, simultaneamente, investigar também, violações de direitos humanos, como tortura, violência sexual e o terrorismo de Estado, cometidos contra estrangeiros, camponeses, indígenas, mulheres e sindicalistas.

Golpe de Estado: Em 1964 os militares tomaram o poder. Tem início 20 anos de ditadura no Brasil. Período de tortura, silêncio e exílio para muitos dos que eram contrários ao regime | Agência O Globo



A situação se deteriorou ainda mais quando a família dele descobriu que eram legalmente casados: "(...) eu me transformei numa prostituta, numa negra suja e coisas assim desse nível. Mas, de qualquer forma, meu marido foi um cara muito legal, ele sacou todo o processo de discriminação da família dele e ficamos juntos até sua morte"⁶. O casamento durou até 1965 quando Luiz Carlos se suicidou.

Em entrevista ao jornal *Pasquim* em 1986, Lélia, se referindo às dores profundas que o episódio deixou em sua vida, declarou que o marido não havia aguentado a pressão da família: "Ele encheu o saco e rompeu relações com a família de novo. As relações com a família dele eram muito complicadas, tão complicadas que ele acabou se matando"⁷.

As muitas saudades e o sobrenome Gonzalez, que incorporou e levou consigo até o final da vida, não foram as únicas coisas que a marcaram nesse episódio. Para Lélia, o encontro, a situação vivida ao lado do marido e seu suicídio a despertaram para sua condição de mulher negra.

O sofrimento colaborou para romper o processo de "embranquecimento" do qual, até então, havia sido refém! Lélia sentira na pele negra a hipocrisia da inclusão racial tão apregoada pela sociedade brasileira.

Ao regressar da casa de uma amiga em Barbacena (MG), onde se refugiou por um tempo em busca de forças para se recuperar da tragédia, dá curso à vida! Retomando aos poucos o trabalho, dedica-se integralmente à tradução de textos filosóficos, atividade que havia iniciado em 1964, com o livro *Curso Moderno de Filosofia*. Também para a Editora Freitas Bastos, logo a seguir, traduz dois volumes de *Compêndio Moderno de Filosofia*.

- 5 GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Revista Estudos Feministas*, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.
- 6 GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. *Revista Estudos Feministas*, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.
- 7 Entrevista. *Jornal O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XVII, 20/03 a 26/03 de 1986, n. 871, p.08-10. (Acervo da Associação Brasileira de Imprensa).



A Farsa da Abolição

Por trás da retórica festiva, fica evidente que a "abolição" não representou uma libertação genuína para os negros que foram escravizados. Os interesses das elites dominantes foram priorizados, enquanto as vítimas da escravidão foram deixadas à margem, desprovidas de recursos ou apoio para reconstruir suas vidas dilaceradas. Além disso, a abolição formal não conseguiu erradicar as estruturas de racismo e exploração que foram fundamentais para a sustentação do sistema escravocrata. Em 100 anos, a ausência de políticas efetivas de inclusão e reparação social testemunhou que os ex-escravizados foram deixados à mercê da discriminação sistêmica e da persistente pobreza. À medida que refletimos sobre um século desde a "abolição", torna-se evidente que a luta por uma verdadeira liberdade e justiça está longe de terminar. É crucial desmascarar a farsa da abolição e confrontar as injustiças continuadas que afetam as populações negras até os dias de hoje.

Lélia na casa de uma aluna no Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, 1965 | Acervo Lélia Gonzalez

Lélia, 1979 | Acervo Lélia Gonzalez

Praça Saens Peña, Bairro da Tijuca, Rio de Janeiro, década de 1950 | Acervo Iconographia



Rubens, filho de Lélia, e os irmãos Roberto e Roselvívia, sobrinhos de Lélia, Rio de Janeiro, 2012. | Foto Antonia Ceva / Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

Perdas e ganhos...

O apoio recebido por parte da família e amigos foi essencial para que, aos poucos, fosse se recuperando. A dor da perda foi sendo minimizada também, ao longo do tempo, por dois importantes acontecimentos. O convívio com o filho e, mais adiante, pelo encontro de outra grande paixão! Falamos do engenheiro Vicente Marota com quem esteve junto até 1976.

Acontece que Dora, a Maria das Dores, uma de suas irmãs, estava separada do marido e com três filhos, quando engravidou e recebeu de Lélia a promessa de que teria sua ajuda para criar o menino.

Sobre isso, o próprio Rubens Rufino, chamado carinhosamente pela mãe de “Mané”, destaca a importância dela em sua vida: “Quando

Perseguições políticas não são novidade na história do país. Em 1910, o marinheiro negro João Cândido liderou a Revolta da Chibata, contra o uso do chicote em castigos aplicados aos marinheiros. Apesar de anistiado com os companheiros ao final do movimento, foi expulso da marinha e perseguido. www.fbb.org.br/acoes-programas/educacao/projeto-memoria

eu nasci, em 1961, lá na maternidade em São Cristóvão, em frente à Quinta da Boa Vista, [ela] foi me visitar e minha mãe biológica imediatamente disse: ‘toma que o filho é seu!’”⁸.

A ligação com o menino que, ao começar a falar, chamava ambas de mãe, tornou-se mais forte após o falecimento de Dona Urcinda, em 1967, aos 69 anos. Dora foi morar em Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Lélia então assumiu totalmente Mané até 1970, quando ele então retornou à companhia da mãe, passando os finais de semana com a tia.

⁸ Entrevista de Rubens Rufino concedida para o “Projeto Memória – Lélia Gonzalez” no dia 20 de outubro de 2011, em Brasília.

Uma década que valeu por cem anos...

Não apenas a vida pessoal de Lélia enfrentou situações difíceis e de transformações na década de 1960, mas também o Brasil e o mundo.

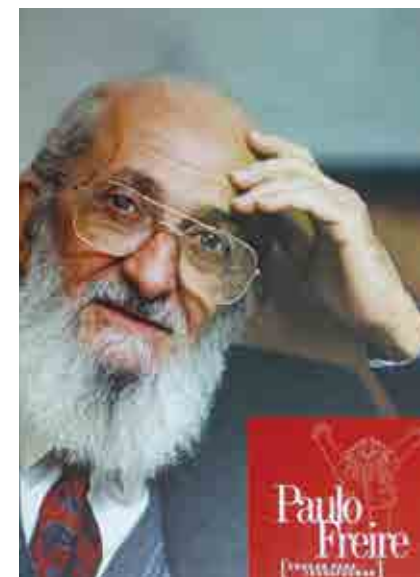
No dia 31 de março de 1964, os militares assumiram o poder e a política passou a ser controlada através dos Atos Institucionais, conhecidos como os AIs. Um dos mais duros foi o AI nº 05, o qual concedia plenos poderes ao Presidente da República e estabelecia a censura aos meios de comunicação. Apenas em 1985, o país voltaria a ter um presidente civil, Tancredo Neves, eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral. O gostinho das urnas, porém, só seria experimentado pelo povo em 1990, através da eleição direta para presidente.

Logo nos primeiros dias, após o golpe de 1964, a junta militar que assumiu o governo deu início a uma acentuada repressão aos setores contrários ao novo regime, identificados como esquerda e politicamente mais organizados.

Como consequência, centenas de pessoas

“perderam” seus direitos políticos e vários parlamentares tiveram seus mandatos cassados. E não ficou por aí! Funcionários públicos de diferentes setores foram aposentados à revelia ou demitidos.

A gravidade da situação fez com que muitos brasileiros/as tivessem que deixar o país e partir para o exílio, como forma de continuar vivo. Homens, mulheres, jovens e crianças, algumas, inclusive, nascidas no exterior, e que, apenas em 1979, com a Lei da Anistia, puderam pisar novamente, ou pela primeira vez, no solo da pátria amada gentil. Dentre os que ficaram, há aqueles que “desapareceram” para sempre e os que sobreviveram na clandestinidade.



Fotobiografia Paulo Freire, 2005 (Projeto Memória) | Foto Elizabete Braga

O educador nordestino **Paulo Freire** foi um dos muitos exilados políticos durante o Golpe Militar. Dedicou sua vida à defesa de uma pedagogia que contribuisse para a leitura de mundo e emancipação da sociedade. Em seu último livro, **Pedagogia da Indignação**, publicado em 2000, criticou o assassinato do índio Galdino, queimado por um grupo de adolescentes em Brasília, no ano de 1997. Freire foi homenageado no Projeto Memória em 2005. Acesse: www.fbb.org.br/acoes-programas/educacao/projeto-memoria.

A ditadura fazendo escola...

Tanto quanto outros setores da sociedade brasileira, a educação brasileira, entendida pelo novo regime como essencial à manutenção da ordem imposta e fundamental ao desenvolvimento de um país moderno e desenvolvido, foi profundamente marcada pelo golpe.

Alunos e professores não escaparam ilesos e foram perseguidos. Não poucos mestres foram demitidos e universidades invadidas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fechada.

A promulgação da Lei 5.692 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1971,

evidenciou o papel tecnicista da educação, objetivando preparar as classes populares para o mercado de trabalho.

Na prática, entretanto, nas décadas que vieram, nem a criação do vestibular garantiu o acesso das classes populares ao ensino superior público, considerando-se que, para “passar” nas provas, era preciso dominar um conteúdo que não tinham ao final do então segundo grau. Menos ainda o Mobral, após milhões investidos, alfabetizou de fato os brasileiros.

Duros tempos! Contudo, nem todo mundo foi contra o que estava acontecendo! Parte da



O fogo destrói o prédio da UNE na Praia do Flamengo, Rio de Janeiro, março de 1964 | Agência O Globo



cartaz Mobral | Acervo Iconographia

A Constituição de

1967 estabeleceu pela primeira vez a obrigatoriedade do ensino até os 14 anos. Para combater o analfabetismo, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Moblral).

Igreja Católica, da classe média, da imprensa, dos educadores, dos latifundiários e dos empresários comemorou e apoiou o golpe. A justificativa apresentada pelos militares de impedir que o Brasil se tornasse comunista como acontecera com Cuba, encontrou respaldo também por parte de alguns políticos e do governo americano.

Nesse quadro, como outros brasileiros, Lélia buscou formas de enfrentar o que acontecia à sua volta. Para Januário Garcia, um dos mais importantes fotógrafos do Movimento Negro brasileiro e ex-presidente do Instituto de Pesquisas

das Culturas Negras (IPCN), a resistência de Lélia à opressão foi principalmente acadêmica:

“Aos sábados, ela reunia um grupo de estudantes e amigos em sua casa para discutir filosofia. Era uma fase de existencialismo, Simone de Beauvoir, Althusser, foi a partir dessas discussões que ela me convidou para participar e iniciamos uma grande amizade e parceria para toda a vida”¹.

Essas rodas de conversa ocorreram após Lélia haver retomado, em 1968, a atividade de tradutora que conciliava com o magistério. Na ocasião, estava envolvida com *O Pensamento*, de Denis Huisman e André Vergez. Lélia dominava bem o idioma francês, aprendido durante sua passagem pela Escola Rivadávia Corrêa.

E esses encontros tratavam justamente de filosofia, disciplina retirada das escolas em 1971 pelo governo militar e que, apenas em 2008, voltou a ser oferecida aos alunos do ensino médio. A sociologia também enfrentou trajetória acidentada nesse período. E não é difícil entender o porquê! Afinal, que interesse teria

¹ Entrevista de Januário Garcia concedida para o “Projeto Memória – Lélia Gonzalez” no dia 28 de setembro de 2011, Rio de Janeiro.

um regime ditatorial na reflexão proposta por essas disciplinas?

Lélia investiu, ainda, na psicanálise, antropologia, candomblé e meditação. Na verdade, sua trajetória pode ser entendida como a de alguém que busca compreender a própria existência. Foi por ocasião dessas “andaças” que conheceu Vicente Marota, que lhe apresentamos anteriormente.

O fato é que Lélia não apenas resistia, mas acompanhava o que acontecia também mundo afora. O que não era pouca coisa. E certamente nos momentos de descontração, ouvia na vitrola discos de vinil com os últimos sucessos da Bossa Nova, estilo musical brasileiro surgido no final dos anos 1950.

Através dos jornais, do rádio e da televisão, inaugurada no Brasil em 1950, Lélia acompanhava notícias sobre Movimentos Feministas na Europa e nos Estados Unidos, passeata de estudantes na França e fortalecimento do Movimento Negro nos Estados Unidos, que buscavam desconstruir preconceitos e modelos de submissão às regras sociais arbitrariamente estabelecidas. Além disso, muitos livros também lhe faziam companhia.



Lélia Gonzalez e Eliane de Almeida, agosto 1969 | Acervo Lélia Gonzalez



Disco de João Gilberto, lançado em 1959



Um disco de vinil do cantor João Gilberto com as músicas *Chega de Saudade* (Tom Jobim e Vinícius de Moraes) e *Bim Bom* (do próprio cantor) marcou a chegada da Bossa Nova. Vários foram os/as cantores/as que adotaram esse estilo musical brasileiro, que se tornou internacionalmente conhecido.





Cartão Postal, 1979. Filha de Oxum. No candomblé, um mergulho nas suas origens de mulher negra | Acervo Lélia Gonzalez



Discípula de Lacan. Um “encontro” com Lacan e consigo mesma. Lélia tornou-se uma apaixonada pela psicanálise de Jacques Lacan | BOTTI/Gamma-Rapho via Getty Images

Lélia se percebendo: uma pele negra em uma cabeça ainda “embranquecida”...

Como pudemos acompanhar na trajetória de Lélia Gonzalez, a consciência do processo de “embranquecimento”, como ela mesma o chamava, deu-se gradativamente. De certo, que a situação vivida com a família de Gonzalez, seu primeiro marido, em muito colaborou para essa tomada de consciência, contudo, não foi essa a única razão.

A sua atuação na academia a fazia conviver com um universo majoritariamente branco nos colégios e nas faculdades onde lecionava. E isso tanto se aplicava aos colegas quanto aos alunos. Onde mesmo estariam as negras e os negros pensava Lélia. Quis o destino que a filha de Acácio e Urcinda fosse “uma mulher de agir”. E, assim, lá foi ela em busca de respostas para as muitas e muitas questões que lhe ocupavam a cabeça. Mas por onde mesmo começar?

Buscar conhecer. Sua primeira opção! Em determinado momento, se deu conta de que, da mesma maneira como o racismo se manifesta de diferentes formas, também seu “em-

branquecimento” derivava e havia se concretizado através e a partir de fatores distintos. O “desembranquecimento” estava em processo! E era irreversível!

Afinal, concluiu ela, todas as teorias e “verdades” que conhecia e, mais que isso, passava adiante em suas aulas, eram exclusivamente europeias. Sua cabeça era fruto de uma visão de mundo eurocêntrica, processo sobre o qual anteriormente conversamos. Logo, era fundamental conhecer autores africanos para interpretar a cultura brasileira.

E nesse momento de vida, lá foi ela buscar uma reconciliação com as próprias origens. Iniciou estudos sobre a psicanálise lacaniana e o candomblé – religião de matriz africana.

Foi a fundo! Ou seja, agiu com a mesma maneira intensa que dedicava a tudo com o que se envolvia. Logo, a literatura africana, em detrimento dos filósofos ocidentais, passou a ocupar sua mesa de trabalho e seu tempo.

Como aconteceu com Hegel (filósofo alemão), antigos conhecidos não escaparam de críticas, relatou a amiga Ana Maria Felipe:

“Lélia lia tudo e sabia o suficiente sobre Hegel, por exemplo, para chamá-lo de ‘cretino’, porque esse dizia que África não tinha história”¹.

¹ FELIPPE, Ana Maria. Para (re) ver Lélia Gonzalez. Revista Eparrei, 1º semestre/2003, Ano II – nº 04. Publicação da Casa de Cultura da Mulher Negra – Santos/SP.

Jacques-Marie-Émile-Lacan, médico e psiquiatra francês, nasceu em 1910. Para conhecer mais sobre seus estudos acesse: www.psicanaliselacanianana.com/jacqueslacan/cronologialacan.html.



Lélia Gonzalez. Ladeira dos Guararapes, Cosme Velho, Rio de Janeiro, década de 1980 | Acervo JG/Foto Januário Garcia

À medida que avançava na reescrita da própria vida, Lélia enegreceu como um todo! Suas roupas, cabelo e adornos (colares, brincos, anéis) adotaram a estética afro. Assim, ao mesmo tempo em que divulgava um modelo de beleza pouco prestigiado pela sociedade brasileira de então, enfatizava ser o espaço do corpo feminino negro também elemento de resistência política ao sistema. Assim era Lélia! E tudo isso fazia parte da viagem para se assumir negra, ela que, tempos antes, negava seu cabelo crespo.

“(...) eu usava peruca e esticava cabelo (...)”².

Um fato interessante ilustra o que estamos falando. Alguns amigos recordam que, certa vez, voltando de um evento do qual havia participado no bairro de Botafogo (RJ), sofreu um leve acidente de carro. Para disfarçar a cicatriz, passou a usar uma larga faixa colorida na testa, com motivos africanos, que acabou tornando-se uma tendência entre mulheres negras.

2 GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. Revista Estudos Feministas, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.





MANDELA

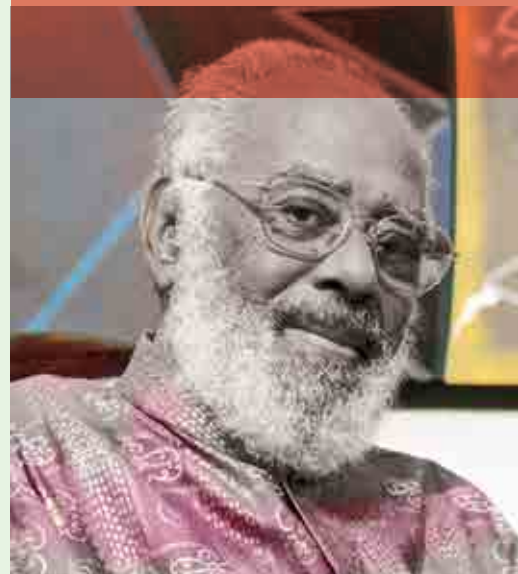
Somente homens livres podem negociar. Prisioneiros não assinam contratos.

Nelson Mandela, quando solicitado a negociar a sua libertação.

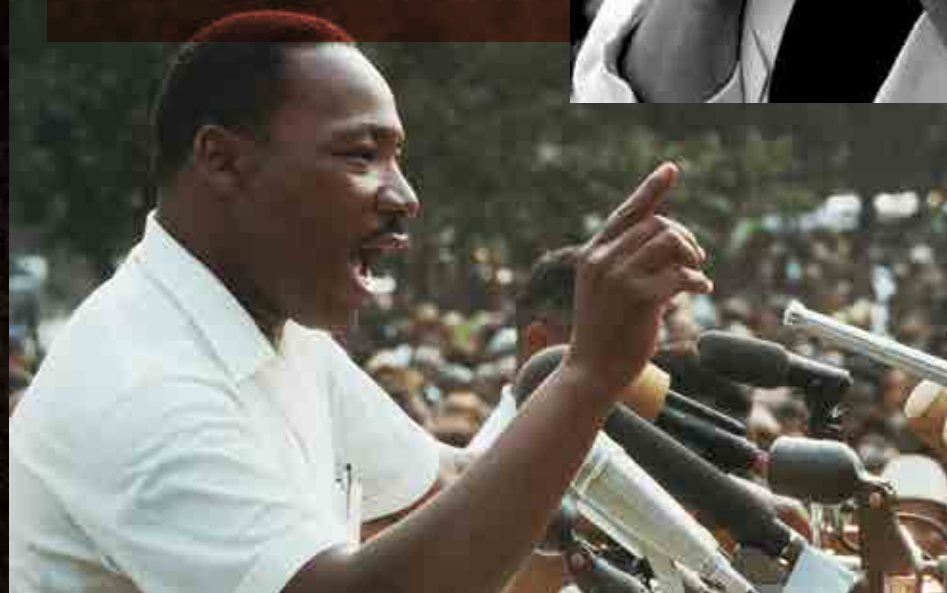
TORNADO



ABDIAS



KING



Rosa Parks recebeu em 1996 a “Medalha Presidencial pela Liberdade”. Em 1999 o Congresso americano outorgou a ela a Medalha de Ouro, a mais alta honraria oficial concedida a um civil. Em 2000 foi inaugurado um museu com seu nome em Montgomery.

PARKS



Nelson Mandela | Paul Velasco/
Gallo Images/CORBIS

Toni Tornado e Trio Ternura
cantando no V Festival
Internacional da Canção, 1970
| Foto Adhemar Veneziano

Abdias do Nascimento, 2001 |
Acervo Ipeafro/ Foto Bia Parreiras

Rosa Parks | Bob Adelman/
Corbis

Martin Luther King | Flip
Schulke/CORBIS



Lélia a lápis. Homenagem rabiscada em 1979 |
Mario Florício/Acervo Lélia Gonzalez

“(...) A partir daí fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar o candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas”¹².

O encontro com o candomblé permitiu que Lélia, internamente, se sentisse mulher negra, restabelecendo ligação com as origens de sua ancestralidade africana. Contudo, seu compromisso com a religião, segundo Jair de Ogum, líder espiritual do Ilê Oxum Apará, terreiro de umbanda instalado no bairro de Itaguaí (RJ), restringiu-se aos estudos sobre a religião, pois “Lélia não deitou santo”. Para além de seu mentor espiritual, “Pai Jair”, como ela o tratava, tor-

nou-se grande amigo. Não por acaso, antes de falecer, Lélia deixou com ele seu acervo pessoal de fotos, escritos e documentos.

A questão racial estava em pauta! Tanto aqui como no exterior. Vimos anteriormente que já desde a década de 1940, lideranças negras brasileiras lutavam e exigiam publicamente o reconhecimento de uma identidade negra. Na década de 1970, O V Festival Internacional da Canção, no Rio de Janeiro, apresentou ao público o ator e cantor negro Tony Tornado, que, recém-chegado de uma temporada na América do Norte, com sua roupa e cabelos ao estilo Black, divulgou a estética da resistência negra norte-americana.

E, já que falamos dos Estados Unidos, foi lá que, em 1955, a costureira negra Rosa Parks se recusou a ceder o seu lugar no ônibus para um homem branco, no estado do Alabama, contrariando a legislação de apartheid racial que então vigorava. Ela, que na ocasião foi presa e recebeu uma multa pela atitude, é considerada um dos símbolos da luta racial americana pelos direitos civis.

Em sua defesa, saiu também o pastor negro Martin Luther King, que viria a se tornar um dos maiores porta-vozes da luta negra, organizando um boicote ao sistema público de transporte que perdurou por longos 381 dias. Sobre tudo isso, é importante saber que o movimento de direitos civis pela defesa da igualdade nos EUA teve início com esse boicote e resultou, em 1964, no *Civil Rights Act*, lei que proibiu a discriminação racial em locais públicos.

Famosa também é a história de Ruby Bridges, menina negra de Nova Orleans. Aos seis anos, em 1960, valendo-se da decisão da Suprema Corte americana, que ordenou às escolas públicas a matrícula de alunos negros, Ruby enfrentou hostilidades e ameaças de



Rosa Parks (centro), acompanhada por seu advogado, Charles D. Langford (à direita) indo ao tribunal sob a acusação de violar as leis de segregação de Montgomery, onde pelo menos 40 negros foram presos por boicotar ilegalmente linhas de ônibus em protesto contra assentos reservados para os brancos |
Bettmann/CORBIS



Ruby Bridges sendo escoltada até a Escola Elementar William Frantz, 1960. |
Foto: Domínio Público/Wikipedia

manifestantes desde o primeiro dia em que tentou chegar à escola. Como as autoridades locais se negaram a lhe dar proteção, policiais federais foram designados para acompanhá-la contra a multidão enfurecida. E não é que, naquele ano letivo, Ruby foi a única criança a frequentar a escola? Todas as demais foram retiradas por seus pais. Veja só a que ponto chegou a intolerância!!!

E lá na África do Sul, outro acontecimento ilustrativo de resistência ocorreu após a detenção de Nelson Mandela em 1962, o principal representante do movimento contra o apartheid instalado no país, gerando uma série de manifestações da população negra sul americana e internacional ao longo das quase três décadas em que esteve encarcerado.

12 GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. Revista Estudos Feministas, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.

O termo apartheid se refere à política racial implantada na África do Sul. Na ocasião, a minoria branca era a única a poder votar e controlava todo o poder econômico do país. O apartheid perdurou de 1948 a 1993.

Resistências por todos os lados e de todas as formas...

Lélia brincava atribuindo a Januário Garcia a responsabilidade por seu envolvimento com a militância da causa negra. De fato, foi por um convite desse grande amigo que passou a participar de reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) da Universidade Cândido Mendes (UCAM), no período 1973-1974.

Lá travou contato com muitas outras mulheres, também negras, que se debruçavam na análise de textos e promoviam debates sobre as relações étnico raciais no Brasil. Maria Beatriz Nascimento, que anos depois seria considerada uma referência nos estudos sobre quilombos, foi uma delas.



Reunião da Diretoria do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN, Rio de Janeiro, 1986/1987 | Acervo JG/Foto Januário Garcia



Os tempos não eram nada fáceis! Em Copacabana (RJ) o Teatro Opinião, utilizado pelo pessoal do TEN para a apresentação de peças contra a ditadura militar, sofreu um atentado. Uma bomba, posta pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) em 1968, causou estragos, mas não terminou com a disposição do pessoal. Aliás, a dissidência de parte desse grupo deu origem, em 1975, ao Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), no bairro da Lapa (RJ), onde Lélia atuou na Assessoria Política.

E mais havia! Nos subúrbios cariocas e nas favelas, uma mistura de funk, soul americano, samba e jazz invadia o Rio de Janeiro e envolvia jovens e militantes negros/as, caracterizando-se como significativo espaço de luta e resistência negra. O Black- Rio, como ficou conhecido, espalhou-se por outras regiões do país e mereceu destaque pelas mãos da jornalista Lena Frias, que, através do *Jornal do Brasil*, onde escrevia, assinou a matéria *O Orgulho (importado) de ser negro no Brasil* em 1976, caracterizando-o como próprio de uma juventude negra organizada, com códigos, modos de vestir semelhantes ao da resistência negra norte-americana.



Fachada do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Bairro da Lapa, Rio de Janeiro | Foto Antonia Ceva / Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/ REDEH

Ruth de Souza, 2006 | MOSKOW/Abril Comunicações S/A

Dentre os muitos atores e atrizes

que começaram suas carreiras no Teatro Experimental do Negro, destaca-se Ruth de Souza. Uma das fundadoras do TEN, essa carioca, filha de uma lavadeira e de um lavrador, foi uma das primeiras atrizes negras a representar no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, na década de 1940.



Uma Carta Aberta, lida à população nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, marcou e consolidou a criação do MNU. Confira o conteúdo em: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.



Maria Beatriz Nascimento. Sergipana, historiadora e pesquisadora, 1978 | Foto Elisa Larkin Nascimento / Acervo Lélia Gonzalez

Em julho de 1978, o MNU convocou as entidades negras do país para se juntarem em um ato público contra o racismo. Milhares de pessoas se reuniram no Viaduto do Chá em São Paulo. Confira o convite em: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. . Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Ainda em 1976, na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no bairro da Gávea (RJ), Lélia deu início de maneira pioneira ao primeiro Curso de Cultura Negra. Naquele espaço que se configuraria nas décadas seguintes como de expressão artística e de intelectualidade negra, propunha uma análise da contribuição africana na formação cultural brasileira.

Embora Lélia não desconsiderasse a contribuição de brancos/as e indígenas na composição da nacionalidade brasileira, suas aulas enfatizavam o papel do negro na composição da história do país. Defendia que o conceito de cultura deveria ser analisado e pensado em sua pluralidade e servir como elemento de conscientização política.

Preocupada em romper com uma formação unicamente acadêmica, o curso incluía aulas práticas de dança afro-brasileira e capoeira e também a participação dos alunos em um ritual de candomblé – religião de matriz africana.

“Eu não sabia nada sobre Candomblé, tinha medo até de passar na entrada de um terreiro. Quando saí pelo mundo para divulgar Xica da Silva, as pessoas me perguntavam sobre cultura negra e eu não sabia nada. Então fiz um curso com a antropóloga Lélia Gonzalez e dele fazia parte assistir a um ritual de Candomblé¹.”

¹ Entrevista de Zezé Mota à Revista Raça Brasil, s.d. Disponível em: <http://www.cultura-negra.com.br>, Acesso em: 06 de julho de 2012.



Página ao lado e acima: Ação do Movimento Negro Unificado (MNU) – Zumbi está vivo – Ato público na Cinelândia, Rio de Janeiro, 1983 | Acervo JG/Foto Januário Garcia

Na madrugada de 25 de janeiro de 1835, ocorreu em Salvador (BA) a Revolta dos Malês organizada por escravizados de origem muçulmana, de língua iorubá, chamados de nagôs.

Para conhecer mais sobre esse importante episódio da história brasileira pesquise por: Revolta dos Malês.

Luísa Mahin, negra e ex-escrava, participou ativamente da organização da Revolta. Com o fracasso do movimento, fugiu para o Rio de Janeiro, onde foi presa. Foi mãe de Luís Gama, um dos maiores poetas abolicionistas. Para saber mais sobre ela acesse: www.mulher500.org.br, em Biografias.

Enegrecendo Brasil afora...

Apesar dos resultados positivos e da boa avaliação dos alunos, Lélia não se sentia satisfeita com o fato de o curso ser frequentado pela classe média carioca e não por segmentos das classes populares. Ela queria mais! Na verdade, ela queria trazer para o foco da discussão mais e mais mulheres negras do povo. Entretanto, tinha também consciência de que o falso discurso da democracia racial, na prática, acabava por tornar-se um dos obstáculos que enfrentava. Afinal, pensavam muitos, para que discutir a temática racial em um país no qual “não havia preconceito” e a integração estava consolidada?

O fato é que à frente desse curso permaneceu de 1976 a 1978, ocasião em que passou a lecionar na Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC).

Foi, contudo, à militância que dedicou a maior parte do tempo. Nesse período, foi cofundadora do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação e o Racismo (MNUCDR), em 1978, em São Paulo, e rebatizado no ano seguinte como Movimento Negro Unificado (MNU), do qual participou até 1982, também como membro da Executiva Nacional.

“(…) A criação do MNU foi um marco histórico muito importante para nós, na medida em que se constituiu em ponto de convergência para a manifestação, em praça pública, de todo um clima de contestação às práticas racistas, assim como da determinação de levar adiante a Organização política dos negros”¹⁴.

¹⁴ Trecho da Avaliação sobre o ato público organizado pelo MNU em São Paulo em 1978. GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Para entender a dimensão alcançada pela iniciativa, no Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento, recém-chegado do exílio político, se mobilizou e participou de todo o processo de fundação do MNU. E não esteve sozinho. Várias outras entidades do movimento negro carioca, como a Escola de Samba Quilombo, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Centro de Estudos Brasil-África (CEBA) e o IPCN também se envolveram. Na Bahia, representantes, dos blocos afros e afoxés de Salvador, já engajados na luta contra racismo, igualmente apoiaram a criação de um movimento de caráter nacional.

As muitas ações desenvolvidas pelo MNU incluíam a publicação de um jornal nacional, o que ampliava ainda mais o alcance das iniciativas e ideias defendidas pelo movimento. Aliás, como vimos anteriormente, em várias fases da história do país, a imprensa funcionou como canal de defesa contra o racismo instituído (escravidão).

Em, 1833, reforçando o movimento abolicionista, o jornal *O Homem de Cor* já circulava pelo Rio de Janeiro. No estado de São Paulo, destacam-se *O Bandeirante* (1910), *O Menelick* e a *Princesa do Oeste* (1914) e *A União* e *O Alfinete* (1918), dentre outros.

Inclusive, de maneira velada ou destemida, em diferentes épocas de nossa história, muitas mulheres enfrentavam preconceitos e faziam valer suas opiniões contrárias ao preconceito de raça e de gênero. A educadora, feminista e escritora Nísia Floresta no século XIX, utilizou apenas B. A. para assinar alguns de seus textos. Antonieta de Barros, também feminista, educadora e jornalista negra catarinense, no período de 1931 a 1936, escreveu crônicas para o jornal *A República* com o pseudônimo de Maria da Ilha. Aliás, vale destacar que Antonieta em 1934, se tornaria a primeira mulher negra eleita deputada estadual no Brasil.

A trajetória de Lélia no MNU adquiriu projeção. Suas ideias e falas se espalharam e ganharam eco entre a militância de todo o país e, como é possível imaginar, também encontraram pessoas que delas discordavam.

Por ocasião dos 90 anos da assinatura da Lei Áurea, as ideias de Lélia contribuíram para inspirar Candeia, então compositor do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo (Granes Quilombo), na criação do samba do carnaval de 1979.

Quis o destino, contudo, que o compositor

viesses a falecer e assim coube a Lélia e outros intelectuais levar adiante a tarefa. Prestando homenagem a Candeia, a Escola desfilou ao som da dupla vencedora Nei Lopes e Wilson Moreira.

Tanto a música clássica quanto o samba despertavam a paixão de Lélia. Justamente por isso, ela, que até 1981 foi integrante do Conselho Consultivo da Diretoria do Departamento Feminino do Granes Quilombo, escreveu, ainda, o enredo “A revolta dos Malês” para a escola de samba do bairro do Cosme Velho onde morava.

NOVENTA ANOS DE ABOLIÇÃO Nei Lopes e Wilson Moreira

*“Hoje a festa é nossa
Não temos muito para oferecer
Mas os atabaques vão dobrando
Com toda a alegria de viver.
Festa no Quilombo Noventa anos de abolição
Todo mundo unido pelo amor
Não importa a cor
Vale o coração.
Nossa festa hoje é homenagem
À luta contra as injustiças raciais
Que vem de séculos passados
E chega até os dias atuais.
Reverenciamos a memória
Desses bravos que fizeram nossa história:
Zumbi, Licutan e Alumá
Zundu, Luís Sanin e Dandará.
E os quilombolas de hoje em dia
‘São Candeia’ que nos alumia
E hoje nesta festa
Noventa anos de Abolição
Quilombo vem mostrar que a igualdade
O negro vai moldar com a própria mão
E em luta pelo seu lugar ao sol
Não é só bom de samba e futebol”.*



Compositor e intérprete Candeia, 2000 | Agência O Globo

O compositor e escritor Nei Lopes com a Enciclopédia brasileira de diáspora africana, de sua autoria, 2004 | Agência O Globo

Compositor e intérprete Wilson Moreira, 2004 | Foto Fabio Rossi / Agência O Globo

Ação do Movimento Negro Unificado (MNU) – Zumbi está vivo – Ato público na Cinelândia, Rio de Janeiro, 1983 | Acervo JG/Foto Januário Garcia





Um pé na África, outro no Brasil! E os dois no mundo...

Nas lembranças sobre os contatos e amigos/as que fez ao redor do mundo, um carinho especial estava destinado ao encontro com o cubano Carlos Moore em 1979. Era a primeira vez que pisava em Dakar (Senegal), solo da mãe África finalmente! Lágrimas lhe vieram aos olhos, ainda na escada do avião. Era uma viagem às próprias origens: ao exterior e para dentro de si mesma!

E houve reciprocidade! Não apenas a brasileira se emocionava ao relembra aquela viagem! Também Moore, exilado no Senegal desde 1963, recordava-se da empatia ocorrida entre ambos, quando se encontraram. Para o cubano, o interesse em Lacan e o marxismo os uniria, desde então. Contudo, fazia questão de ressaltar que, sendo ela mulher e negra, bem mais profunda era sua ligação e interesse com as questões de gênero e raciais. Pura verdade dita em espanhol! Preconceito e discriminação eram velhos conhecidos de Lélia Gonzalez, como sabemos.

Também a Europa conheceu e ouviu Lélia através da apresentação *Racismo e seus efeitos na sociedade brasileira*, realizada em Veneza (Itália) e Genebra (Suíça), por ocasião da *Womens Conference Conference on Human Rights and Mission*¹⁶. A Europa ouviu, conheceu e leu Lélia, pois a palestra foi publicada logo a seguir.

O enfrentamento ao *apartheid* foi uma das lutas de Lélia no período de 1980. Ela dedicou especial atenção à situação das mulheres sul-africanas. Foi, ainda, vice-presidente, do seminário "Woman under Apartheid"¹⁷, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Liga das Mulheres do Québec (Canadá).



Lélia e Carlos Moore. Dakar, 1979 | Acervo Lélia Gonzalez



Dia Nacional da Consciência Negra, Serra da Barriga, Alagoas, 1981 | Acervo JG/Foto Januário Garcia



Lélia em uma comunidade rural de Nairobi, Quênia, 1985 | Acervo Lélia Gonzalez

A preocupação com a preservação da biodiversidade e um desenvolvimento socialmente justo e sustentável é realidade em todo o planeta. Representantes de várias partes do mundo reuniram-se em 2012, no Rio de Janeiro (Rio+20), para rever compromissos anteriormente assumidos, rever metas e decidir ações conjuntas em defesa do meio ambiente. No caso específico das comunidades remanescentes de quilombos, a terra, rios e animais fazem parte de suas origens e tradições. Através deles, dão continuidade aos rituais religiosos, desenvolvem a solidariedade e prosseguem costumes trazidos da África por seus ancestrais. Enfrentam ainda, esses homens, mulheres, jovens e crianças, o racismo ambiental, ou seja, uma forma de injustiça socioambiental que recai desproporcionalmente sobre comunidades pobres, como também sobre as marisqueiras e comunidades de pescadores, dentre outras, que se opõem a projetos que visam exclusivamente o desenvolvimento econômico.

Para conhecer os resultados da RIO+20 acesse: www.rio20.gov.br.

Na França (Paris), como convidada especial, participou da Conferência Internacional “Sanctions against South Africa”¹⁸, promovida pelo Comitê Anti-Apartheid (ONU). Lélia defendia publicamente o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e países que mantinham políticas raciais discriminatórias.

Além de sua atuação no cenário internacional, Lélia, até o final da vida, jamais perdeu o foco na responsabilidade que ela e outras lideranças precisavam ter para com o Brasil. Em companhia de outras lideranças negras, dentre elas Helena Theodoro, Joel Rufino e Abdias do Nascimento, no dia 20 de novembro de 1981, se fez presente em Alagoas, na Serra da Barriga, local histórico no qual Zumbi esteve à frente do grande quilombo de Palmares, que se constituiu não no único, mas no mais significativo espaço de resistência negra à opressão da escravização instituída no País.

A emoção que sentiu na ocasião deixou registrada para sempre em artigo que escreveu para o jornal *Folha de São Paulo* dois dias depois.

Zumbi dos Palmares nasceu em 1655. Símbolo da resistência negra à escravidão liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas no Brasil Colonial, localizado na região da Serra da Barriga em Alagoas (AL). Símbolo da luta contra a escravidão lutou também pela liberdade de culto religioso e pela prática da cultura africana no País. O dia de sua morte, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra. Para conhecer mais sobre Zumbi e outros(as) importantes homens e mulheres quilombolas que escreveram a história do país acesse: www.palmares.gov.br.

“(...) E lá, no alto da Serra (...) ficamos pensando naquelas palmarinas, que preferiram matar os próprios filhos e se suicidarem em seguida, para não se deixarem escravizar”¹⁹.

Os constantes deslocamentos para fora do país não a impediam de manter forte ligação com a família, sobretudo, com o filho Rubens, o Manéu. Também não eram impedimento para que escrevesse sobre o que vivia e aprendia, como o artigo *Mulher Negra* escrito para o jornal *Mulherio*, do qual era integrante do Conselho Editorial.

E o reconhecimento ao seu envolvimento com a defesa da cidadania, sobretudo das mulheres negras, chegou como um justo presente de aniversário. Estávamos em 1º de fevereiro de 1981 e Lélia recebeu, do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, o diploma *Dez Mulheres do Ano de 1981*, como reconhecimento por sua atuação em prol da integração feminina no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural do país. Parabéns duplo para a filha de Dona Urcinda e Seu Acácio.

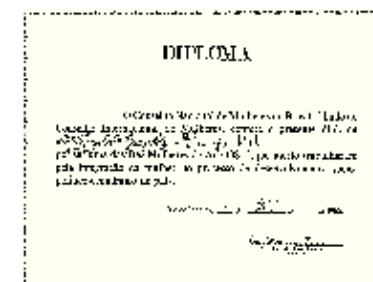
Lélia, como sempre intensa, não parava! É também dessa época a publicação de *Lugar de Negro*. A obra em coautoria com o sociólogo Carlos Hasenbalg era uma tentativa de ampliar e divulgar novas possibilidades para compreensão da história e presença do/a negro/a na sociedade brasileira. E fez sucesso!!

16 “Conferência de Mulheres para os Direitos Humanos e...”

17 “Mulher contra o Apartheid”.

18 “Sanções contra a África do Sul”

19 GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola. *Folha de São Paulo*, Caderno Folhetim, 22 de novembro de 1981, p. 04. (Acervo Folha de São Paulo).



No dia de seu aniversário, 1º de fevereiro, Lélia recebe o Diploma “Uma das Dez Mulheres do Ano”, 1981 | Acervo Lélia Gonzale



Capa do jornal *O Mulherio*, ano 02, nº 07, 1982 | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

Lélia estava presente quando Abdias do Nascimento beija a terra de Palmares, em homenagem aos/as muitos/as guerreiros/as quilombolas que viveram e foram covardemente massacrados em 1695 | Acervo JG/Foto Januário Garcia



Orientações pedagógicas

Para ter acesso as orientações pedagógicas, retorne à página 20 do Almanaque Pedagógico

Sugestões de Abordagens

Sugestão 4: Estratégia de ensino-aprendizagem KWL¹

Primeiramente, observe a estrutura do Almanaque. O Almanaque está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro deles intitulado *Alô, alô Brasil! Lélia Gonzalez chegou!* e último *Obras de Lélia (Escritos e links)*. Em cada capítulo há uma quantidade de textos. Portanto, essa sugestão de abordagem pode ser repetida em cinco momentos ao longo do ano letivo, considerando cada momento, um Capítulo. O Capítulo 6 não é recomendável para essa abordagem. Como demonstração da sugestão 2, apresentamos a técnica de ensino-aprendizagem KWL (o que eu sei – o que eu quero saber – o que aprendi) por meio do Capítulo 4 *Na Universidade o coração bate forte*

Para início de conversa: Contextualização²

Professora/e/or, antes de apresentar o texto às/aos estudantes, sugerimos discutir com eles/as os diferentes temas implícitos no capítulo como, por exemplo, Golpe de Estado, perseguições políticas, Lei da Anistia, embranquecimento, Apartheid, resistências negras, movimento negro e feminismo negro (por meio das imagens é possível abordar) ou qualquer outro tema que você perceber conexão com o almanaque. A escolha do tema deve considerar o conteúdo a ser trabalhado por você. Por exemplo: se você escolher discutir o Apartheid e resistências negras, você pode mostrar a ausência de representatividade nas escolas norte-americanas a partir do caso de Ruby Bridges e Rosa Parks, em comparação a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil e outras organizações negras de enfrentamento ao racismo, buscando em periódicos atuais e comparar com as imagens do almanaque e discutir a dimensão alcançada a partir dessas organizações coletivas.

¹ Para saber sobre essa estratégia acesse <https://www.youtube.com/watch?v=tXpkEDrWeik&t=33s> acessado por último em 26/03/2024.

² Para saber mais sobre contextualização acesse: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/contextualizacao.htm> acessado por último em 26/03/2024.

Sugestão Metodológica: Estratégia de ensino-aprendizagem KWL

Como fazer?

Passo 1:

Professora/e/or, a partir da contextualização, exponha a tabela a seguir numa folha de papel pardo ou 40Kg ou faça a tabela no quadro da sala. Distribua tiras de papel para as/os estudantes para que respondam: O que eu sei sobre o Apartheid e o Movimento Negro Brasileiro? Esse é um momento de sondagem, de levantar o que sabem a respeito a partir de conhecimentos prévios, sem ainda que você apresente teoria e conceito. Desse modo, estamos estimulando a memória, mas também promovendo o pensamento crítico acerca de informações que podem ser falsas a respeito desses temas. Não é o momento de correções. Ao responder na tira de papel, as/os estudantes deverão fixar as respostas na primeira coluna.

K - O que eu sei	W - O que eu quero saber	L - O que eu aprendi
Respostas para a pergunta: O que eu sei sobre o Apartheid e o Movimento Negro Brasileiro?		

Passo 2:

Em seguida, distribua outras tiras de papel, que podem ser inclusive de outra cor, e peça que as/os estudantes respondam: O que eu quero saber sobre o Apartheid e o Movimento Negro Brasileiro? Esse é o momento de instigar as/os estudantes provocando curiosidades acerca do tema. Ainda não é o momento de apresentar teoria e conceito. As respostas neste momento estão em torno do que foi dialogado na contextualização. As respostas aqui podem mostrar para você a expectativa das/os estudantes da aula seguinte.



K - O que eu sei	W - O que eu quero saber	L - O que eu aprendi
	Respostas para a pergunta: O que eu quero saber sobre o Apartheid e o Movimento Negro Brasileiro?	

Passo 3:

Agrupe a sala de aula em trios para a leitura do capítulo. Cada trio deverá ler e discutir entre si o texto verbal e as imagens do capítulo entre si e formular a resposta para a última coluna do quadro.

K - O que eu sei	W - O que eu quero saber	L - O que eu aprendi
		Respostas para a pergunta: O que eu aprendi sobre o Apartheid e o Movimento Negro Brasileiro?

Passo 4:

A partir do quadro, promover uma roda de conversa entre as/os estudantes onde deverão dialogar sobre as três colunas. Você pode provocar as perguntas com "O que você sabia faz sentido agora?" "O que você queria saber era isso mesmo?". Também é possível dialogar sobre fatos e propagação de inverdades (fake news).



Cartaz do CNDM "As Mulheres na Luta contra a Escravidão", 1988 | Acervo Geledés - Instituto da Mulher Negra

Cartaz de divulgação do Tribunal Winnie Mandela, São Paulo, 1988 | Acervo Geledés - Instituto da Mulher Negra

CAPÍTULO V Contra a farsa da abolição

CEM ANOS DE LIBERDADE, REALIDADE E ILUSÃO
Helio Turco, Jurandir e Alvinho

*Será que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será, que a lei Áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade, onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu*

*Moço não se esqueça que o negro
Também construiu, as riquezas do nosso Brasil*

*Pergunte ao Criador, pergunte ao criador quem pintou
esta aquarela
Livre do açoite da senzala
Preso na miséria da favela,*

*Sonhei....que Zumbi dos Palmares voltou
A tristeza do negro acabou
Foi uma nova redenção*

*SENHOR...(ah senhor!)
Veja a luta do bem contra o Mal
que tanto sangue derramou
contra o preconceito racial (2x)*

*O Negro samba
o negro joga capoeira
ele é o Rei da Verde e Rosa da Mangueira*



Dois anos para a entrada na última década do século XX e só então o país “comemoraria” o centenário da abolição. Essa triste demora também decorre do fato de que fomos o último país do continente americano a dar por extinta a escravidão. E isso, contrariando grande parte das elites.

Na ocasião, apesar dos preparativos para as programações oficiais, Lélia e vários/as companheiros/as entendiam que não havia o que comemorar. Destacavam que os índices oficiais caracterizavam a profunda diferença social, econômica e educacional que pendia negativamente para aqueles de pele não branca e das classes populares.

Aliás, Lélia e outras companheiras avançavam ainda mais na denúncia, aprofundando as críticas ao que afetava diretamente as mulheres negras. Como mulheres e negras experimentavam, ainda mais que os homens, na pele e no dia a dia, o caráter de exclusão camuflado pelo discurso da democracia racial brasileira.

Assim, na ocasião, lado a lado às comemorações oficiais, várias foram as manifestações de protesto, realizadas em todo o país, pela sociedade civil organizada.

Na estação ferroviária Central do Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro, lideranças do movimento negro, dentre elas Lélia Gonzalez, promoveram a Marcha Contra a Farsa da Abolição, no Centro do Rio de Janeiro.

O governo militar não mais existia, mas sua política de repressão deixara frutos. E muitos! Na prática, a manifestação amanheceu cercada por soldados que tentaram, sem sucesso, intimidar manifestantes, que reagiram caminhando organizadamente, carregando cartazes e gritando palavras de ordem. Situação idêntica ocorreu em vários estados do país.

Importante ressaltar que a atuação dos mo-

vimentos negros, ao longo da história do Brasil, em especial do século XX, foi determinante para a conquista de políticas públicas, inclusive aquela que enfatiza, na Constituição de 1988, o racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Destaca-se ainda o Dia da Consciência Negra, instituído em 2003. O dia 20 de novembro marca o dia de morte de Zumbi dos Palmares.

*“(...) Herói nacional foi liquidado pela traição das forças colonialistas, o grande líder do primeiro Estado livre de todas as Américas, coisa que não se ensina às nossas crianças nas escolas (...)”*¹.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que tinha em Lélia uma de suas conselheiras, se fez atuante no centenário da abolição. Sob a coordenação de Sueli Carneiro, o CNDM criou o Programa da Mulher Negra, que – em parceria com a Comissão de Mulheres Negras do CECF/SP e a Comissão da Mulher Advogada da OAB/SP – realizou o Tribunal Winnie Mandela, uma espécie de júri simulado formado por expoentes da sociedade civil para julgar e condenar a discriminação contra as mulheres negras.

Nessa ocasião, também o feminismo negro se consolidava e a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença (RJ), em 1988, evidenciou sua importância para a sociedade. Ao lado de Luiza Bairros, Benedita da Silva, Rosália Lemos, dentre outras, Lélia caracterizou-se como uma das principais porta-vozes do evento.

¹ Trecho do discurso de Lélia Gonzalez realizado por ocasião da marcha negra, protesto realizado no Rio de Janeiro em 1988, por ocasião dos cem anos da abolição. Disponível em: Marcha Negra 1988. Acervo Digital de Cultura Negra – Cultne: http://www.cultne.com.br/video.php?id_video=1, acessado em: 14 out. 2011.



Movimento Negro na Marcha “Contra a Farsa da Abolição”, Central do Brasil, Rio de Janeiro, 1988 | Acervo JG/Foto Januário Garcia

Forças Militares fiscalizando a Marcha “Contra a Farsa da Abolição” | Acervo JG/Foto Januário Garcia



Simpósio em Apoio à Luta do Povo da Namíbia por sua Autodeterminação e Independência. San José, Costa Rica, 1983 | Acervo Lélia Gonzalez

Navegando rumo à África e suas origens de mulher negra | Acervo Lélia Gonzalez

últimas, segundo ela, “são verdadeiros arquivos vivos da história do movimento negro americano. Recebi delas o maior estímulo em face do nosso trabalho no Brasil”²¹.

Em 1985, no retorno à África mãe participou em Nairobi (Quênia) da III Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU e que instituiu a Década da Mulher (1975-1985). Além de apresentar alguns painéis, aproveitou sua estadia para visitar comunidades rurais locais e dialogar com diversas lideranças negras internacionais e nacionais, como Benedita da Silva. Na capital da Itália, foi convidada a integrar o Conselho Diretor da Society for International Development/SID, no qual atuou durante um ano.

No Festival Pan-Africano de Artes e Cultura/FESPAC, em Dakar (África) em 1987, reencontrou Abdias do Nascimento que integrou o Comitê Dirigente Internacional do Festival. A ideologia pan-africanista estava em evidência, desde o início do século XX, na voz do americano W. Du Bois e tinha como propósito a criação de uma ‘unidade africana’. Malas mais uma vez arrumadas partiu, no mesmo ano, para a Conferência da Negritude, em Miami/EUA, onde conheceu o martinicano Aimé Césaire, um dos grandes expoentes do movimento da negritude.

A década de 1980 se encerrava quando Lélia passa a integrar o Conselho Internacional do Memorial de Gorée, em Dakar (África), organização dedicada ao projeto de construção de um memorial aos/às africanos/as escravizados/as na ilha senegalesa que serviu como entreposto colonial do comércio escravista.

Para Lélia, não existiam fronteiras. Convidada especial do “Symposium in Support of the Struggle of the Namibian People for Self-Determination and Independence” , promovido pela ONU, em San José (Costa Rica), participou das discussões sobre a independência do território da Namíbia, colonizado até 1990 pela África do Sul, o mesmo país que manteve por quase três décadas Nelson Mandela atrás das grades!

21 GONZALEZ, Lélia. Relatório entregue à Fundação FORD, 10 de dezembro de 1984 (Acervo Lélia Gonzalez).



Lélia e Benedita da Silva. Dakar, Senegal, 1986 | Acervo Lélia Gonzalez



E a trabalhadora negra, cumé que fica?

Ilustração do cartunista Henfil para o texto E a trabalhadora negra, cumé que fica?, de Lélia Gonzalez publicado no jornal *Mulherio* ANO 2 – 1987 | Acervo Ipeafro

Mulher negra tomando partido...

Apesar da roda viva em que vivia, Lélia não hesitava em aceitar novos desafios. E ainda na década de 1980 estendeu sua luta para o campo da organização político partidária.

Na ocasião, o abrandamento da repressão realizada pelo governo militar permitiu a reorganização da resistência por parte da sociedade civil. Tanto assim que o Colégio Eleitoral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, levaria à Presidência da República em 1985, ainda que de maneira indireta, o civil Tancredo Neves.

Compreendendo o espaço político como importante canal para concretização das lutas que envolviam os movimentos negros e feministas, Lélia filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981.

Em 1982, com uma campanha voltada para os movimentos sociais organizados por mulheres, negros e homossexuais, candidatou-se ao cargo de deputada federal e alcançou a primeira suplência. No entanto, a questão da mulher negra na sociedade brasileira era a maior ênfase de sua bandeira de luta.



A presidente da Associação das Empregadas Domésticas expõe o plano de trabalho da instituição

INCLUSÃO DAS DOMÉSTICAS NO QUADRO DOS TRABALHADORES

Férias, Aposentadoria e Instrução, Primeiras Reivindicações — Uma Associação Para Promover a Congregação da Classe

Todos os direitos que as leis trabalhistas asseguram para os trabalhadores em geral terão sua aplicação defendida para as empregadas domésticas, através da recém-criada Associação das Empregadas Domésticas, criada por iniciativa do Conselho das Mulheres Negras.

Integrante do Teatro Experimental do Negro. Preside a Associação a sra. Maria do Nascimento e já se estão organizando dois serviços de assistência: o jurídico, entregue à advogada Gulomar de Matos e o cultural, que iniciou suas atividades abrindo inscrições para um curso de alfabetização.

Lançamento do Plano de Trabalho da Associação das Empregadas Domésticas, vinculada ao Teatro Experimental do Negro. Agosto de 1950 | Acervo Ipeafro

VOCE SABIA?

Em julho de 1978, o MNU convocou as entidades negras do país para se juntarem em um ato público contra o racismo. Milhares de pessoas se reuniram no Viaduto do Chá em São Paulo. Confira o convite em: GONZALEZ, Lélia & HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

Na década de 1940, um grupo de mulheres negras, integrantes do Teatro Experimental do Negro, criou a Associação das Empregadas Domésticas.

Encabeçadas pela jornalista Maria Nascimento, presidenta do Conselho Nacional de Mulheres Negras, exigiam a regulamentação e a dignidade do trabalho doméstico. Em 1972, conquistaram por lei o direito a 20 dias de férias por ano, carteira assinada e o direito à Previdência Social. A Constituição de 1988 garantiu à classe o direito ao salário mínimo, ao 13º salário, aviso prévio e descanso semanal aos domingos. Contudo, deixou de fora o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a multa de 40% sobre seu saldo, em caso de demissão sem justa causa, salário família, horas extras, adicional noturno, seguro-desemprego e várias outras conquistas dos trabalhadores.

Em 2006, uma lei deu direito à estabilidade no emprego em caso de gestantes, folgas nos feriados, passou de 20 para 30 dias o período de férias e impediu o empregador de descontar despesas com alimentação e moradia do salário das trabalhadoras. Uma nova lei, que entrou em vigor em abril de 2013, ampliou os direitos trabalhistas dos empregados/as domésticos/as, igualando-os/as aos demais trabalhadores: jornada máxima de 44 horas semanais, pagamento de hora extra, adicional noturno, seguro-desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ter esses direitos respeitados é hoje uma das principais lutas da categoria. O Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas é comemorado no dia 27 de abril.

Quilombo

revista, problemas e aspirações de negro

Direção de ABDIAS NASCIMENTO

ANO I — Rio de Janeiro, Junho de 1948 — N.º 2

Concursos da "RAINHA DAS MULATAS" e da "BONECA DE PIXE"



TEREZINHA DE JESUS e DALVA, candidatas poristimas ao Trono das Mulatas no ano passado, fotografadas no jardim de inverno do residência da primeira.

Vinte mil cruzeiros de prêmios às vencedoras — Noite de arte e elegância para a festa da coroação

Os tradicionais concursos da "Rainha das Mulatas" e da "Boneca de Pixe" serão realizados, este ano, numa mesma data. A festa ganhará em animação e esplendor, abrangendo os espetaculares êxitos artísticos e sociais dos bailes precedentes. E as garotas bonitas, cãs de canela ou de labretinho maduro, terão assim uma oportunidade única de mostrar seus dotes de beleza, elegância, "charme" e distinção social.

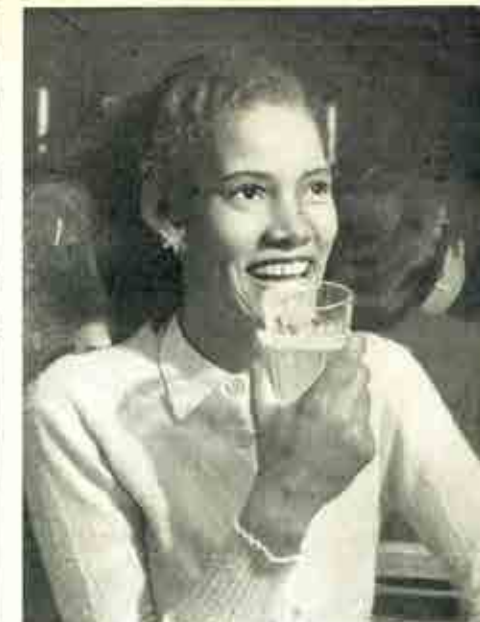
Desde já o diretor do Teatro Experimental do Negro está aguardando a inscrição de candidatas a esse prêmio sensacional que todo ano abala os próprios alicerces da cidade, e que em 1949 promete revestir-se de um inédito sensacionalismo. Nossa próxima capa estampará a fotografia da primeira candidata inscrita.

O concurso terminará em setembro, em homenagem ao "Dia da Mãe Preta" — numa noite divertida e elegante de jantar e baile, além do show" pelas artistas mais queridas do rádio, teatro e cinema. Valtosos prêmios às vencedoras serão oferecidos, além dos troféus em bronze, autoria de famoso escultor patricio Renato Góes, representando uma Venus de Ebano, na valor de Cr\$ 10.000,00, e mais de dez mil cruzeiros em dinheiro.

O baile de encerramento dos concursos da "Boneca de Pixe" e da "Rainha das Mulatas" de 1948, apesar de seu alto nível social, é uma festa democrática, de confraternização racial e das várias camadas da nossa sociedade, não se exigindo trajes a rigor. A gente negra não deve faltar a essa noite de gala do concurso de suas "rainhas", pois estarão dessa forma prestigiando mais uma iniciativa em prol da valorização estética e social das qualidades mestiças da nossa civilização.



Quando toca o jazz, não importa que o baile inicie, perto ou longe, e das curvas que eles giram muito...



Depois de dia, LARA ganha a vida como comerciária, e à noite procura compensação dançando uma, principalmente, refrescando-se no bar...

— OBA, VIVA A ALEGRIA!

VISITA AO "ELITE"

Muito melhor que Jacarepaguá — Goethe em Passo de Girafó (Foto Carlos)

Quem ainda não sabe fique sabendo: "elite" não é o que muita gente pensa. Um outro racismo, onde a carcaça esconde emboscando brigas de negros valentes e gatinhas de trófeus decaladas. Também não queremos afirmar que o pessoal das elites seja uma legião de anjinhos. Isso não. Seria ofender-las gratuitamente. Mas também, que diabo... por que não entendemos até as raízes da pobreza, o direito existente das garotas gráficas — as quais naturalmente assistem

por denominações pitorescas como "Casabianca", "Yaguá", "Monte Carlo" e outras — de promover um baratinho de vez em quando? Pelo fato de sermos negros, não somos automaticamente "bretões". Nada disso, não é minha intenção! Depois, uma troca de sapatos e outra animal em qualquer ambiente, pobre ou rico, em que existir um bumbum surtido ou um par de dentes alvos dessas "fragilidades", que sejam loucos, pretações ou mulatas. Instalado ali na praça da Re-



Ordem acima de tudo e o lema do clube: "seja dirigido-se ao guarda-capa antes de ir para o salão de dança."



MULHER NO ELITE E MAYO: estas não conseguiram por a coroação esperada...

pública o "Elite" é um dos melhores "night club" de ponto de cor. Reune a elite da boemia colorida da cidade. Dito Simões, seu gentil anfitrião, recebe nos segredos e nos braços como ele, com o mesmo gosto simpático de quem está pedindo a gente em casa: "Divirta-se à vontade..." Isso, naturalmente, não impede que a "caixa" funcione a quinze cruzeiros por cabeça, já que negócio é negócio. Todo mundo sabe disso...

No último sábado que fomos ao "Elite" a coisa estava animada, já na entrada anotamos não ser somente em Jacarepaguá que mulher é mato: duas garotas, uma toda de setim preto, elegantíssima em seu perfil desguado de segunda e outra, forte e musculosa como um atleta, disputavam:

— Essa mulher quer roubar o meu homem, seu guarda!

— Mentira, não, O Guard: é meu a muito mais tempo...

O "homem", o seu "Óscar", não dava nem olhada no lado do guarda. Enquanto subiam a escada — descendo subnormal — algumas de frechas e

(Continua na 3ª página)

“(…) Da maneira mais incisiva e decidida, afirmou a existência concreta da discriminação no Brasil (…). E declarou que nas emissoras de televisão onde trabalhou (…) programas de auditório como o seu sofriam uma série de restrições: proibia-se que as câmeras focalizassem diretamente o auditório, para que os negros não fossem mostrados (…). Os negros ou negras só poderiam ser focalizados de passagem ou de costas. E Chacrinha continuou denunciando o absurdo de tais restrições, uma vez que o Brasil é um país de negros; e, com suas metáforas incríveis, ele afirmava: “Eu sou negro, nós todos somos negros e até mesmos essas louras ou morenas que vemos por aí, também são negras (…)”*

* Trecho da carta escrita por Lélia Gonzalez ao Chacrinha (Abelardo Barbosa) apresentador de programa popular de enorme audiência na televisão na década de 1980, após seu depoimento ao dia instituído pela ONU Contra a Discriminação Racial (21 de março). A data é também conhecida como Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial. Disponível em: www.4shared.com/office/MOalZkOO/Carta_a_Chacrinha.html, Acesso em: 09 de julho de 2012.

Seus artigos no jornal *Mulherio*, do qual era uma das editoras, foi canal constante de denúncia do processo de marginalização da trabalhadora negra.

Nem tudo, porém, foram flores na militância de Lélia! Muitas dificuldades e desafetos se tornaram fato em sua vida. Denunciar publicamente o preconceito racial existente, mas camuflado, da sociedade brasileira, assustava e aborrecia a muitos, que preferiam ignorá-lo. Também a introdução da questão racial nas discussões promovidas pelo movimento feminista irritou parte das militantes.

“Por que as mulheres negras, que também são mulheres, não estão presentes nas reuniões de mulheres que discutem a questão das mulheres?”, perguntava Lélia. E ela mesma respondia: “porque estão no serviço, tomando conta das crianças da patroa...”. Era preciso incluí-las, e Lélia estava disposta a fazê-lo!

A problemática da estética racial também não lhe passou despercebida. Ao contrário, sempre teve em sua trajetória destacada importância. Justamente por isso, participou como julgadora da I Noite da Beleza Negra do Grupo Afro Agbara Dudu, evento realizado no Rio de Janeiro realizado em 1982. Lélia destacou o caráter socioeducativo do evento, explicando: “o que estava em evidência não era o corpo da mulher negra, mas a dignidade, a elegância, a articulação harmoniosa do trançado do cabelo com o traje, o denço, a leveza, o jeito de olhar (...)” .

Apenas em 1986, uma mulher negra, a gaúcha Deise Nunes, foi escolhida como representante máximo da beleza feminina brasileira. E isso em uma sociedade que, desde o início de sua colonização, enfatiza a sensualidade da mulher negra e da mulata! Logo, para Lélia, também através da valorização oficial de um ideal branco de beleza, o preconceito disfarçado se fazia presente. E isso sem esquecer o modelo europeu de beleza valorizado e disseminado nas propagandas e telenovelas.

As mulheres representam mais da metade dos eleitores brasileiros. Contudo, apesar de haver crescido nos últimos tempos, a participação feminina ainda é muito pequena no quadro de candidatos aos diferentes níveis de eleição. Para saber mais sobre a cota partidária e a participação feminina na política acesse: www.cfemea.org.br.

Contudo, botar a boca no trombone não era uma novidade. Essa denúncia de exclusão há tempos se fazia presente, inclusive na voz de Abdias do Nascimento, principal liderança do Teatro Experimental do Negro (TEN), que chegou a organizar na década de 1940, os concursos de Rainha das Mulatas e Boneca de Pixe. Também o concurso de Miss Guanabara, organizado pelo Clube Renascença em 1951, então dirigido e frequentado por uma classe média negra carioca caracterizou-se como outra importante manifestação de resistência.

Ainda na década de 1980, Lélia, em companhia de Pedrina de Deus, Jurema Batista, Elizabeth Viana, Ana Garcia, Rosália Lemos, dentre várias outras, fundou o Grupo Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras.



Lélia Gonzalez e companheiras (os), em reunião do PT, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 1981 | Acervo Lélia Gonzalez



Reunião de lideranças do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do Movimento Negro Unificado, Brasília, 1987 | Acervo Lélia Gonzalez

Abaixo: Lélia, Benedita da Silva e lideranças feministas na posse da primeira presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Ruth Escobar, Brasília, 1985 | Empresa Brasileira de Notícias/Guilherme Romão

Lélia acompanhada de eleitoras (es) e seu filho Rubens em campanha pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, 1982 | Acervo JG/Foto Januário Garcia



PT Saudações...

O tempo passava e Lélia percebeu que seu envolvimento político-partidário não lhe permitia levar adiante as ideias que defendia e nas quais acreditava-, fruto dos diferentes fóruns de mulheres dos quais participava. Na prática, a concretização dessas agendas enfrentava, no partido, resistências ideológicas e financeiras.

Sua insatisfação resultou na carta pública que encaminhou ao presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, o Lula, em 1985, por meio da qual oficializava sua saída da legenda. Em 1986, e influenciada por Abdias do Nascimento, segundo amigos que com ela conviveram na ocasião, candidatou-se pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, mais uma vez, tornou-se suplente de deputada estadual em 1986.

Sua plataforma eleitoral reafirmava o compromisso político com a mulher negra e com a descolonização da cultura brasileira. Tanto que, para o prospecto de sua campanha, Lélia elaborou o texto *Odara Dudu = Beleza Negra*, no qual enaltecia o Bloco Afro-Ilê Aiyê/Salvador e o Agbara Dudu/Rio de Janeiro, como territórios de resistência sociocultural negra. Dizia ela "(...) da maneira mais didática e prazerosa, fazem com que a nossa etnia tome consciência do seu papel de sujeito de sua própria história e de sua importância na construção não só deste país, como na de muitos outros das Américas"²⁴. Nessa legenda, permaneceu até 1990.



Consequência de todo seu empenho, o reconhecimento não tardou a chegar. Em 1985, convidada por José Sarney, Presidente da República, tornou-se uma das 17 conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Atuou, então, ao lado de Ruth Escobar (presidente) e demais conselheira, dentre elas, Ruth Cardoso, Maria da Conceição Tavares, Rose Marie Muraro, Marina Colassanti, Tisuka Yamasaki, Carmen Barroso, Jaqueline Pitanguy e Benedita da Silva. Poucos meses antes de encerrar o mandato, Lélia e outras integrantes desligaram-se, como forma de protesto ao pouco interesse dado ao Conselho pelo governo.

E mais uma vez, valendo-se da escrita, publicou, em 1987, *Festas Populares no Brasil*, reunindo manifestações Brasil a fora, como o maracatu, o carnaval e o samba. A obra, com pequenos textos de sua autoria e imagens de diferentes fotógrafos, traduzia a influência africana na pluralidade cultural brasileira. Aliás, premiado internacionalmente, o livro recebeu na Feira de Leipzig, à época Alemanha Oriental, um prêmio na categoria *o mais belo do mundo*. Merecido!

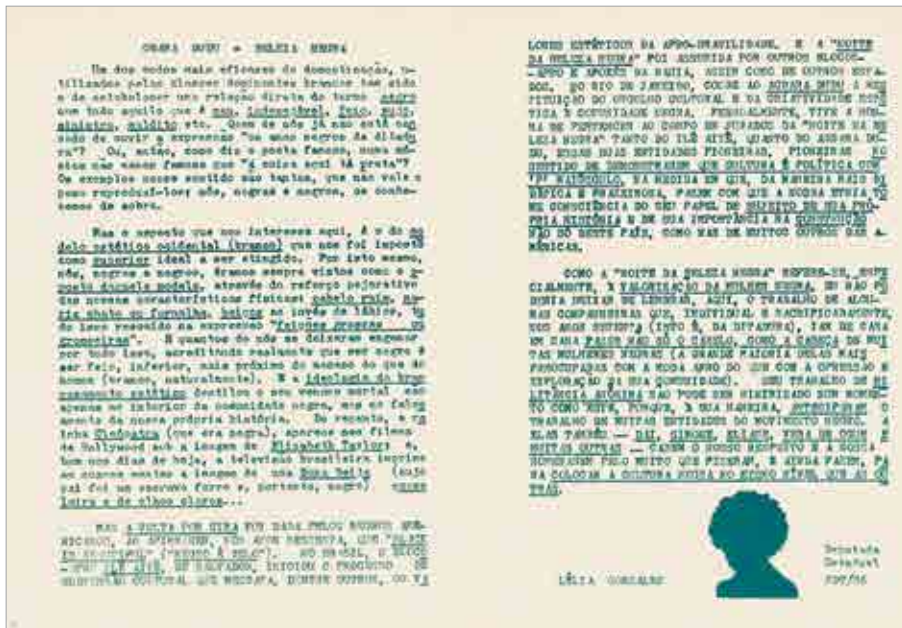
24 Odara Dudu=Beleza Negra. Folder de Campanha de Lélia Gonzalez para Deputada Estadual pelo PDT/RJ, em 1986 (Acervo Lélia Gonzalez).



Lélia e suas (seus) alunas (os) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, década de 1980 | Acervo Lélia Gonzalez

A última década do século XX

Ao assumir a diretoria do Planetário da Gávea em 1987, dedicou-se a pesquisas na área das relações raciais, o que lhe rendeu um convite para integrar o corpo docente do Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universitária Católica (PUC), instituição na qual, desde 1978, lecionava como professora da disciplina Folclore Brasileiro (Departamento de Letras).



Panfleto e Programa da Campanha Eleitoral de Lélia para Deputada Estadual, 1986

| Acervo Lélia Gonzalez



Como Cangiraué, Lélia foi para o Orum¹

O calendário marcava 1990 e Lélia Gonzalez vivia um momento de grande articulação. Entre nós, a democracia consolidava seu espaço, com o surgimento de novos partidos políticos e eleição direta para Presidente da República.

A sociedade civil organizada, através de instituições não governamentais (Ongs), pressionava pela execução de políticas públicas em várias áreas. No universo daquelas relacionadas às mulheres negras, o empenho ocorria no sentido de políticas públicas também nas áreas da educação, saúde e trabalho.

Lélia vivia a mil por hora. Dedicava-se de corpo e alma à militância, abrindo mão, inclusive, de projetos pessoais. Não foram poucas vezes em que a família reclamava atenção. Um dia parecia curto para tantos compromissos!

E foi nesse exato momento de vida que o sinal amarelo se acendeu para Lélia. Ao retornar daquela que se tornaria sua última viagem à África (Dakar), sentiu-se indisposta e incomodada por uma ferida nas costas que insistia em não cicatrizar.

Mesmo assim, foi apenas por muita insistência de familiares e amigos que ela “achou” um tempo na agenda lotada e procurou um médico. O diagnóstico não tardou. Dias depois se descobriu portadora de diabetes tipo B e deu início ao tratamento. A dieta alimentar imposta pelo médico foi recebida com desânimo. E, de sua maneira, foi se adaptando a um novo estilo de vida.

Mas a saúde não era a única coisa que a incomodava. Havia também certa decepção, que a acompanhava há tempos, com parte do movimento negro, por divergências na forma como determinadas questões eram encaminhadas. Em 1991, em entrevista ao *Jornal do Movimento Negro Unificado*, Lélia de maneira corajosa e franca, uma de suas marcas registradas, desabafou sobre isso.

Na forma coloquial e simplificada com a qual falava Lélia falava as coisas, podemos dizer que ela “deu um tempo” e entrou em um período de reclusão, afastando-se da militância.

Foi uma fase em que se apoiou na família e nos amigos Januário Garcia e Ana Maria Felipe. O filho Rubens, que havia se separado da mulher, aproximou-se mais e foi viver com a tia que, em alguns momentos, sentia-se extremamente debilitada.

Sem ânimo, sequer, para dirigir o próprio carro, não poucas vezes, até que entrasse em licença de saúde, precisou que a levassem até a PUC. Lélia havia tomado posse como diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. Lá permaneceu por trinta dias até falecer.

Além dos médicos com os quais se consultava, deu início a um tratamento espiritual com seu amigo e mentor espiritual Pai Jair, de Ogum.. A doença de Lélia se agravava. Agora também uma insuficiência cardíaca lhe incomodava. Mais que antes, passou a necessitar

¹ Cangiraué significa “passarinho” na linguagem de remanescentes de quilombos do Município de Milho Verde (MG) in BARBOSA, Paulo Corrêa; SCHUMAHER, Schuma. Minas de Quilombos. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2008. Orum no candomblé, religião de matriz africana, significa “mundo dos espíritos”.





de companhia constante. Com o reatamento de seu casamento, Rubens voltou a viver com a mulher. A sobrinha Eliane assumiu a responsabilidade dos cuidados e com as filhas mudou-se para a casa da tia.

Lélia não mais saía de casa. Rádio, televisão, livros e conversas com Eliane e alguns poucos amigos a quem recebia preenchiavam o tempo em que não estava deitada. Em algumas ocasiões, sentava-se na sala e permanecia um bom tempo olhando, pela janela, a paisagem do bairro do Cosme Velho, onde morava. Lá até onde as vistas alcançavam.

O olhar silencioso e que ia longe era às vezes interrompido pela sobrinha que lhe trazia alimentação e remédios. E o mais importante, Eliane lhe proporcionava aquilo que mais precisava na ocasião: atenção, companhia e carinho.

Nessas ocasiões, certamente, repassava nas memórias a agitada trajetória da menina negra

e pobre. Lembranças dos amores, sonhos, projetos de vida, conquistas e decepções acompanhavam as recordações de sua atuação em defesa da causa da mulher negra. Lélia, a mineira de alma carioca e coração flamenguista, era assim, intensa em tudo que vivera!

Era também da janela que apreciava as ruas e casas enfeitadas e participava, naqueles dias, da grande torcida para que o Brasil se tornasse, pela terceira vez, o grande campeão da Copa do Mundo, que ocorria nos Estados Unidos. E não é que deu resultado? No dia 17 de julho de 1994, os/as brasileiros/as finalmente puderam soltar o grito de campeão mundial. Um grito entalado na garganta por longos 24 anos.

Lélia, contudo, não pode compartilhar dessa alegria. Quando o calendário ainda marcava 10 de julho, Eliane arrumou a mesa do almoço para uma daquelas ocasiões especiais. A tia havia pedido, na noite anterior: “amanhã você faz minha comida preferida, carne assada com macarrão?”. E foi feito! No capricho e com bastante molho como ela gostava.

Travessas colocadas na mesa, foi até o quarto e, parada ao lado da cama, chamou por alguns instantes, sem sucesso, pela tia. Percebeu que Lélia Gonzalez havia descansado.

Lélia Gonzalez havia partido. Mas as ideias e legados que deixou para a causa da mulher negra, não! Permanecem como herança e responsabilidade, para todas as brasileiras e brasileiros que, ainda hoje, lutam pela construção de uma sociedade sem racismo, justa e igualitária.



Capa do Jornal do Movimento Negro Unificado – MNU, maio/junho/julho, 1991

Parte da entrevista concedida ao Jornal do Movimento Negro Unificado – MNU, maio/junho/julho, 1991 | Acervo Lélia Gonzalez

Ao lado: GONZALEZ, Lélia. Entrevista. Jornal do MNU, nº 19, maio-julho de 1991. p. 08-09. (Acervo Lélia Gonzalez).

Lélia Gonzalez — A questão ética no interior do Movimento Negro e também uma outra questão que se encaixa aí, a da perspectiva histórica. Uma consciência histórica que, de repente, a gente perde, na medida em que nos jogamos com tal intensidade para dentro do movimento, pensando como nossa contribuição é divina e maravilhosa (e aí entra a questão do narcisismo, que é preciso também exorcizar), a gente acha que vai resolver todas as questões numa vidinha que é a nossa vida. E acontece que o buraco é muito mais abaixo. Estávamos falando do que a gente pode fazer nos próximos dez anos em termos de comunidade negra e veja as dificuldades que a gente tem. A perspectiva é a de que a gente abra alguns caminhos e a gente tem que ter aí consciência da nossa temporalidade, ou seja, a gente vem e passa, vem e passa no sentido de passar mesmo e passa também a nossa experiência para quem está chegando. Aí é que me parece que os africanos podem nos ensinar muito. Precisamos ter a paciência revolucionária para verificarmos o seguinte: olha, sabe, não queira abraçar o mundo com pernas e braços, porque não dá jeito e, a partir daí, você tem a consciência histórica da temporalidade, do processo, o que vai te permitir ter muito mais tranquilidade no que diz respeito a tua inserção no movimento. Você adquire uma sabedoria. Você verifica sua temporalidade, seu tempo de inserção, o que você pode fazer, e tem a humildade de dizer: eu posso dar essa contribuição e darei com todo o carinho, mas eu não sou o único, não sou o salvador da pátria. Porque entra muito aí aquela visão centralista, eu diria até fascista, de quem se acha dono da verdade. Graças a essa visão distorcida da realidade, tem ocorrido lutas internas terríveis, cobranças absurdas. Você exige a perfeição do seu companheiro, porque você a exige de você. Você acha que tudo tem que acontecer como um milagre divino, e você é o porta-voz dessas coisas divinas. E o que acontece, muitas vezes, é que você sacrifica sua existência pessoal em função do movimento e temos verificado quantos companheiros se perderam no meio do caminho. Se perderam por falta de clareza política, evidentemente, mas também porque se jogaram de uma forma tal que, para eles, a construção de sua própria vida era um negócio tão secundário porque eles estavam apostando única e exclusivamente no movimento. E eu acho que não pode ser assim, não. Você tem que ter um equilíbrio. Eu vejo meu próprio caso, eu fui muito assim, é uma autocrítica o que eu estou fazendo também. Eu achava que tinha que estar em todas, me jogando loucamente, e meu projeto pessoal se perdeu muito, agora que eu estou catando os pedacos para poder seguir a minha existência enquanto pessoa que sou. E a gente sai muito ferido e machucado dessa história toda. Porque, evidentemente, seu sonho é tão grandioso e a realidade é tão... que você sai machucado. Machucado não só porque você investiu demais nesse tipo de projeto, mas machucado também pelas porradas que os outros lhe dão, não há dúvidas. A questão da militância tem que ter esse sentido e aí nós temos que aprender com os nossos antigos, os africanos, esse sentido da sabedoria, esse sentido de saber a hora em que você vai interferir e como você vai interferir, fora desse lance individualista. É importante distinguir o seguinte: projeto pessoal não quer dizer individualismo, não. E você se ver na sua dignidade de ser humano. Você enquanto pessoa tem que buscar crescer, desenvolver-se também. Agora, no Movimento Negro, você não vai crescer se misturar isso. Se misturou, dançou. Você vira um fanático, que ninguém aguenta, que ninguém suporta. Acho que isso é fundamental e vai lhe permitir essa reflexão e ainda lhe permitir não cair na sedução da cooptação. Você desenvolve sua vida dignamente, seu projeto pessoal, e nesse jogo dialético com o movimento você vai ter a capacidade de vislumbrar o que está acontecendo em torno. Se você mergulhar no movimento, você se afoga — e depois? Depois vai acabar se suicidando, vai acabar um nihilista danado: “Sai fora, não quero mais saber de movimento negro, acabaram comigo”. Vai embora cuidar do seu projeto individual e não pessoal, e não quer mais saber do Movimento Negro, é capaz até de trair o movimento. Então me parece que esse equilíbrio é fundamental. Você constrói sua vida pessoal, você tem a possibilidade de ser universal, humano, de entender o todo, de sentir esse todo dentro de você. Então você não se sectariza, radicaliza mas não sectariza. E para isto tem que estar muito atento. Se não vai ser a grande dançada. A gente cansa, a gente morre na praia.

Lélia Gonzalez e sua militância, pesquisadora, professora, socióloga, de miríadas excepcionais. Entre muitos outros trabalhos publicados *Festas Populares no Brasil* (1987). Esta entrevista foi realizada, em Salvador, por Jonas Carneiro de Silva e editada por Edson Lardone.



Santa Teresa, Rio de Janeiro, s.d e Lélia com sua sobrinha neta Gabriela, filha de Eliane de Almeida, 1985 | Acervo Lélia Gonzalez



Rubens Rufino recebe da Ministra Chefe da SEPPIR, Luiza Bairros, uma homenagem póstuma à Lélia Gonzalez. 7º Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, Florianópolis, Santa Catarina, 2012 | Coleção Particular



Tome Nota

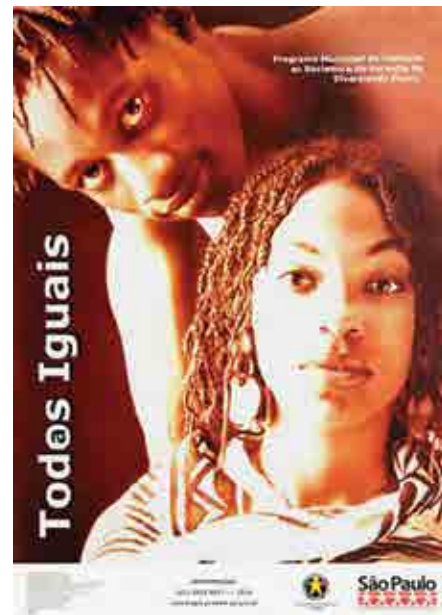
Você pode conhecer melhor as ideias e encontrar textos escritos por Lélia Gonzalez acessando o site www.leviagonzalez.org.br, organizado pela grande amiga e também militante Ana Maria Felipe.

Tome Nota

Para conhecer mais sobre a diabetes e outras doenças crônicas que afetam a população brasileira acesse portal. saude.gov.br
Você pode recorrer também ao “Disque saúde”, serviço gratuito oferecido à população pelo Ministério da Saúde, através do telefone 0800611997



VOCE SABIA?
No bairro de Ramos (RJ) está localizada a
Escola Estadual Lélia Gonzalez.



Cartaz Todas Iguais | Acervo Centro de Memória
Mulheres do Brasil/REDEH

Políticas Públicas escritas em preto e branco...

A herança que Lélia deixou não se traduziu em valores financeiros. Longe disso! Seu legado construído a partir de pioneirismo e intensa atuação influenciaram significativamente para abrir caminhos. E apesar das muitas dificuldades, eles foram abertos! Na década de 1990, testemunhamos o surgimento das primeiras ações afirmativas visando garantir o ingresso da população negra no nível superior. Não sem polêmicas, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi pioneira no país, através da Lei Estadual 4151/2003.

Em âmbito nacional, a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) em 21 de março de 2003, através da Medida Provisória nº111, foi outro importante e decisivo passo de conquista dos afrodescendentes brasileiros, não por acaso, na data em que a ONU instituiu o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial (21 de março), em memória ao massacre de Shaperville, no qual centenas de sul-africanos que protestavam contra a limitação de circulação no próprio país, imposta pelo governo racista, foram assassinados.

Igualmente importantes foram a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), a instituição da Lei 10639/03 e a aprovação do Estatuto da Igualdade. Sem esquecer que, em 2008, a aprovação da Lei 11.465, ampliou conquistas e tornou obrigatória a inclusão da história e da cultura indígena nos currículos do ensino fundamental e médio.

Saudades, continuidade e homenagens. Companheira Lélia: a luta continua...

O reconhecimento aos dezoito anos de envolvimento e atuação na academia e militância negra e feminista tem rendido a Lélia uma série de homenagens. O Centro de Documentação Lélia Gonzalez criado em 2003 pela ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra é uma delas.

Por ocasião de uma década de seu falecimento, Lélia recebeu da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) o Diploma Mulher Cidadã Leolinda Daltro, em sua primeira edição, concedido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Suas ideias continuam vivas, através de monografias, teses e dissertações produzidas por estudantes de todo o país. Também a historiadora Raquel Barreto – autora de um estudo comparado entre Lélia e Angela Davies – lhe prestou homenagens. Uma delas ocorreu na UERJ e contou com a presença de algumas importantes lideranças negras, como Abdias do Nascimento, Magali Almeida, Elizabeth Viana, dentre várias outras.

Uma mulher que vale por trinta...

Através da série Heróis de Todo Mundo, do Programa A Cor da Cultura em 2010, Lélia foi incluída na galeria das 30 personagens afrodescendentes destacadas. E nessa mesma ocasião, sua bibliografia foi publicada na Coleção Retratos do Brasil Negro, de autoria dos pesquisadores Alex Ratts e Flávia Rios.

O fato é que Lélia não se foi! Por sua história de lutas, continua presente entre nós!

O brilho das pioneiras negras ilumina o país!

Dentre elas...

Antonieta de Barros (1934) - Deputada Estadual.

Matilde Ribeiro (2003) – Ministra (Seppir).

Benedita da Silva – Deputada federal (1986), Senadora (1994) e Governadora (2002).

Luislinda Valois - Primeira juíza (1993) e desembargadora (2011).

Luiza Bairros - (2010) Ministra da SEPPIR/PR.

Marielle Franco (2016) Vereadora RJ.

Orientações pedagógicas

Para ter acesso as orientações pedagógicas, retorne à página 20 do Almanaque Pedagógico

Sugestões de Abordagens

Sugestão 5:

Estratégia de ensino-aprendizagem “Os seis chapéus do pensamento”¹

Professora/or, a técnica “Os seis chapéus do pensamento” (De Bono, 2008) pode ser utilizada em sala de aula para a abordagem de assuntos sensíveis, que podem levar às/os estudantes ao debate com diferentes pontos de vista. A partir do Almanaque *Lélia Gonzalez: Caminhos e reflexões antissexistas e antirracistas*, é pertinente suscitar na sala o debate acerca do **feminismo negro, do racismo e da participação social**. Para a realização dessa sugestão de abordagem pedagógica, convém que as/os estudantes conheçam o almanaque a ponto de reconhecer na trajetória de Lélia Gonzalez o atravessamento diante do sexismo, do o racismo e da relevância do feminismo negro, por meio das sugestões de abordagem acima ou de outras abordagens de sua preferência.

Para início de conversa: Contextualização²

Professora/e/or, em forma de roda de conversas mostre para as/os estudantes algumas manchetes de jornal de casos de racismo. Vale à pena ressaltar que o racismo é uma violência que se reproduz em diferentes facetas: racismo estrutural, institucional, recreativo, injúria racial, entre outras formas. Portanto, as manchetes que você levar podem revelar, por exemplo, dados estatísticos que mostram as desigualdades raciais ou ainda casos de injúria racial e de violência de estado. A partir das manchetes, você pode perguntar primeiramente se alguém já presenciou uma situação de racismo, em seguida se alguém já sofreu racismo e, por fim, pergunte qual foi a reação ao presenciar uma situação de racismo e de sofrer racismo. Professora/or, recomendamos que você medie a conversa acolhendo os depoimentos cuidando para que não haja julgamentos. Para terminar a roda de conversas, promova uma leitura coletiva do texto “*Contra a farsa da Abolição*” na página 101, e escute o que espontaneamente as/os estudantes dizem a respeito.

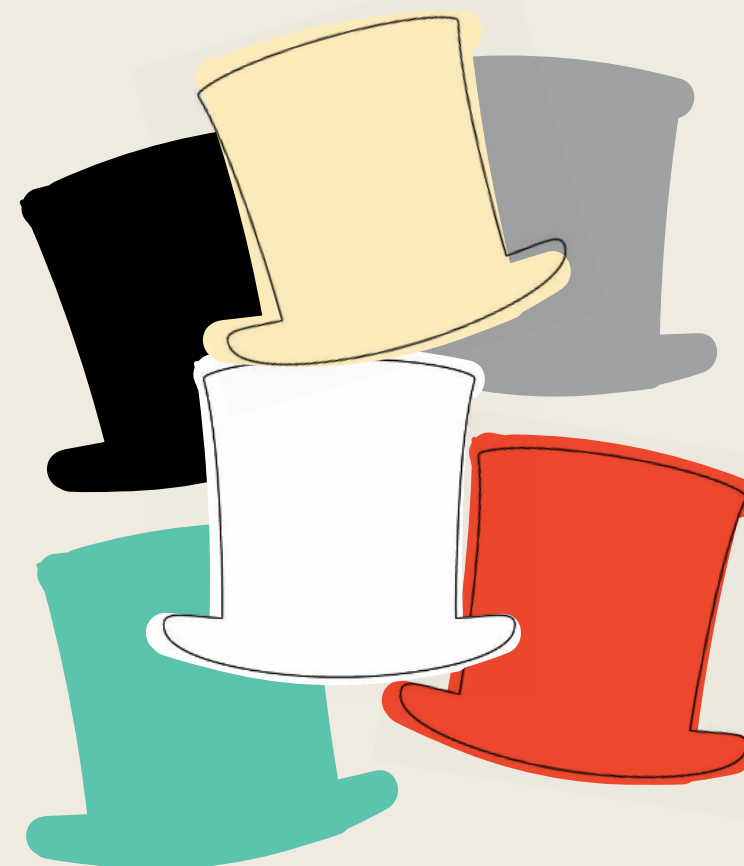
¹ Estratégia a partir do livro de Edward de Bono: DE BONO, Edward. Os seis chapéus do pensamento. W. Lagos, Trad.). RJ: Sextante.(Obra original publicada em 1985), 2008.

² Para saber mais sobre contextualização acesse: <https://educador.brasile Escola.uol.com.br/trabalho-docente/contextualizacao.htm> acessado por último em 26/03/2024.

Sugestão Metodológica: Os seis chapéus do pensamento¹ Como fazer?

Passo 1:

Pré-aula: distribua para as/os estudantes moldes de chapéus nas cores: branca, amarela, vermelha, preta e verde para que recortem e coleem em suas camisas no momento da formação dos grupos. Sugestão de molde:



¹ Para saber mais acesse <https://www.youtube.com/watch?v=MgDawEm31eo&t=8s> acessado por último em 31/03/2024.

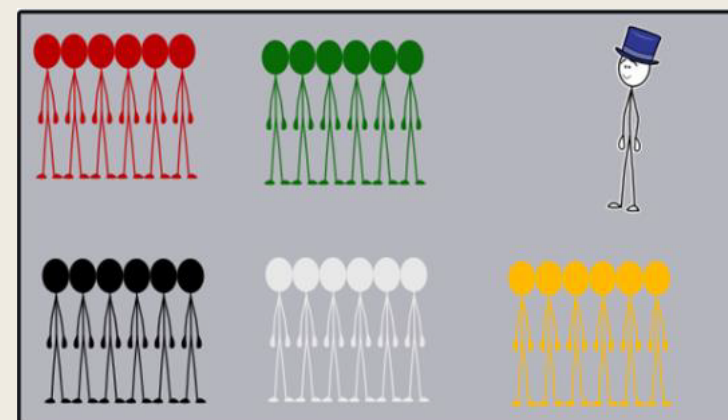
Passo 2:

Em seguida, apresente para as/os estudantes a representação de cada uma das cores dos chapéus para que compreendam seus lugares de atuação diante o tema **racismo** e **feminismo negro** a partir do almanaque.

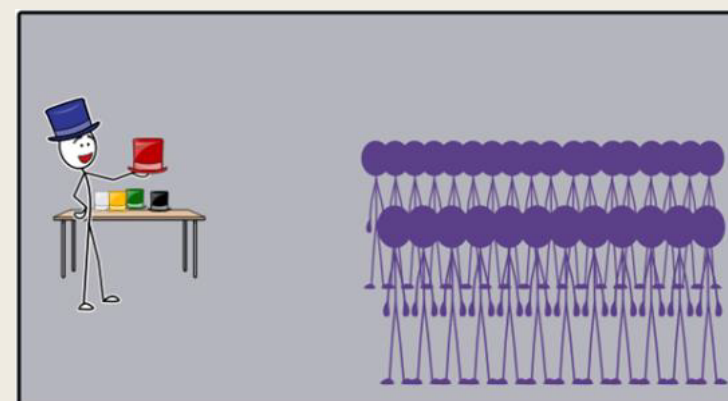
 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu	 Chapéu
<p>O chapéu azul representa a/o facilitadora/or. Professora/or, esse é o seu chapéu. É o chapéu da facilitadora/or. É quem apresentará o tema para ser discutido racismo e feminismo negro. Controla o tempo de debate dos grupos, propõe discussões e organiza conclusões.</p>	<p>O chapéu branco representa a objetividade, a pesquisa, a verificação de dados comprobatórios. Deverá ficar com o grupo que buscará dados atuais sobre racismo e pesquisará no almanaque as passagens da trajetória de Lélia Gonzalez acerca do racismo e do feminismo negro e da participação social.</p>	<p>O chapéu verde representa a criatividade. O grupo que ficar com o chapéu verde deverá criar estratégias de combate ao racismo, de propagação do feminismo negro e a importância da participação social a partir do almanaque.</p>	<p>O chapéu vermelho representa as emoções. Esse grupo deverá expressar suas emoções diante o racismo, do feminismo negro e a importância da participação social sem se preocupar com dados científicos. Pode ser que tragam experiências pessoais acerca dos temas ou percepções pessoais acerca de Lélia Gonzalez.</p>	<p>O chapéu amarelo representa a positividade. O grupo do chapéu amarelo deverá apontar os aspectos que consideram positivos na trajetória de Lélia Gonzalez para o combate ao racismo, para a propagação do feminismo negro e o envolvimento de Lélia nos movimentos organizados e no partido político.</p>	<p>O chapéu preto representa a cautela, a criticidade a negatividade. O grupo que ficar com o chapéu preto deverá apontar estratégias que consideram equivocadas para o combate ao racismo, ao feminismo negro e o envolvimento nos movimentos sociais e partidários a partir do almanaque.</p>

Passo 3:

Professora/or agrupe a sala de aula em grupos com os respectivos chapéus e suas representações. Vale lembrar que você está com o chapéu azul, portanto organize os grupos a seu critério. Sugestões de formação dos grupos:



A Professora/or divide os grupos com o mesmo foco, o mesmo pensamento para debate.



A Professora/or permite que as/os estudantes se identifiquem com os respectivos chapéus.

Passo 4:

Professora/or, a partir da formação dos grupos estabeleça o tempo para os debates, pesquisas (quando a cor do chapéu permitir) e sistematização. Em seguida, apresente as rubricas para a avaliação que sugerimos:

	Conteúdo específico	Apresentação	Criatividade	Organização
Excelente	Informações relevantes, claras e com boa aplicabilidade. Alta qualidade na produção do questionário e um bom quórum.	Formato adequado ao que foi pedido no tema, demonstrando o conhecimento de forma clara e coerente. Motivando a participação dos demais e sanando as dúvidas dos presentes.	Apresentação original do tema, com dados impactantes criando uma análise comparativa e consistente.	Trabalho demonstra coesão do grupo, dedicação de cada um e zelo.
Bom	Informações Básicas e claras. Boa qualidade na produção do questionário, quórum suficiente.	Formato adequado ao tema, mas demonstração não muito clara. Pouca motivação aos presentes.	Formato original, com pouca relação com o conteúdo solicitado ou análise não tão consistente.	Grupo organizado, faltando maior cuidado com o trabalho
Médio	Informações básicas, não tão claras. Qualidade regular na produção do questionário, quórum suficiente.	Formato irregular, sem boa definição e conhecimento apresentado com dificuldade. ex: Fala decorada, leitura de slide, etc.	Alguma originalidade e pouca relação forma-conteúdo-análise.	Grupo com algumas questões de organização; pouco zelo pelo trabalho
Insuficiente	Informações insuficientes. Qualidade insatisfatória da produção do questionário.	Apresentação com formato inadequado e pouca evidência de conhecimentos	Não houve trabalho pessoal nem originalidade.	Grupo não trabalhou com organização, não conseguindo estruturar o trabalho.

Passo 5:

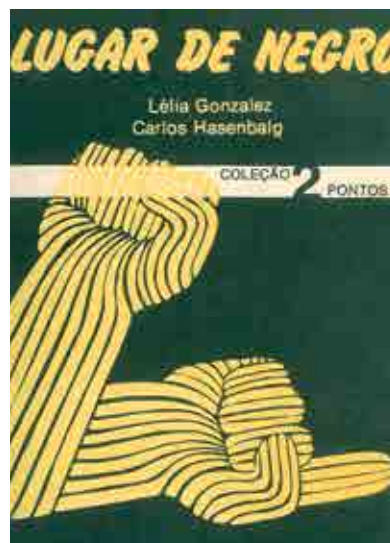
Professora/or você pode considerar os critérios de avaliação parte da grade de avaliações da escola, se desejar, relacionando o Almanaque aos conteúdos programáticos que você achar conveniente ao seu planejamento. As temáticas relacionadas ao racismo e ao feminismo negro podem encontrar embasamentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) por meio da Lei 10.639/03, que inclui a História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, considerando ainda o parágrafo primeiro dessa mesma legislação que inclui a luta do povo negro no Brasil.

CAPÍTULO VI

Obras de Lélia e sobre Lélia



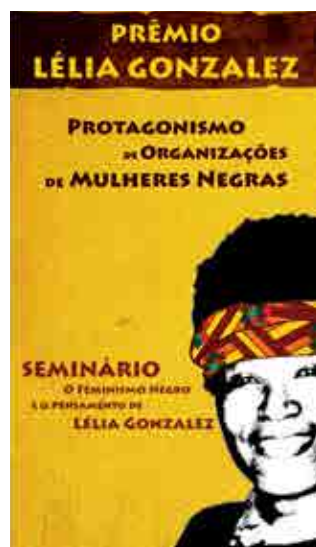
Em 2003, a amiga Ana Maria Felipe cria o site: www.eliagonzalez.org.br | Acervo Memorial Lélia Gonzalez



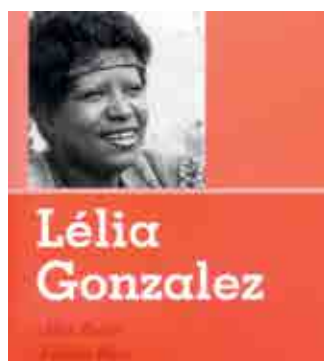
Livro *Lugar de Negro* - 1982 | Acervo Lélia Gonzalez



Lélia Gonzalez. Livro *América Ladina* - 2022. | Acervo Biblioteca Básica Latinoamericana



Prêmio Lélia Gonzalez, Seppir/SPM/PR, 2013 | Acervo Seppir/PR



Flávia Rios e Alex Ratts. *Lélia Gonzalez*. Coleção Retratos do Brasil Negro, 2010 | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH



Lélia Gonzalez. Livro *Festas Populares do Brasil*. Texto de Lélia Gonzalez, Rio de Janeiro, 1987 | Acervo Centro de Memória Mulheres do Brasil/REDEH

Por Lélia

- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.
- GONZALEZ, Lélia, *Festas populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1987.
- GONZALEZ, Lélia. *América Ladina*. DE LIMA, Melina (Org.) e Apresentação. Editora: Ateliê de Humanidades (Brasil) e Tucán Ediciones (Chile). Biblioteca Básica Latinoamericana, Vol. 5. Realização: Fundação Darcy Ribeiro, 2022.

Por Lélia (online)

- GONZALEZ, Lélia. *Mulher negra*. In: *Jornal Mulherio*, Ano 01, nº 03, setembro/outubro, 1981. Disponível em: [JORNAL MULHERIO ANO 1 N. 3. pdf](http://www.jornalmulherio.org.br/ano1n3.pdf).
- GONZALEZ, Lélia. *E a trabalhadora negra cumé que fica?* Ano 02, nº 07, maio/junho, 1982. Disponível em: [JORNAL MULHERIO ANO 2 N. 7. pdf](http://www.jornalmulherio.org.br/ano2n7.pdf).
- GONZALEZ, Lélia. *Beleza negra ou: ora-yê-yê-ô!* Ano 02, nº 06, março/abril, 1982. Disponível em: [JORNAL MULHERIO ANO 2 N. 6 pdf](http://www.jornalmulherio.org.br/ano2n6.pdf).
- GONZALEZ, Lélia. *Lélia fala de Lélia*. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/30102009-034559lelia.pdf>.
- GONZALEZ, Lélia. *Carta a Chacrinha*. Disponível em: http://www.4shared.com/office/MOaIzkOO/Carta_a_Chacrinha.html
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo*. Disponível em: http://www.4shared.com/office/ljyTR8Qg/Racismo_e_Sexismo_LeliaGonzale.html

Sobre Lélia (online)

- BAIRROS, Luiza. *Lembrando Lélia Gonzalez*. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n23_p347.pdf
- BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez*. Mestrado em História (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0310340_05_Indice.html
- VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. *Relações Raciais, Gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990*. Mestrado em História Comparada (Dissertação). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), 2006. Disponível em: <http://www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=162343>

Sites

- Instituto Memorial Lélia Gonzalez <https://www.instagram.com/imleliagonzalez>
- Amaivos - http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=13070&cod_canal=71
- Acervo Digital de Cultura Negra - <http://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8>
- Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - Disponível em: http://www.abpn.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=54%3Alelia-gonzalez-pioneira-do-recorte-de-genero-no-movimento-negro-no-brasil&catid=24%3Amaterias&Itemid=23&lang=pt
- Heróis de Todo Mundo - Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/herois/heroil/liagonzalez-> <http://www.mulher500.org.br/>
- www.geledes.org.br

Bibliografia

Livros, teses e dissertações

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

ALBERTO, Paulina L. Terms of inclusion: Black intellectuals in twentieth-century Brazil. North Carolina: Chapel Hill, 2011.

BARBOSA, Paulo Corrêa; SCHUMAHER, Schuma. Minas de Quilombos. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2008.

BARRETO, Raquel de Andrade. Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez. Mestrado em História (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Depois da Festa: movimentos negros e “políticas de identidade” no Brasil. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina (Org.) Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 333-380.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-106.

OLIVEIRA, Rosália Lemos de. Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Psicologia, 1997.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Eduardo de (Org.). Quem é quem na negritude brasileira. São Paulo: Congresso Nacional Afro-brasileiro; Brasília: Secretaria

Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998.

RATTS, Alex & RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.

SILVA, Francisco Ernesto da. Candeia e a Escola de Samba Quilombo: a crítica ao processo de branqueamento das manifestações culturais afrobrasileiras. Graduação em História (Monografia). Universidade Guarulhos, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Relações Raciais, Gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990. Mestrado em História Comparada (Dissertação). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), 2006.

XAVIER, Giovana. A atualidade de Lélia Gonzalez. In: Coisa de pele: relações de gênero, literatura e mestiçagem feminina. Rio de Janeiro, 1880-1910. Dissertação de Mestrado (História Social). Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 34-48.

XAVIER, Giovana. Brancas de Almas Negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-abolição (EUA, 1890-1930). Tese (Doutorado em História), Campinas, Unicamp, 2012.

Comunicações

RATTS, Alex. As amefricanas: mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez. Comunicação apresentada no Fazendo Gênero 09: Diásporas, diversidades e deslocamentos, Santa Catarina, 23 a 26 de agosto de 2010.

_____. Os lugares da gente negra: raça, gênero, espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Artigos em jornais e periódicos

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Revista Afro-Ásia, UFBA, nº 23, 2000.

_____. Nossos feminismos revisitados. Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras, v. 3, n. 2, p. 458-463, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados, USP, 17 (49), 2003. p. 117-132.

FELIPPE, Ana Maria. Para (re) ver Lélia Gonzalez. Revista Eparrei, ano II, nº 04, 1º semestre 2003. p. 08-09.

FRIAS, Lena. O orgulho (importado) de ser negro no Brasil. Jornal do Brasil, 17 de julho de 1976.

GONZALEZ, Lélia. A esperança branca. Folha de São Paulo, Caderno Folhetim, 21 de março de 1982, p. 05.

_____. Entrevista. Jornal O Pasquim, Rio de Janeiro, ano XVII, 20/03 a 26/03 de 1986, n. 871, p.08-10.

_____. Lélia fala de Lélia. Revista Estudos Feministas, n.2, 2º semestre de 1994, p. 383-386.

_____. Mulher negra, essa quilombola. Folha de São Paulo, Caderno Folhetim, 22 de novembro de 1981, p. 04.

_____. Racismo por omissão. Folha de São Paulo, Caderno Opinião, 13 de agosto de 1983, p. 03.

_____. Taí Clementina, eterna menina. In: Folha de São Paulo, Caderno Folhetim, 21 de fevereiro de 1982, p. 05.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. Revista Estudos Feministas/Dossiê Mulheres Negras, v. 3, n. 2, p. 464-478, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1995.

LIMA, Mônica. “Fazendo soar os tambores: o ensino de História da África e dos africanos no Brasil”. In: BRANDÃO, André Augusto. Cadernos PENESB 5. Niterói: EDUFF, 2000.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. Revista ABPN, v. 01, nº01, março-junho de 2010.

Entrevistas realizadas para o Projeto Memória – Lélia Gonzalez

Eliane de Almeida - dia 17 de outubro de 2011.

Elisa Larkin Nascimento - dia 14 de outubro de 2011.

Januário Garcia - dia 28 de setembro de 2011.

José Luiz Fernandes Dias - dia 13 de outubro de 2011.

Pai Jair D’Ogum - dia 11 de abril de 2012

Roselívia Almeida - dia 05 de maio de 2012.

Rubens Rufino - dia 20 de outubro de 2011.

Sueli Carneiro - dezembro de 2011.

Vídeos

I Encontro Nacional de Mulheres Negras – PT
I. Acervo Digital de Cultura Negra – Cultne.
Video Disponível em: http://www.cultne.com.br/video.php?id_video=417, acessado em 14 de outubro de 2011.

Marcha Negra 1988. Acervo Digital de Cultura Negra – Cultne. Video Disponível em: http://www.cultne.com.br/video.php?id_video=1, acessado em: 14 out. 2011.

Entrevista concedida a Mali Garcia para o documentário “As Divas Negras do Cinema Brasileiro”. Lélia Gonzalez – parte 1. Duração: 10’16”.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8&feature=related>

Entrevista concedida a Mali Garcia para o documentário “As Divas Negras do Cinema Brasileiro”. Lélia Gonzalez – parte 2. Duração: 11’21”.

Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=aiTfzVKhsGw>

Homenagem à Lélia Gonzalez – Associação de Mulheres Brasileiras (AMB), 1994. Acervo Rede de Desenvolvimento Humano, Redeh.

Lélia Gonzalez (1935-1994), por Sueli Carneiro. Duração: 2’03”.

Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/herois/episodio/leliagonzalez>

Um Novo Jeito – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 1985, 43 minutos. Acervo Arquivo Nacional, RJ.

Fontes Primárias (Acervo Lélia Gonzalez)

A mulher negra na luta. Informe Mulher/CNDM, nº08, novembro de 1988.

GONZALEZ, Lélia. Amefricanidade: Nanny. Revista Humanidades, ano V, 1988. p. 23-25.

_____. A presença negra na cultura brasileira. Galeria de Arte Moderna, Jornal Mensal de

Artes, nº37, março 1977.

_____. As amefricanas do Brasil e sua militância. 1988.

_____. E a trabalhadora negra, cumé que fica? Jornal Mulherio, ano II, nº 7, maio-junho de 1982, p. 09.

_____. Entrevista. Jornal do MNU, nº 19, maio-julho de 1991. p. 08-09.

_____. Entrevista. In: PEREIRA, Carlos Alberto M. & HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Patrulhas Ideológicas. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 202-212.

_____. Entrevista. Revista do CAEL, agosto 1983, p. 07-20.

_____. *Festas populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Index, 1987.

_____. Mulher negra e participação. Comunicação apresentada no IIIº Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Estudos Afro-Asiáticos (ALADAA), organizado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA e pelo Conjunto Universitário Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 1-5 de agosto de 1983.



Realização



Apoio



Parceria

